

Karine Rios de Oliveira

***Nós, a gente e o clítico se como estratégias de
indeterminação do sujeito no Português***

**Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Letras e Lingüística
2006**

KARINE RIOS DE OLIVEIRA

***NÓS, A GENTE E O CLÍTICO SE COMO ESTRATÉGIAS DE INDETERMINAÇÃO
DO SUJEITO NO PORTUGUÊS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Lingüística, Curso de Mestrado em Lingüística, do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de Concentração: Estudos em Lingüística e Lingüística Aplicada.

Linha de Pesquisa: Teorias e análises lingüísticas: estudos sobre léxico, morfologia e sintaxe.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maura Alves de Freitas Rocha.

**UBERLÂNDIA – MG
2006**

Karine Rios de Oliveira

Nós, a gente e o clítico se como estratégias de indeterminação do sujeito no Português.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Lingüística, Curso de Mestrado em Lingüística, do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de Concentração: Estudos em Lingüística e Lingüística Aplicada.

Linha de Pesquisa: Teorias e análises lingüísticas: estudos sobre léxico, morfologia e sintaxe.

Banca Examinadora:

Uberlândia, 31 de maio de 2006.

Profª. Drª. Maura Alves de Freitas Rocha/UFU - Orientadora

Profª. Drª. Maria Marta Pereira Scherre/UnB

Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus/UFU

Esta dissertação é dedicada a José Ronan, Solange e Felipe, que compartilharam comigo os sabores desta experiência.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à Prof^ª. Dr^ª. Maura Alves de Freitas Rocha pela acolhida e acompanhamento sinceros, pela tranquilidade, paciência e carinho comigo, e pela preciosa orientação, sempre precisa, oportuna e competente.

À minha família, que compartilhou comigo a vivência deste trabalho, e soube compreender as renúncias e os momentos de ausência. Obrigada pelo estímulo diário, por ter se tornado meu suporte, por ter me dado equilíbrio, e, sobretudo, por ter colaborado infinitamente para o desenvolvimento de minha pesquisa.

A todos os meus professores, em especial Prof. Dr. Fernando Marson, grande incentivador nos meus projetos de vida.

Aos professores do Programa de Mestrado em Lingüística, que me permitiram aprofundar e conhecer sempre mais na admiração e no estudo da linguagem, sobretudo aos professores Dr. Evandro Silva Martins e Dr. Osvaldo Freitas de Jesus pelas importantes sugestões e pelo olhar cuidadoso para meu trabalho na qualificação desta dissertação.

À Eneida e Solene, que sempre tão carinhosamente cuidaram da minha presença no Programa de Mestrado em Lingüística.

À direção, colegas e alunos do Colégio Dom Bosco de Araxá, Colégio Atena e Escola Estadual Professor Luiz Antônio Correia de Oliveira pela compreensão e ajuda nos momentos difíceis.

Aos amigos de Araxá, às amizades conquistadas em Uberlândia, e, principalmente, às colegas de Mestrado, que, com o apoio e a presença, me ajudaram direta ou indiretamente.

Aos informantes desta pesquisa que trouxeram vida às minhas idéias.

A Deus pela força e fé renovadas nas oportunidades permitidas a cada dia.

NÓS, A GENTE E O CLÍTICO *se* COMO ESTRATÉGIAS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NO PORTUGUÊS.¹

Karine Rios de Oliveira

RESUMO

Neste trabalho foram analisadas sincronicamente à luz dos pressupostos da Sociolingüística Quantitativa e da Sociolingüística Paramétrica, algumas estratégias de indeterminação do sujeito: as formas pronominais *nós* e *a gente*, e o clítico *se* seguido de verbo no infinitivo. O emprego de tais estratégias é diferenciado no Português Brasileiro (PB) e no Português Europeu (PE) devido à tendência de preenchimento da posição de sujeito que a primeira variedade do português tem apresentado. Nesse sentido, *nós*, *a gente* e o *se*+infinitivo foram estratégias investigadas tanto no PB quanto no PE. Para tanto, foram utilizados *corpus* de língua falada de ambas as variedades. Para a composição do *corpus* de língua oral de PB foram utilizadas 45 entrevistas (em média cinquenta minutos cada) com falantes de Uberlândia/MG, selecionados segundo o modelo variacionista conforme classe social e faixa etária. Como *corpus* de língua falada de PE, foram utilizadas entrevistas disponíveis no site do Instituto Camões e no site do Projeto Corpus de Referência do Português Contemporâneo. As amostras foram codificadas a partir de seis fatores lingüísticos e dois fatores sociais: variedade do português, tipo de sentença, presença/ausência de indeterminador anterior, presença/ausência de modalização, número de argumentos, presença/ausência de preposição, classe social e faixa etária. Mediante o cruzamento dos dados codificados no Programa Varbrul, podemos averiguar a forte tendência de emprego da estratégia *a gente* no PB; no PE, a ocorrência de *nós* e *a gente*; e que o *se*+infinitivo não é um recurso indeterminador mais favorecido em nenhuma dessas variedades do português. A análise das estratégias mostra que o pronome *nós* se mantém como indeterminador no PE, onde ocorre como uma estratégia favorecida ao lado de *a gente*. As variedades do português apresentaram frequências distintas quanto ao emprego das variantes *nós* e *a gente*: o pronome *nós* foi mais freqüente no PE, e a forma *a gente* foi mais freqüente no PB. Esses resultados podem ser explicados pelo processo de reorganização pronominal por que o PB tem passado.

PALAVRAS-CHAVE: 1-Variação, 2-Indeterminação do sujeito, 3-Estratégias pronominais, 4- Clítico *se*.

¹ Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maura Alves de Freitas Rocha.

NÓS, A GENTE E O CLÍTICO *se* COMO ESTRATÉGIAS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NO PORTUGUÊS.²

Karine Rios de Oliveira

ABSTRACT

In this work some strategies of subject indeterminacy were synchronically analyzed in the light of the Quantitative Sociolinguistic and the Parametric Sociolinguistic: the pronominal forms *nós* and *a gente*, and the clitic *se* followed by a verb in the infinitive form. The usage of such strategies is different in Brazilian Portuguese (BP) and in European Portuguese (EP) owing to the tendency of fulfilling the subject position which the former has presented. In this meaning, *nós*, *a gente* and *se*+infinitive were investigated so in BP, as in EP. For that, *corpus* of spoken language of both varieties were used. For the composition of *corpus* of BP oral language, we used 45 interviews (on hour each) carried out with speakers (from both sex) from the city of Uberlândia/MG, selected according to the variacionist model conforming social class and age group. As *corpus* of EP spoken language, we used interviews which are available in the Instituto Camões site and in the site of the Projeto Corpus de Referência do Português Contemporâneo. The samples were codified from six linguistic factors and two social factors: variety of Portuguese, kind of sentence, presence/absence of previous indeterminate form, presence/absence of modalization, number of arguments, presence/absence of preposition, social class and age group. By means of crossing codified data in *Varbrul* Program, we can inquire: the usage tendency of strategy *a gente* in BP; and in EP, the occurrence of *a gente* and *nós*; and that *se*+infinitive is not the most favored indeterminate form in none of these Portuguese varieties. The study of the strategies shows that the pronoun *nós* is kept as an indeterminate form in EP, in which it occurs as a favored strategy beside *a gente*. The Portuguese varieties presented distinct frequencies concerning to the variants *nós* and *a gente* usage: the pronoun *nós* was more frequent in EP, and the form *a gente* was more frequent in BP. These results can be explained by the pronominal reorganization process that BP has gone through.

PALAVRAS-CHAVE: 1-Variation, 2-Subject Indeterminacy, 3-Pronominal strategies, 4-Clitic-*se*.

² Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maura Alves de Freitas Rocha.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentagem de ocorrência de <i>nós</i> , <i>a gente</i> e <i>se</i> +infinitivo	109
Gráfico 2: Percentagem de ocorrências das estratégias de indeterminação no PB e no PE	111
Gráfico 3: Percentagem de ocorrência de <i>nós</i> , <i>a gente</i> e <i>se</i> +infinitivo em função da classe social no PB	114
Gráfico 4: Distribuição de <i>nós</i> , <i>a gente</i> e <i>se</i> +infinitivo por classe social no PB (leitura vertical)	116
Gráfico 5: Percentagem de ocorrência de <i>nós</i> , <i>a gente</i> e <i>se</i> +infinitivo em função da faixa etária no PB	118
Gráfico 6: Distribuição de <i>nós</i> , <i>a gente</i> e <i>se</i> +infinitivo por faixa etária e classe social no PB	122
Gráfico 7: Percentagem de ocorrência de <i>nós</i> , <i>a gente</i> e <i>se</i> +infinitivo em função da faixa etária e classe social no PB (leitura vertical)	125
Gráfico 8: Percentagem de ocorrência de <i>nós</i> , <i>a gente</i> e <i>se</i> +infinitivo em função tipo de sentença no PB e no PE	129
Gráfico 9: Distribuição de <i>nós</i> , <i>a gente</i> e <i>se</i> +infinitivo tipo de sentença em função tipo de sentença no PB e no PE	131
Gráfico 10: Variantes X indeterminador anterior (vertical)	133
Gráfico 11: Variantes X indeterminador anterior (vertical)	135
Gráfico 12: Variantes X modalização	137
Gráfico 13: Variedades do Português X modalização	139
Gráfico 14: Variantes X presença/ausência de preposição	140
Gráfico 15: Variantes conforme a variedade do Português e a presença e a ausência de preposição	141
Gráfico 16: Variedades do Português X número de argumentos	143

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 REFERENCIAL TEÓRICO	14
1.1 Introdução	14
1.2 A Gramática Tradicional e os processos de indeterminação do sujeito.....	15
1.3 A Sociolinguística Variacionista	19
1.4 A Sociolinguística Paramétrica	24
1.5 Estratégias de indeterminação do sujeito	31
1.5.1 O trabalho de Duarte, Kato e Barbosa (2003)	32
1.5.2 Estratégias pronominais de indeterminação	35
1.5.2.1 O aparecimento de formas pronominais na indeterminação do sujeito.....	35
1.5.2.2 A Gramaticalização de <i>a gente</i>	42
1.5.2.3 A variação <i>nós</i> X <i>a gente</i>	45
1.5.3. O clítico <i>se</i>	54
1.5.3.1 O percurso diacrônico de <i>se</i> -indeterminador	55
1.5.3.2 O clítico <i>se</i> na indeterminação do sujeito	60
1.6 Conclusão	77
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	81
2.1 Introdução	81
2.2 Sobre os procedimentos	82
2.3 Material Analisado	85
2.4 Hipóteses e Objetivos	86
2.4.1 Hipóteses	86
2.4.2 Objetivos	87
2.5 Sobre o Envelope de Variação	88
2.5.1 Algumas considerações	89
2.5.2 O Envelope de Variação	90
2.6 Conclusão	106
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	108
3.1 Introdução	108
3.2 A distribuição das variantes: O emprego de <i>nós/a gente</i> e do clítico <i>se</i> +infinitivo no PB e no PE.....	109
3.3 O papel dos fatores externos na variação <i>nós/a gente</i> X <i>se</i> +infinitivo	114
3.3.1 O fator classe social	114
3.3.2 O fator faixa etária	118
3.3.3 Os fatores classe social e faixa etária	122
3.4 Fatores internos e suas implicações na variação <i>nós/ a gente</i> X <i>se</i> +infinitivo.....	128
3.4.1 Tipo de sentença: finitas X infinitivas	128
3.4.2 Paralelismo	132
3.4.3 Modalização	137

3.4.5	Presença X ausência de preposição	140
3.4.6	Número de argumentos	143
3.5	Conclusão	147
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
	ANEXOS	161
Anexo 1:	Tabela dos informantes da pesquisa	162
Anexo 2:	Critério Brasil	163
Anexo 3:	Divisão de classes econômicas utilizadas nesta pesquisa	165
Anexo 4:	Questionário para a seleção de informantes.....	166
Anexo 5:	Roteiro de entrevista	167
Anexo 6:	Tabelas de resultados da pesquisa	169

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, tendo como aparato teórico os princípios da Sociolingüística Variacionista, segundo Labov (1972); Weinreich, Labov e Herzog (1968) – doravante WLH, e a Sociolingüística Paramétrica proposta por Tarallo e Kato (1989), investigamos as formas pronominais *nós*, *a gente* e o clítico *se* como estratégias de indeterminação do sujeito em sentenças como (i) e (ii).

- (i) Acho que todos ***nós*** mentimos. Acho que ***a gente*** mente até pra gente mesmo. Acho, que não tem ninguém que nunca mentiu. Ninguém é totalmente verdade. (U-7-1-1)³
- (ii) Quer dizer, não ***se poder tratar***, levar a um psiquiatra aquelas crianças, a um médico, a um psiquiatra.. (PF-80-2-2)

Julgamos pertinente comparar as estratégias prescritas pela Gramática Tradicional (GT) e o emprego corrente do sujeito indeterminado na língua falada. Observamos as gramáticas normativas de Chaves de Melo (1978), Rocha Lima (1979), Luft (1979), Gama Kury (1989), Cegalla (1990), Bechara (2001) e Cunha e Cintra (2001).

Em seguida, apresentamos trabalhos que abordam a indeterminação do sujeito realizada pelas estratégias a que nos propusemos investigar. Iniciamos com a apresentação de trabalhos acerca da trajetória que explica o caráter pronominal de *a gente* e trabalhos que demonstram o encaixamento do emprego de formas pronominais como estratégias de indeterminação do sujeito mediante alterações no quadro pronominal do PB.

³ Os códigos junto aos exemplos se referem ao *corpora* deste trabalho, sob a convenção U = entrevistas de Uberlândia/MG, P = entrevistas do Instituto Camões, PF = entrevistas do Português Fundamental, e indicam o corpus, número da entrevista, a variável dependente e o número de ocorrência da variável em questão, nesta ordem.

Apresentamos, em seguida, a variação que estas estratégias estabelecem entre si. Além disso, observamos os trabalhos de Nunes (1991), Galves (1986, 2001) e Martins (2004), sobre o clítico *se*, os quais nos permitem definir ainda mais nosso objeto de estudo e apontam um novo comportamento deste clítico no PB: sua ocorrência com verbos no infinitivo para indeterminar o sujeito.

Deste modo, constatando o emprego das formas pronominais supracitadas e também do clítico *se* neste contexto, buscamos investigar a variação que *nós*, *a gente* e *se*+infinitivo estabelecem entre si como variantes para indeterminar o sujeito. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram analisadas 45 entrevistas com informantes de Uberlândia, que tiveram a duração aproximada de uma hora cada uma. Além disso, foram analisadas entrevistas do PE a fim de estabelecermos um contraponto entre as estratégias favorecidas por uma ou outra variedade do português.

Busca-se responder às seguintes questões:

- As estratégias de indeterminação em pauta são mais freqüentes no PB que no PE? O tipo de sentença influencia, diferentemente, o emprego destas estratégias?
- O fator paralelismo é relevante no emprego de *nós/a gente* e do clítico *se*?
- A presença de modalização está mais relacionada às estratégias pronominais?
- A presença de preposição tem, de fato, influência no emprego de *se*+infinitivo?
- Verbos com apenas um argumento favorecem o emprego de clítico *se*?
- A classe social tem influência no emprego de uma ou outra forma no sentido de quanto mais alta a classe social, maior o emprego de *se*+infinitivo?
- O emprego do clítico *se* em construções não-finitas é favorecido na faixa etária de 31 a 45 anos?

Portanto, o objetivo de nosso trabalho, ainda que tenhamos como *corpus* um recorte do PB, é investigar a alternância das formas pronominais *nós/a gente* e o clítico *se* na indeterminação do sujeito no Português Brasileiro (PB) e no Português Europeu (PE) e, juntamente com outros trabalhos, esclarecer a respeito da indeterminação do sujeito no português contemporâneo.

Além desta introdução, esta dissertação é composta de quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos o quadro teórico que direciona nossa pesquisa, além de explicitar as prescrições da GT para a indeterminação do sujeito, bem como pesquisas outras da Linguística sobre o sujeito indeterminado expresso por diversas estratégias, sobretudo *nós, a gente* e *se*+infinitivo. 

No capítulo 2, são apontados os procedimentos metodológicos adotados para a investigação da variação lingüística no âmbito da indeterminação do sujeito.

A apresentação e análise dos dados estão presentes no capítulo 3, onde são expostos e interpretados os resultados encontrados. Finalmente, no capítulo 4, são apresentadas as considerações finais e as conclusões obtidas diante dos resultados desta pesquisa.

CAPÍTULO 1

REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Introdução

Neste capítulo, discorreremos sobre aspectos relacionados à indeterminação do sujeito e às estratégias para efetuar esta indeterminação presentes nas gramáticas de Chaves de Melo (1978), Rocha Lima (1979), Luft (1979), Gama Kury (1989), Cegalla (1990), Bechara (2001) e Cunha e Cintra (2001).

Em seguida, apresentamos uma síntese sobre a Sociolingüística Variacionista com base em Labov (1972), e sobre Weinreich, Labov e Herzog (1968), que, enfocando aspectos diacrônicos, tratam de uma teoria da mudança e salientam a relevância do encaixamento social e lingüístico na análise da variação.

Outra linha teórica na qual nos apoiamos e que, por isso, é posteriormente abordada neste capítulo, é a Sociolingüística Paramétrica proposta por Tarallo e Kato (1989), que demonstra a possibilidade de compatibilização das teorias variacionista e gerativista, um elo que enriquece a análise lingüística e permite, por exemplo, mediante a análise intra- e inter-

lingüística, verificar a aproximação ou o afastamento de diferentes línguas quanto a um determinado parâmetro lingüístico.

Também são apresentados trabalhos da Lingüística sobre a indeterminação do sujeito, seja na ótica gerativista, considerando os trabalhos de Galves (1986), Nunes (1991) e Martins (2004), seja na perspectiva funcionalista, considerando Cavalcante (2001, 2002), Duarte (2002), Duarte, Kato, e Barbosa (2003), Lopes (1998, 2002), Omena e Braga (1996) e Omena (1996, 2003).

Neste capítulo, portanto, são expostos os trabalhos que constituem a fundamentação teórica de nossa pesquisa: a Gramática Tradicional (GT), no que concerne ao sujeito indeterminado, os modelos teóricos subjacentes no desenvolvimento do nosso trabalho, e os trabalhos da Lingüística voltados para a indeterminação do sujeito.

1.2 A Gramática Tradicional e os processos de indeterminação

Através da observação das gramáticas de Chaves de Melo (1978), Rocha Lima (1979), Luft (1979), Gama Kury (1989), Cegalla (1990), Bechara (2001) e Cunha e Cintra (2001), verificou-se que o sujeito é classificado como indeterminado em oposição a um sujeito determinado, claro e oculto, e sua ocorrência se deve à intenção do falante “que não sabe ou não quer individualizar, precisar, apontar o agente, o autor da ação ou façanha” (CHAVES DE MELO, 1978, p.122). Isto não significa que tais construções não tenham um sujeito, pois, conforme afirma Luft (1979), diferentemente das orações sem sujeito, sentenças com sujeito indeterminado apresentam sujeito, só não é possível declará-lo.

De um modo geral, as gramáticas normativas apresentam as mesmas estratégias para a indeterminação do sujeito, a saber: o emprego do verbo na 3.^a pessoa do plural, conforme (1),

e o emprego do verbo “na 3.^a pessoa do singular acompanhado da partícula *se*, desde que ele seja intransitivo, ou traga complemento preposicional” (ROCHA LIMA, 1979, p.206), conforme os exemplos (2) e (3) respectivamente:

- (1) **Falam** mal daquela moça.⁴
- (2) **Vive-se** bem aqui.
- (3) **Precisa-se de** professores.

Há, ainda, um outro contexto de ocorrência do clítico *se* mencionado pelas gramáticas: as construções passivas sintéticas. Basicamente todas as gramáticas verificadas reforçam a necessidade de concordância neste tipo de sentença, isto é, condenam qualquer discordância⁵, como é possível constatar na afirmação de Gama Kury (1980, p.189):

Ora, como o sujeito dessas orações de voz passiva vem muitas vezes depois do verbo, o falante confunde a voz passiva com a indicação de sujeito indeterminado: o sujeito paciente é tomado como objeto paciente e, quando no plural, o verbo, que devia ir também para o plural é deixado no singular, numa tendência bastante natural, mas que contraria a longa tradição da língua escrita culta.

Esta afirmação de Gama Kury demonstra a prescrição das gramáticas de não considerar a realização da indeterminação do sujeito por meio de *se* com verbos transitivos diretos em orações finitas.

Por outro lado, Chaves de Melo (1978), mesmo que tenha enfatizado a concordância verbal, classifica o *se* como índice de indeterminação do sujeito, como se pode notar na afirmação que segue os exemplos do referido autor:

⁴ Os exemplos de (1) a (3) foram extraídos de Rocha Lima (1979, p.206).

⁵ A discordância a que nos referimos é a não concordância do verbo com o termo posterior a ele, que a gramática tradicional classifica como sujeito paciente, e que é para a gramática gerativa o argumento interno do verbo.

- (4) Tinha os olhos negros e um pouco amortecidos; **adivinrava-se**, porém, que deviam ter sido vivos e ardentes.⁶
- (5) Em toda parte **se pode** orar e ser virtuosa, menos neste convento.
- (6) **Procuraram-se** os tais livros, e topou-se com um baú cheio de obras.

Sobre estes exemplos o autor afirma que:

Em todos os exemplos mencionados neste tópico, o *se* é índice de indeterminação do sujeito. A boa e tradicional sintaxe portuguesa manda, no entanto, que fique no plural o verbo transitivo direto, se no plural estiver o substantivo que teoricamente lhe possa servir de sujeito. (CHAVES DE MELO, 1978, p.122)

Além destes recursos indeterminadores verificados por esses autores, Luft (1979, p.24) constata também que na “linguagem coloquial, e na literária antiga, aparece ainda a construção *Diz que*”, considerada por ele uma provável redução de *Diz-se que*. Esta construção não é apresentada de um modo geral pelas gramáticas, sendo mencionada somente em Luft, que a restringe a uma linguagem antiga. No entanto, a expressão *diz que* nos parece ainda estar presente no Português Brasileiro (PB).⁷

Luft (1979) e Cegalla (1990) consideram, ainda, que também é possível indeterminar o sujeito “deixando-se o verbo no infinitivo impessoal” (CEGALLA, 1990, p.275), como nas frases de Luft (1979, p.25) *é fácil protestar; é preciso manter a calma; reclamar não adianta; ouvi chamar da rua*, bem como nos exemplos (7) e (8):

- (7) Era penoso **carregar** aqueles fardos enormes.⁸
- (8) É triste **assistir** a estas cenas.

⁶ Os exemplos de (4) a (6) foram extraídos de Chaves de Melo (1978, p.122).

⁷ Esse assunto será novamente e mais detalhadamente abordado no tópico 2.5.2.1, p.57.

⁸ Exemplos (7) e (8) extraídos de Cegalla (1990, p. 275).

Além destas estratégias, Cegalla (1990, p.275) afirma que é possível indeterminar o sujeito empregando construções com *se*+infinitivo, e considera que, em estruturas como (9) a seguir, o *se* precedendo o infinitivo é índice de indeterminação do sujeito, mas acrescenta que ele “pode ser omitido junto de infinitivos”, como no exemplo (10):

(9) Grendha e Thaís – gostosas de ***se ver***.⁹

(10) É difícil ___ subir a corrente, mas sobe-se.¹⁰

Observadas as estratégias que as gramáticas sugerem como recursos para a indeterminação do sujeito, é possível notar que elas não abarcam a diversidade de estratégias que os falantes utilizam para indeterminar o sujeito, como mostram as sentenças (11) e (12), extraídas de Lopes (1998, p.408).

(11) O que ***nós*** chamamos, aqui, a brisa, que vem da terra... vem da terra propriamente não, da cidade, vamos dizer, aqui onde ***nós*** estamos, vem da Barra Avenida para o... para Mar Grande.

(12) Roubo sempre. A minha colega estava perguntando... E ela não saberia usar se era roubo ou furto. Eu não, eu também não, não sei direito como ***a gente*** usa, mas eu nunca uso furto. Eu sempre uso roubo.

Como é nosso objetivo investigar algumas das estratégias que as Gramáticas Tradicionais não abordam, na seção seguinte, fazemos uma exposição das teorias que, com seus aparatos teóricos e metodológicos, orientaram o desenvolvimento de nosso trabalho.

⁹ Exemplo extraído de propaganda de TV.

¹⁰ Exemplo extraído de Cegalla (1990, p.275).

1.3 A Sociolingüística Variacionista

Assumimos a perspectiva da Sociolingüística Variacionista como suporte para nossa análise de alguns dos recursos que os falantes utilizam para indeterminar o sujeito (no caso *nós*, *a gente* e o clítico *se*) e julgamos conveniente apresentar a referida linha teórica a fim de esclarecer e justificar posturas teóricas e metodológicas por nós adotadas. Para isto, é de suma importância fazermos referência a Labov (1972), com o qual este modelo teórico-metodológico teve seu início.

De maneira oposta a Saussure, cuja visão de *langue* e *parole* é dicotômica, bem como a de Chomsky, que reforçou esta dicotomia com o estabelecimento de *competência* (conhecimento intuitivo do funcionamento da língua) e *desempenho* (o uso que o falante faz da língua em situações concretas), Labov não considera que o objeto de estudo da lingüística deva se constituir sob a concepção de língua como sistema homogêneo, trabalhando exclusivamente com estruturas e intuições sobre este sistema, como faz o gerativismo que, não abarcando dados empíricos, pode ter como ponto de partida para seu estudo um único dado e prosseguir na análise através de deduções. Segundo Labov, devem ser considerados como objeto de estudo: a língua e o componente social, aspectos decorrentes da heterogeneidade que é constitutiva da língua, que se manifesta, sobretudo, no desempenho do falante.

Convém salientar a importância da definição precisa do objeto de estudo, uma vez que isto é bastante relevante no andamento de toda a pesquisa, se pensarmos na relação deste objeto com as teorias.

Entendemos que para Labov o objeto antecede o ponto de vista e por si só reclama o estudo da língua que leve em conta o social, e que é dele que as análises e até mesmo as teorias devem partir. Assim, devido a esta visão do objeto da lingüística, Labov propõe olhar

mais próxima e diretamente para a fala cotidiana, o vernáculo¹¹, e caracterizar a relação entre esta fala com as teorias gramaticais o mais acuradamente possível, a fim de melhorar e ajustar a teoria para que esta sirva ao objeto e não que o objeto fique à mercê das teorias, o que parece problemático por se tratar não de um processo natural, mas de criações.

Diferentemente de lingüistas estritamente ligados à tradição saussureana, para os quais as explicações dos fatos lingüísticos são apenas de ordem lingüística, que consideram o estudo lingüístico como o estudo da “língua pela língua” sem qualquer apoio no “dado externo”¹², Labov (1972) vê a língua como uma forma de comportamento social e afirma que as alterações por que ela passa dentro de uma comunidade de fala têm ligação direta com o lingüístico e com o social ao mesmo tempo.

Assim, Labov (1972, p.202), voltado para o estudo direto da língua em seu contexto social, afirma que “through the direct study of language in its social context, the amount of available data expands enormously, and offers us ways and means for deciding which of the many possible analyses is right”¹³.

Embora a variação existente nas línguas tenha sido vista por alguns como um problema, como se isto lhes impossibilitasse a sistematização, Labov (1972, p.203) esclarece que as variações são situações normais e afirma que “heterogeneity is not only common, it is the natural result of basic linguistic factors”¹⁴, sendo disfuncional a ausência de mudança de estilo. Assim, o autor reforça a capacidade e a necessidade de estudar a variação lingüística inerente, dentro de uma comunidade de fala.

¹¹ O vernáculo é “o estilo em que o mínimo de atenção é dada à monitoração da fala” Labov (1972, p.208, tradução nossa).

¹² Saussure aponta a existência de uma Lingüística da Fala e de uma Lingüística da Língua, podendo conservar o nome Lingüística para cada uma delas, porém afirma que é “necessário não confundi-la [a Lingüística da Fala] com a Lingüística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua” (SAUSSURE, 2002, p.28).

¹³ “Por meio do estudo direto da língua em seu contexto social, a quantidade de dados disponíveis se amplia enormemente e nos oferece modos e maneiras de decidir qual das muitas análises possíveis é correta”. (LABOV, 1972, p.202, tradução nossa).

¹⁴ “A heterogeneidade não é só comum, é o resultado natural de fatores lingüísticos básicos [...]” (LABOV, 1972, p.203, tradução nossa).

Além da relação da heterogeneidade com fatores lingüísticos, Labov observa que a variabilidade lingüística também está intimamente ligada aos valores sociais atribuídos a um certo grupo social. Segundo ele, estes valores são transferidos à variante lingüística que os grupos utilizam, e que isto se dá somente em casos de variação lingüística, pois, segundo nota o autor, quando uma forma se torna universal, desaparecem os valores a ela associados.

Investigar essas variações no sistema e a mudança lingüística, conforme o autor, ocasiona um avanço maior nas pesquisas lingüísticas. Isto denota um alcance importante no escopo da teoria variacionista, o seu objetivo de analisar contextos em que os resultados das análises apontam ora para uma situação estável entre as variantes – que se apresentam em concorrência -, ora para uma “situação de duelo de morte entre as variantes” (TARALLO, 2002, p.63), ou melhor, variação estável e mudança em progresso, respectivamente.

Por levarmos em conta, também conforme Labov (1972), a variação lingüística e a mudança lingüística, um outro trabalho que nos serve de referência é Weinreich, Labov e Herzog (1968) pelas suas afirmações sobre uma teoria da mudança lingüística.

Weinreich, Labov e Herzog (1968) salientam a necessidade de ver a língua sincrônica e diacronicamente e afirmam que, durante muito tempo, a lingüística histórica se esforçou para acabar com o dilema saussureano de atuar no desenvolvimento de uma lingüística estrutural de maneira restrita à sincronia e para elaborar uma disciplina que seja estrutural (sincrônica) e histórica (diacrônica) ao mesmo tempo.

Os autores afirmam que isto se daria somente com o rompimento da relação entre estrutura e homogeneidade, com uma visão de língua como um objeto constituído de uma heterogeneidade ordenada e sistematizável. Segundo WLH, acreditar na possibilidade de descrever esta diferenciação ordenada permite-nos a devida concepção da mudança lingüística. Logo, sugerem que um modelo de estudo da língua que acomoda os fatos do uso

variável e seus determinantes é que permite uma descrição mais adequada da competência lingüística.

Os autores verificam que nem todos os lingüistas separaram os objetos lingüísticos homogêneos das situações heterogêneas de vida em que se localizam tais objetos. Alguns aceitavam a existência de uma multiplicidade de camadas dentro de um idioleto, sendo também pertinente considerar que sistematicidade e variabilidade são compatíveis e que nem as análises deveriam ser somente sincrônicas.

Com esta perspectiva diacrônica, WLH relacionam variação e mudança lingüísticas ao considerar que a mudança lingüística não ocorre de maneira abrupta, mas que segue um período de transição, em que a história tem suas implicações na análise lingüística, como se pode notar na afirmação de Fries e Pike (1949 apud WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p.161):

There may be a time during which parts of the two systems exist simultaneously and in conflict within the speech of single individuals [...] It is impossible to give a purely synchronic description of a complex mixed system, at one point of time, which shows the pertinent facts of that system; direction of change is a pertinent characteristic of the system and must also be known if one wishes to have a complete description of the language as it is structurally constituted.¹⁵

WLH propõem, portanto, entender a língua como estratificada. Entretanto, os autores alertam para não somente apontar a existência e/ou importância desta variabilidade, e sim lidar com esta variabilidade com precisão, para que seja possível incorporá-la nas nossas análises da estrutura lingüística em que as variantes sejam definidas em função das variáveis lingüística e extralingüística.

¹⁵ Pode haver um tempo, durante o qual partes de dois sistemas existem simultaneamente e em conflito na fala de indivíduos [...] É impossível dar uma descrição puramente sincrônica de um sistema misto complexo, em um ponto do tempo, que mostra os fatos pertinentes daquele sistema; a direção da mudança é uma característica pertinente do sistema e deve ser também conhecida se se deseja ter uma descrição completa da língua como ela é estruturalmente constituída. (FRIES; PIKE, 1949, apud WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p.161, tradução nossa).

Em suma, os autores definem que o desenvolvimento da mudança está intimamente relacionado a fatores lingüísticos e sociais, sendo deficientes as explicações que se limitem a um ou outro tipo de fator já que não é possível assim abarcar “a rich body of regularities that can be observed in empirical studies of language behavior” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p.188) ¹⁶.

Corroborando a possibilidade de verificação de regularidades dentro da própria heterogeneidade, Tarallo (2002) reforça a importância, para as pesquisas lingüísticas, de observar o comportamento lingüístico, ao afirmar que, “a cada situação de fala em que nos inserimos e da qual participamos, notamos que a língua falada é, a um só tempo, heterogênea e diversificada. E é precisamente essa situação de heterogeneidade que deve ser sistematizada” (TARALLO, 2002, p.6).

Nosso trabalho se fundamenta nesta e em outras concepções aqui enunciadas, dentro de uma Sociolingüística que tem como objeto de estudo a variação lingüística, “princípio geral e universal, passível de ser descrita e analisada cientificamente” (MOLLICA, 2003a, p.10), fenômeno que pressupõe a existência de uma variável lingüística e de formas lingüísticas alternativas para expressar esta variável que são denominadas variantes, cujos empregos são influenciados por grupos de fatores favorecedores sociais (variáveis externas) e estruturais (variáveis internas).

Os grupos de fatores favorecedores são, conforme Tarallo (2002, p.36), “armas e artimanhas” para fazerem valer uma variante sobre outras, e precisam ser delimitados nas pesquisas variacionistas para a operacionalização do modelo. Tais fatores podem ser elencados a partir do contato com os informantes, o que possibilita, inclusive, a formulação das hipóteses para o desenvolvimento da pesquisa.

¹⁶ Um rico corpo de regularidades que podem ser observadas em estudos empíricos do comportamento lingüístico. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p.188, tradução nossa).

Junto à Sociolingüística Variacionista, a Sociolingüística Paramétrica compõe a fundamentação teórica na qual a nossa pesquisa se apóia. Por isto, delineamos, a seguir, suas concepções a respeito do estudo da língua que nos orientam em nosso trabalho.

1.4 A Sociolingüística Paramétrica

Uma outra teoria na qual se baseia nossa pesquisa é a Sociolingüística Paramétrica, que se fundamenta na possibilidade de compatibilização entre a teoria gerativa e a teoria variacionista, proposta por Tarallo e Kato (1989), que descrevemos a seguir.

Durante muito tempo, segundo notam os autores, a polarização marcou os trabalhos com a linguagem: de um lado, uma ciência de probabilidades, cuja análise lingüística toma como objeto de estudo o dado bruto, a língua usada pelos falantes, impregnada de variações, e, de outro, uma lingüística de regras que lida com formalismos gramaticais e com sistemas de regras que governam as línguas em geral, restringindo-se ao que observa “somente no papel” (LABOV, 1981 apud TARALLO; KATO, 1989, p.1). Em função disso, Tarallo e Kato (1989), por verificarem compatibilidades entre estas diferentes linhas teóricas, propõem que variacionismo e gerativismo podem se aproximar e expressam esta compatibilidade da seguinte forma:

Empreendemos, sim, um novo caminho: aquele que resgata a compatibilidade entre as propriedades paramétricas do modelo gerativo e as possibilidades do modelo variacionista, seja para provar seu espelhamento e reflexo, seja para realinhar um modelo em função do outro. (TARALLO; KATO, 1989. p.5)

Deste modo, a Sociolingüística Paramétrica denota “o alcance dos resultados e a generalização e poder explanatório das análises via propriedades e/ou probabilidades todas compatíveis entre si” (TARALLO; KATO, 1989, p.6).

Para reforçar a pertinência da Sociolingüística Paramétrica, os autores apontam pontos de alcance da linha teórica que propõem. O primeiro ponto de alcance por eles explicitado é a possibilidade de línguas, ainda que de origens distintas, convergirem em certas partes da gramática, como exemplificado por Sankoff e Tarallo (1987 apud TARALLO; KATO, 1989, p.8), verificadas semelhanças entre o Tok Pisin e o português do Brasil quanto ao uso da cópia pronominal em orações relativas e não relativas.

O segundo é a possibilidade de “realinhamento”, dentro de uma mesma gramática, de uma propriedade mediante resultados probabilísticos de um outro ponto da mesma gramática em que conste um fenômeno variável.

Isto foi verificado por Hochberg (1986 apud TARALLO; KATO, 1989, p.9), que constatou na fala porto-riquenha a perda de propriedades do parâmetro do sujeito nulo devido à verificação do uso cada vez mais freqüente do pronome de segunda pessoa do singular. Nunes (1981 apud TARALLO; KATO, 1989, p.9) afirma que um quadro semelhante ocorre no PB, em que a ocorrência de um sujeito nulo está relacionada a restrições morfológicas, conforme veremos adiante.

Kato e Tarallo (1986 apud TARALLO; KATO, 1989, p.9) afirmam que esta tendência, no PB, de perder propriedades do parâmetro do sujeito nulo, tem afetado outros contextos, como é o caso da indeterminação do sujeito, tendo em vista que o PB possui, inclusive, “formas substitutivas, seja SNs plenos, seja pronomes pessoais, como formas indeterminadoras da linguagem substitutivas do moribundo clítico *se*” (TARALLO; KATO, 1989, p.9).

Um terceiro ponto de alcance é o realinhamento de propriedades de parâmetros sintáticos devido a uma situação de contato. Chaves (1987 apud TARALLO; KATO, 1989, p.10) averiguou que, exatamente devido a esta situação de contato, o português da fronteira e o espanhol americano se aproximam, apresentando, ambos, sujeito nulo e inversão do sujeito. Levando em conta esta situação, o estudo variacionista aponta que o português de fronteira apresenta “a mesma organização sistêmica do espanhol americano, permitindo inclusive a ordem OSV, inexistente no português da costa” (TARALLO; KATO, 1989, p.10).

Ao esclarecer estes pontos de alcance, os autores demonstram a relevância de um trabalho em que se promova esta compatibilização entre o variacionismo e o gerativismo, a qual se justifica, uma vez que é possível notar, segundo os autores, que o que constitui o TUDO e NADA da teoria paramétrica (quanto à presença ou ausência de um determinado parâmetro em uma certa língua) e o MAIS e MENOS da teoria variacionista (a frequência dos casos de variação) estão amplamente relacionados, como é possível notar na afirmação: “O TUDO ou NADA do modelo paramétrico sintático aparece, por exemplo, nos fatores *knockout* da variação; o MAIS ou MENOS da variação, por sua vez, permite realinhar propriedades paramétricas [...] (TARALLO; KATO, 1989, p.10)”.

Delineada a pertinência da compatibilização entre as teorias variacionista e gerativista, em que as análises e os resultados de uma interação com os da outra, os autores demonstram que a variação intra-lingüística e a inter-lingüística relacionam entre si, e para isto eles apontam, primeiramente, as contribuições de uma análise do inter- para o intra-lingüístico no que concerne ao parâmetro do sujeito nulo e à ordem VS em português, partindo de estudos desta ordem em outras línguas.

Tarallo e Kato assumem a concepção de parâmetro de Comrie (1981 apud TARALLO; KATO, 1989, p.13), segundo a qual “um parâmetro é uma propriedade que varia nas línguas naturais de forma significativa” e que esta variação ocorre quando a propriedade em questão

se correlaciona com outras. Assim, os autores afirmam que, no caso da ordem VSO e SVO, isto ocorre com a associação a preposições e posposições respectivamente, constituindo-se um parâmetro.

O mesmo ocorre com a possibilidade de uma sentença apresentar sujeito nulo que é o parâmetro do sujeito nulo (*pro-drop*) e que está associado a algumas propriedades dentre as quais está a inversão livre.

Mediante a verificação dos trabalhos de Rizzi (1982), com o italiano; de Torrego (1984, p.103), com o espanhol, e de Picallo (1984), com o catalão, os autores notam que línguas que apresentam sujeito nulo possuem, geralmente, um processo de inversão livre, como mostram os exemplos a seguir:

(13) Há telefonato Gianni.¹⁷

(14) Ho trovato il libro.

(15) Contexto la pregunta Juan.¹⁸

(16) No hablo português.

(17) Há menjat en Joan.¹⁹

(18) Há menjat.

Contudo, Tarallo e Kato (1989) afirmam que o trentino, outros dialetos do italiano e o português divergem do italiano, do espanhol e do catalão no que se refere ao sujeito nulo e à inversão livre. O trentino não permite a realização de um sujeito foneticamente nulo, mas apresenta inversão livre. Já o português não permite tal inversão, como mostra o exemplo (19), ainda que fosse, em um certo momento, uma língua de sujeito nulo.

¹⁷ Os exemplos (13) e (14) foram extraídos de Rizzi (1982, p.117 apud TARALLO; KATO, 1989, p.13).

¹⁸ Os exemplos (15) e (16) foram extraídos de Torrego (1984, p.103 apud TARALLO; KATO, 1989, p.14)

¹⁹ Os exemplos (17) e (18) foram extraídos de Picallo (1984, p.75 apud TARALLO; KATO, 1989, p.14).

(19) *Comprou o menino a pedra.²⁰

Os autores verificaram, conforme mostra a Tabela 1 a seguir, que o italiano, o português e o espanhol se assemelhavam quanto à possibilidade de ocorrer sujeito nulo, diferentemente do trentino e do francês. Por outro lado, o português se aproximava do francês por não possuir inversão livre, e se divergia do italiano e do trentino que manifestavam tal inversão. Isto indica que línguas podem se aproximar no contexto inter-lingüístico e se afastarem à medida que variações são encontradas.

TABELA 1²¹

Sujeito nulo e inversão livre no italiano, português, trentino e francês.

LÍNGUA	SUJEITO NULO	VS LIVRE
Italiano (+ espanhol)	+	+
português	+	-
trentino	-	+
francês	-	-

FONTE: TARALLO, F.; KATO, M. A. **A Harmonia Trans-sistêmica: a variação intra- e inter-lingüística**. Preedição. 1989, p.15.

Portanto, a Tabela 1 reforça a idéia de Tarallo e Kato (1989) sobre a importância de verificar variações do inter- para o intra-lingüístico, uma vez que ela demonstra que, embora as línguas se aproximem em um determinado contexto sob o enfoque inter-lingüístico, estas línguas podem se diferir mediante uma observação intra-lingüística.

²⁰ Exemplo nosso.

²¹ A Tabela 1 é a Tabela 3 de Tarallo e Kato (1989), e se encontra na página 15.

Porém, o caminho inverso também foi apresentado, pois, atuando a favor de uma análise trans-lingüística, Tarallo e Kato (1989) traçam também o contrário, ou seja, uma análise do intra- para o inter-lingüístico. Segundo os autores, as línguas podem se aproximar quanto a um certo parâmetro mediante a verificação da existência ou não de uma determinada propriedade que estas línguas apresentem a partir de uma análise intra-lingüística. Desta maneira, os autores explicam a idiossincrasia do português brasileiro em relação a outras línguas românicas.

Mediante a observação de trabalhos sobre o espanhol²², Tarallo e Kato apontaram a relação entre a cliticização e a inversão em línguas românicas, já que as inversões ocorrem quando há cliticização. Eles notaram que o PB, devido à marcação da posição de sujeito por formas pronominais e outras (*você, vocês, a gente*), não manifestando cliticização, não produz inversões. Desta maneira, foi possível afirmar que sujeito nulo e clítico acusativo deveriam ser considerados propriedades independentes. Segundo eles, isto demonstra que este tipo de investigação, com observações oriundas de uma análise intra-lingüística, permite que haja um realinhamento de propriedades paramétricas.

Explicada a pertinência e a relevância do desenvolvimento de uma pesquisa sob os moldes da Sociolingüística Paramétrica, os autores afirmam que “ambas as teorias [variacionista e gerativista] são grandes e igualmente importantes” (TARALLO; KATO, 1989, p.36).

Certos pontos, dentre muitos observados pelos autores, foram aqui esboçados por nortear nossa pesquisa, tendo em vista que serão verificadas algumas estratégias de indeterminação do sujeito com enfoque tanto no campo intra- quanto no inter-lingüístico, fazendo uma interface entre o emprego de algumas estratégias indeterminadoras em PB e PE.

²² Tarallo e Kato (1989) verificaram sujeito nulo, inversão livre e cliticização no espanhol através do estudo de Bentivoglio e D’Introno (1978 apud TARALLO; KATO, 1989, p.31).

A indeterminação do sujeito no PB tem sofrido alterações em consequência de outras tendências que têm ocorrido nesta variedade do Português. Conforme afirmam Duarte, Kato e Barbosa (2003), Cavalcante (2001, 2002), Lopes (2002), o preenchimento da posição do sujeito teve repercussões na indeterminação do sujeito, como é possível notar na representação do sujeito indeterminado por formas pronominais, como no exemplo (20), e no sujeito indeterminado expresso por outras formas, como em (21).

(20) **eles** fazem esse serviço aí ²³

(21) **o pessoal** fica ali

Exemplos como estes permitem constatar que a indeterminação do sujeito em PB é também influenciada pela tendência de perda de propriedades de uma língua de sujeito nulo. Essa e outras considerações, como o quadro pronominal e o quadro de clíticos do PB e do PE, serão apresentados neste trabalho mediante a observação dos trabalhos que nortearam nossa pesquisa, para que assim possamos obter uma análise significativa da indeterminação do sujeito nessas variedades do português.

Como objetivamos verificar estratégias de indeterminação do sujeito no PB, por estarmos conscientes da ligação entre variacionismo e gerativismo, e visando investigar também PE, assumimos, pois, a Sociolinguística Paramétrica como orientação para nossa pesquisa.

A seguir, apresentamos os trabalhos de Duarte, Kato e Barbosa (2003), Cavalcante (2001, 2002), Omena e Braga (1996), Omena (1996, 2003), Duarte (2002), Lopes (1998), Silva (2004), Nunes (1991) e Galves (1986) sobre variadas descrições das estratégias de indeterminação do sujeito.

²³ Os exemplos (20) e (21) foram extraídos de Micheletti e Franchetti (1996, p.630).

1.5 Estratégias de indeterminação do sujeito

Nesta seção, expomos, primeiramente, os trabalhos de Duarte, Kato e Barbosa (2003), Cavalcante (2001, 2002) e Lopes (2002), os quais tratam de mudanças no sistema pronominal que atingem também a indeterminação do sujeito. Na apresentação dos trabalhos de Cavalcante (2001, 2002) e Duarte, Kato e Barbosa (2003) também serão mencionadas, além das estratégias de indeterminação que pesquisamos, outras formas pronominais que vêm realizando a indeterminação do sujeito.

No trabalho de Duarte, Kato e Barbosa (2003) podemos verificar também algumas considerações sobre a ocorrência das estratégias de indeterminação (inclusive o clítico *se*) no PB e no PE.

Em um segundo momento, apresentamos os trabalhos de Omena e Braga (1996) e Lopes (2002) sobre as transformações pelas quais a forma *a gente* passou antes de assumir o comportamento indeterminador e o seu papel na indeterminação do sujeito. Posteriormente, com os trabalhos de Lopes (1998, 2002) e Omena (1996, 2003), será detalhada a variação *nós* X *a gente* na expressão de um sujeito indeterminado, seja pela frequência com que *nós* e *a gente* ocorrem neste contexto, seja pela expressividade de tais formas nos vários trabalhos sobre a indeterminação do sujeito.

Finalmente, verificaremos o trabalho de Nunes (1991) sobre o percurso diacrônico do clítico *se*, e Galves (1986, 2001), sobre a atuação de *se* na indeterminação do sujeito, apontando e explicando a diversidade de comportamentos deste *se* indeterminador. Além disso, caracterizamos, por meio da apresentação do trabalho de Martins (2004), o emprego deste clítico no PE.

1.5.1 O trabalho de Duarte, Kato e Barbosa (2003)

O trabalho de Duarte, Kato e Barbosa (2003) abarca as estratégias de indeterminação investigadas em nossa pesquisa e, por isso, julgamos conveniente apresentar, primeiramente, as constatações destas autoras acerca da realização da indeterminação do sujeito através de formas pronominais e do clítico *se*.

As autoras, com o objetivo de identificar quais estratégias PB e PE empregam na indeterminação do sujeito na escrita, que é, segundo estas autoras, “sabidamente mais conservadora que a fala” (DUARTE; KATO; BARBOSA, 2003, p.405), e explicar as possíveis diferenças entre estas variedades, observaram dados da fala e entrevistas transcritas de jornais e revistas de PB e PE.

Para a análise referente aos dados da fala, as autoras se basearam no trabalho de Duarte (1995, 2000 apud DUARTE; KATO; BARBOSA, 2003) e verificaram que, devido à tendência de perda do sujeito nulo no português brasileiro, que também atinge a indeterminação do sujeito, “o PB preenche mais o sujeito, fazendo grande uso de construções pessoais com ‘você’ e ‘a gente’” (DUARTE; KATO; BARBOSA, 2003, p.406) também nos casos de sujeito indeterminado.

No PE, as autoras verificaram que a estratégia *se* foi a preferida, ocorrendo em 38% dos dados, enquanto o uso de *você* ocorreu em somente 6%, apresentando-se como a estratégia menos usada. Por outro lado, no PB, *você* foi a forma preferida, já que equivaleu a 44% dos empregos, seguida pelo sujeito nulo (17%), terceira pessoa do plural (16%) e *a gente* (13%). As formas *se* (8%) e *nós* (2%) ficam restritas à fala de informantes mais velhos com maior escolaridade.

Já na análise da língua escrita, as autoras observaram separadamente os tipos de sentença e constataram que, nas sentenças finitas do PE, *se* foi a forma mais favorecida

(83%), seguida de *nós* (16%) e *a gente* foi pouco empregada, pois seu índice de ocorrência foi baixo (1%). O emprego de *nós*, segundo as autoras, foi “sempre não expresso” (DUARTE; KATO; BARBOSA, 2003, p.406).

Conforme Duarte, Kato e Barbosa (2003), no PB, *você*, *se* e *a gente* ocorreram com índices quase iguais e que o emprego destas formas foi, em sua maioria, expresso, conforme mostra a Tabela 2 sobre a ocorrência destas estratégias em sentenças finitas na modalidade escrita no PB e no PE.

TABELA 2²⁴

Formas de indeterminação em sentenças finitas em PE e PB.

Estratégia	Se	nós	a gente	você	nulo	Total
Variedade	N / %	N / %	N / %	N / %	N / %	
PE	83 (83)	16 (16)	1 (1)	-	-	100 (100%)
PB	23 (24)	5 (5)	21 (22)	38 (40)	9 (9)	96 (100%)

FONTE: DUARTE, M. E. L.; KATO, M. A.; BARBOSA, P. **Sujeitos Indeterminados em PE e PB.** In: Boletim da ABRALIN, II Congresso Internacional da ABRALIN, p.406.

Nas infinitivas, os resultados, segundo as autoras, apontaram para a preferência pelo emprego do sujeito nulo no PB e no PE, conforme mostra a Tabela 3 a seguir sobre a frequência de sujeito nulo, de *se* e *você* em infinitivas na modalidade escrita no PB e no PE.

²⁴ As Tabelas 2 e 3 são as Tabelas 1 e 2 de Duarte, Kato e Barbosa (2003), e se encontram nas páginas 2 e 3, respectivamente.

TABELA 3

Formas de indeterminação em sentenças infinitivas em PE e PB.

Sujeito	Nulo	se	você	Total
PE	82 (89%)	10 (11%)	-	92 (100%)
PB	75 (91%)	05 (6%)	02 (3%)	82 (100%)

FONTE: DUARTE, M. E. L.; KATO, M. A.; BARBOSA, P. **Sujeitos Indeterminados em PE e PB.** In: Boletim da ABRALIN, II Congresso Internacional da ABRALIN, p.407.

Como se pode notar nos resultados, segundo as autoras, o preenchimento da posição de sujeito das infinitivas se deu no PE somente com a estratégia *se* e em somente 11% dos casos, enquanto no PB, foram encontradas as estratégias *se* e *você* associadas à posição de sujeito das infinitivas. Estas estratégias indeterminadoras do sujeito corresponderam respectivamente a 6% e 3% dos empregos de PB.

Duarte, Kato e Barbosa (2003, p.407) observam, portanto, que nas infinitivas da língua escrita tanto de PB quanto de PE, há preferência pela posição vazia de sujeito e acrescentam que este aparecimento de *se* nas infinitivas está relacionado ao fato de que “ele parece estar se inserindo no sistema a partir de contextos regidos de preposição”.

Logo, as autoras concluem que, para indeterminar o sujeito nas finitas, PB privilegia formas pronominais. Nas infinitivas, segundo Duarte, Kato e Barbosa (2003), ambas as variedades do português privilegiam o sujeito nulo e houve 10% de emprego de *se*. Segundo as autoras, esta diferença surge em decorrência do emprego de *você* em substituição ao *se* no PE.

Apresentamos, nas seções a seguir, os trabalhos de Cavalcante (2001, 2002), Lopes (1998, 2002), Omena e Braga (1996) e Omena (1996, 2003), que nortearam nossa análise das formas pronominais de indeterminação do sujeito, e os trabalhos de Nunes (1991), Martins (2004) e Galves (1986, 2001) sobre o clítico *se*.

1.5.2 Estratégias pronominais de indeterminação

1.5.2.1 O aparecimento de formas pronominais na indeterminação do sujeito

Em função da ordem proposta para a abordagem das estratégias pronominais de indeterminação aqui investigadas, prosseguimos com a apresentação do trabalho de Cavalcante (2001), devido à proposta diferenciada de sua pesquisa, que, segundo ela, por haver constatado na maioria das pesquisas sobre a indeterminação somente um enfoque na língua falada e no estudo de formas plenas²⁵, propõe um foco diferente: uma análise das estratégias de indeterminação do sujeito voltada para a mudança lingüística, para o encaixamento lingüístico.

Cavalcante (2001), para investigar a indeterminação do sujeito, utilizou um *corpus* constituído de textos jornalísticos do início do século XIX aos fins do século XX, separados por ela conforme o nível de formalidade: crônicas, artigos de opinião e editoriais, dos menos para os mais formais, nesta ordem.

A autora, baseando-se em Tarallo (1993 apud CAVALCANTE, 2001), constata que o PB sofreu mudanças ao final do século XIX para o século XX, e uma delas foi o aumento da retenção pronominal para o sujeito que, segundo ela, ao lado de outras modificações, é parte de uma reorganização no sistema pronominal no PB. Dentre estas modificações está o enfraquecimento do emprego de *tu* e *vós* que desencadeou a entrada de novas formas no quadro pronominal, como *você* e *vocês* (substituindo *tu* e *vós*) e *a gente* (equivalente a *nós*).

²⁵ Assumimos a expressão *formas plenas* de Cavalcante (2001) - a autora emprega inclusive a expressão sujeitos plenos. A expressão *formas plenas* também foi empregada por Tarallo e Kato (1989), que mencionam SNs plenos; por Cavalcante (2002) e outros. Logo, ao empregarmos tal expressão, referimo-nos, como os autores, a formas que preenchem lexicalmente posições sintáticas nas sentenças.

Em decorrência do aparecimento dessas novas formas, houve uma redução nas desinências verbais que, na maioria das vezes, estando na 3.^a pessoa, não permitiam tão claramente a identificação das pessoas, fazendo necessária a sua explicitação por meio da representação plena de tais formas. Considera-se esta crescente representação plena como um sinal de que o PB estaria deixando de ser uma língua que possui o Parâmetro do Sujeito Nulo.

Cavalcante (2001) observou os trabalhos de Duarte (1993, 1995) com peças de teatro e entrevistas com informantes escolarizados da década de 90 e constatou que os resultados apontavam a retenção pronominal para o sujeito. Com base neste quadro, Cavalcante (2001) considera que é possível correlacionar a representação de um sujeito de referência arbitrária²⁶ por uma forma lexical a esta grande frequência de preenchimento da posição de sujeito e afirma que isto “configuraria uma mudança encaixada no sistema de mudanças que começaram a diferenciar PB do Português Europeu (PE) a partir de fins do século XIX” (CAVALCANTE, 2001, p.234).

Delineada a inserção de formas pronominais no contexto da indeterminação, voltamos para as observações de Cavalcante (2001) sobre as formas pronominais com função indeterminadora do sujeito, a fim de verificarmos os resultados de sua análise com textos da imprensa do século XIX que foram por ela confrontados com prescrições de algumas gramáticas normativas.

Além dos textos escritos, com a finalidade de comparar o ponto de vista de algumas gramáticas com a descrição do quadro pronominal da fala e assim relacioná-los ao seu *corpus* em estudo, Cavalcante observou as gramáticas de Ribeiro (1884) e Cunha e Cintra (1985) e pôde constatar a mesma prescrição da omissão do sujeito e, com esta prescrição, a recomendação, basicamente, do uso da 3.^a pessoa do plural para a indeterminação do sujeito.

²⁶ Consideramos a referência arbitrária com base na afirmação de Cavalcante (2001, p.236), segundo a qual algumas formas “assumem um valor mais genérico e passam a sujeitos de referência arbitrária”, ou seja, uma interpretação não muito clara de um referente, referência não específica.

Observando as pesquisas de Almeida (1992), Cunha (1993), Duarte (1995) e Cavalcante (1997) sobre a língua falada, Cavalcante (2001) constatou o uso de formas pronominais de indeterminação diferentes das estratégias que a GT recomenda, como mostra a Tabela 4 a seguir.

TABELA 4²⁷

Percentual de formas pronominais em quatro estudos

	CORPUS ²⁸	A GENTE	VOCÊ	ELES	NÓS
Almeida (1992)	Censo	22%	16,7%	14,2%	5,7%
Cunha (1993)	Nurc / RJ – 70	23%	48%	-	29%
Duarte (1995)	Nurc / RJ – 90	11,4%	38%	14%	2%
Cavalcante (1997)	APERJ	36,6%	4,2%	8%	31,2%

FONTE: CAVALCANTE, S.R. *O sujeito indeterminado na escrita dos séculos XIX e XX: uma mudança encaixada* 2001, 2001, p.237.

Cavalcante (2001) afirma que os resultados da tabela apontam um número significativo de formas pronominais indeterminadoras, sobretudo da forma *a gente*, que teve, no trabalho de Almeida (1992), um alto índice. Nos trabalhos de Cunha (1993) e Duarte (1995), *a gente* ocorreu com menor frequência que a estratégia *você*, a qual sofreu uma diminuição nos resultados de Cavalcante (1997), de modo paralelo ao aumento do emprego de *a gente* e *nós*, quando estas formas apresentaram seus maiores índices de ocorrência.

²⁷ A Tabela 4 é a Tabela 1 de Cavalcante (2001), e se encontra na página 237.

²⁸ O *corpus* utilizado por Almeida, 1992 apud CAVALCANTE, 2001 é constituído de entrevistas da amostra Censo do projeto Peul (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua) com falantes do Rio de Janeiro que são informantes alfabetizados até informantes com 2.^a grau. Os trabalhos de Cunha (1993) e Duarte (1995) têm como *corpus* entrevistas pertencentes ao acervo do Projeto NURC/RJ da década de 70 e 90 que lida com o português falado culto do Brasil. Já o *corpus* APERJ, utilizado por Cavalcante (1997), envolve informantes pouco escolarizados residentes no Estado do Rio de Janeiro.

Segundo a autora, a tabela demonstra uma preferência pela forma *a gente* nas falas populares (que os trabalhos de Almeida e Cavalcante analisaram) e também a forma *nós* nos dados do APERJ; e por *você*, na fala culta carioca (analisada por Cunha e Duarte).

Sobre o *corpus* de sua pesquisa, os textos jornalísticos, Cavalcante (2001) partiu da hipótese de que estes textos apresentariam a norma da escrita, não precisamente os padrões da GT. Entretanto, a autora verificou que, ao contrário, eles apontavam a inserção das formas pronominais típicas da fala (como *você* e *a gente*), “inclusive em textos de opinião – grau intermediário de formalidade – revelando um encaixamento da mudança do quadro pronominal na escrita” (CAVALCANTE, 2001, p.244), como mostram os exemplos (22) e (23):

(22) Um centavo, destes que **você** joga fora ou __ esquece que __ tem.²⁹

(23) Há quinze dias, **a gente** convive com o drama dos desabrigados do Palace 2.

Conforme Cavalcante (2001), esses resultados evidenciam duas tendências no PB que podem ser tidas como certas: o emprego de novas formas do quadro pronominal com generalização de sentido em contextos de indeterminação e a tendência ao preenchimento do sujeito de referência arbitrária.

Deste modo, o preenchimento da posição de sujeito indeterminado pelas formas pronominais *nós/a gente* e *você* pode ser visto, segundo ela, como uma tendência geral na língua, e a indeterminação do sujeito no PB, uma mudança encaixada no sistema de mudanças pronominais.

Cavalcante (2002) também analisou dados da língua falada e diferentes tipos de textos jornalísticos com a finalidade de examinar como as formas indeterminadoras do sujeito se manifestavam. A autora verificou que, na língua oral, há uma verdadeira preferência pelas

²⁹ Exemplos (22) e (23) extraídos de Cavalcante (2001, p.245).

formas plenas, sobretudo por *você*, *a gente*, *eles* e *nós*, o que permite a ela um leque maior de estratégias para indeterminação, como nos exemplos de (24) a (27):

- (24) **Você**, quando **você** viaja, **você** passa a ser turista. Então, **você** passa a fazer coisas que **você** nunca faria no Brasil.³⁰
- (25) Hoje em dia, quando **a gente** levanta as coisas, é que **a gente** vê tudo que aconteceu.
- (26) Aquilo ali é o oitavo GMAC. Foi a única unidade de guerra que ficou. Até hoje **eles** conservam ela ali.
- (27) **Nós** falamos gíria, coisa que não tem nada a ver com aquilo que se é.

Do mesmo modo como foi feito no trabalho de Cavalcante (2001), Cavalcante (2002) separou os textos conforme o nível de formalidade. A autora avança na análise da relação entre o emprego das estratégias indeterminadoras do sujeito e o grau de formalidade dos textos, pois, além de confirmar a inserção de formas da fala na escrita, identifica comportamentos diversos destes textos.

Cavalcante (2002) averiguou que, dado o caráter mais ou menos formal que os textos apresentavam, os resultados eram distintos no que se refere ao emprego dos pronomes na indeterminação do sujeito: os editoriais, mais formais, mostraram-se mais renitentes, apresentando um emprego mais conservador com relação à norma prescrita; já os artigos de opinião permitiam gradualmente a penetração de tais formas, mas não mais que as crônicas, as quais possuíam homogeneamente ocorrências dos pronomes e outras formas, e denunciavam um maior aumento de *a gente*.

A autora constatou que a formalidade dos tipos de textos também condicionou a representação nula ou plena das formas pronominais do seguinte modo: quanto mais formais

³⁰ Os exemplos de (24) a (27) foram extraídos de Cavalcante (2002, p.199).

os textos, maior o favorecimento das formas nulas, ocorrendo o oposto à medida que decresce a formalidade dos textos. Assim, as crônicas revelaram “uma maior implementação das estratégias mais utilizadas na língua oral” (CAVALCANTE, 2002, p.207).

Novamente, de maneira semelhante a Cavalcante (2001), em Cavalcante (2002), grande importância no emprego das formas indeterminadoras na língua escrita foi atribuída às desinências verbais. Enquanto na língua oral, devido à simplificação das desinências e à entrada de formas variadas na 3.^a pessoa do singular, torna-se necessário que as pessoas gramaticais sejam claramente explicitadas, a língua escrita ocasiona um sujeito nulo, sendo o preenchimento da posição de sujeito favorecido apenas quando as desinências não permitem esta distinção das pessoas, conforme o exemplo (28):

(28) Quando **a gente** chegou aqui, __ **éramos** os alegres brasileiros.³¹

Cavalcante (2002) faz uma constatação sobre o emprego das formas pronominais: no último período por ela analisado, de 1996 a 1998, o preenchimento da posição de sujeito atingiu também a posição de sujeito do infinitivo, isto é, a implementação de estratégias da língua oral na língua escrita se deu além das construções finitas, o que parece indicar a expansão do uso das formas pronominais, como mostra o exemplo (29) a seguir.

(29) Quantos edifícios mais precisam cair para **a gente conhecer** os outros Sérgio Nays da Câmara?³²

³¹ Exemplo extraído de Cavalcante (2002, p.207).

³² Ibid., p.212.

O encaixamento destas estratégias também foi observado por Lopes (2002), que correlaciona a inserção das novas formas no sistema pronominal à degradação de formas como o *vós* e afirma que “depreende-se na implementação dessa mudança tanto um encaixamento social quanto lingüístico” (LOPES, 2002, p.37). Conforme verificamos anteriormente, o encaixamento lingüístico desta inserção ocorreu em função de uma tendência de simplificação das flexões verbais em que *vós* foi substituído por formas na 3.^a pessoa. A autora também trata do encaixamento social da mudança *gente* → *a gente* ao afirmar que *vós* teve seu uso diminuído como forma de cortesia, momento em que houve ampliação e especialização do emprego de formas nominais pela consolidação de uma sociedade dividida em grupos sociais.

Além disso, a autora verifica que alguns exemplos apontam o emprego de formas pronominais, mais freqüentemente, por figuras populares femininas, indicando que, primeiramente, a expansão destas formas se deu de *cima para baixo* com a corte e a nobreza inicialmente adotando este emprego, ao passo que a disseminação das formas pronominais ocorreu de *baixo para cima* por meio de figuras populares.

Apresentada a inserção de formas pronominais no contexto de indeterminação do sujeito, confirmando que *nós* e *a gente* se fazem presentes neste contexto, julgamos necessário explicar o caráter pronominal que é atribuído ao termo *a gente*. Por isto, na próxima subseção, descrevemos trabalhos direcionados para a caracterização da pronominalização desta forma.

1.5.2.2 A Gramaticalização de *a gente*

Não foi sempre que a forma *[a] gente* teve a acepção genérica/indeterminada que lhe permite expressar um sujeito indeterminado. O percurso pelo qual este significado foi incorporado a esta forma é abordado por Omena e Braga (1996) e Lopes (2002). Assim, apresentamos os trabalhos destas autoras, a fim de descrevermos a referida trajetória.

Omena e Braga (1996) explicam que, devido a um processo de gramaticalização, o substantivo *gente*, que nomeia “de forma coletiva, indeterminadora, mais ou menos geral, um agrupamento de seres humanos, identificados entre si por objetivos, idéias e qualidades, nacionalidade ou posição” (OMENA; BRAGA, 1996, p.75), incorporou gradualmente em seu significado a noção de primeira pessoa do discurso.

Com este novo significado, a forma *a gente*, segundo as autoras, passou “a constituir uma expressão que propicia alternância com os pronomes *eu* e *nós*, principalmente quando a referência às pessoas do discurso é indeterminada” (OMENA; BRAGA, 1996, p.75). Tal observação foi possível mediante a verificação das autoras da aplicação dos cinco estágios³³ da gramaticalização levantados por Hopper (1991): *layering*, divergência, especialização, persistência e decategorização³⁴.

As autoras comprovam que *a gente* passou de uma expressão mais concreta para mais abstrata, mais específica para mais geral, seguindo e efetuando várias transformações típicas da gramaticalização.

³³ Ao verificarmos Hopper (1991), que orienta vários trabalhos sobre gramaticalização, notamos que o que as autoras denominam de *estágios* de um processo de gramaticalização são considerados por Hopper como *princípios* deste processo.

³⁴ O princípio *layering* (*estratificação*) é a coexistência de diversas alternantes dentro de um domínio funcional. A *divergência* diz respeito à manutenção da forma fonte/lexical no processo de gramaticalização. *Especialização* é o princípio que indica que a Gramaticalização implica um estreitamento nas escolhas pelas construções gramaticais. O princípio da *persistência* é a conservação de alguns traços da forma fonte. A *decategorização* (*descategorização*) diz respeito à perda ou à neutralização de marcadores morfológicos e privilégios sintáticos da forma fonte.

Lopes (2002) também trata deste processo de gramaticalização por que a forma *a gente* passou, porém ela faz uma análise mais aprofundada desta gramaticalização, enfocando o gradualismo que lhe é característico, e detalhando, inclusive, as alterações de diversos aspectos da forma inicial (forma substantiva *a gente*) que conferiram o caráter indeterminador à forma pronominal *a gente*. Portanto, a autora, além de relacionar o aparecimento de *a gente* ao desaparecimento de algumas formas pronominais, também enfoca as transformações sofridas por [*a*] *gente*, as diversas fases históricas e o gradualismo do processo de surgimento de *gente* → *a gente*.

O aparecimento da forma *a gente*, segundo nota Lopes (2002, p.25), é originado de “uma mudança categorial do substantivo *gente* para o pronome *a gente*”, partindo de uma expressão mais concreta para mais abstrata, de sinônimo de *pessoas* para uma noção mais genérica de pessoa. Segundo a autora, deixa de ser [ØEU]³⁵ e se altera para [+EU], pois a interpretação “inclua o falante” se torna mais visível, isto é, o traço semântico que antes era mais específico passa a permitir uma interpretação mais genérica que “pode ser ‘todo mundo (todas as pessoas), inclusive ‘o eu’” (LOPES, 2002, p.27).

A autora verificou que neste processo de gramaticalização, classificado por ela como um processo de *pronominalização* (já que a forma substantiva assume a categoria pronominal), houve ocorrência da forma substantiva do século XIII ao XVI e que somente a partir do século XVI apareciam ambas as formas, substantiva e pronominal, caracterizando um período de interpretação ambígua. Lopes (2002) nota que do século XVI ao XIX houve aumento dos casos ambíguos e que o uso efetivo da forma pronominal se deu a partir do século XIX, considerado por ela como a fase de transição. Este é o período para o qual ela volta sua análise a fim de descrever a transição de *gente*, como substantivo, para (*a*) *gente*, forma pronominal.

³⁵ O traço [ØEU] indica que a interpretação do referente não inclui o falante. Já o traço [+EU] permite que se entenda o falante como parte dos referentes.

Nesta transição, dentre as modificações ocorridas na forma inicial, a autora verifica que a subespecificação de número formal, característica de nomes, perdeu-se com o tempo, ou seja, a forma *gente* começou a perder tal traço a partir do século XVI, perdendo-o completamente no século XX.

Alterações no traço de gênero também marcaram esta pronominalização, uma vez que foi possível verificar a diminuição nas possibilidades de concordância com (*a*) *gente*, até a perda total deste traço formal, ficando esta forma, no século XIX e XX, no feminino singular. Mesmo não possuindo o traço formal de gênero, segundo Lopes (2002), *a gente* apresenta subespecificação (semântica) de gênero [α FEM], sendo entendida no feminino.

Do mesmo modo que número e gênero formais, os traços de pessoa foram também investigados por Lopes (2002) por terem manifestado alterações no decorrer da pronominalização: a concordância, antes feita na 3.^a pessoa do plural (P6), chega, ao final da pronominalização, devido a um decréscimo no uso da forma substantiva, com índices cada vez mais altos de concordância na 3.^a pessoa do singular (P3).

Além destas transformações, a autora investigou os fatores condicionadores de *gente* → *a gente* no século XIX (dêixis/anáfora/catáfora, tipologia semântica do sujeito, posição no SN, gênero (sexo), tempo verbal e graus de referenciabilidade), contudo, eles não fornecem importantes informações para nosso trabalho.

Assim, verifica-se a atuação de *a gente* ao lado do pronome *nós* no sistema pronominal e, embora as Gramáticas Tradicionais verificadas por nós não considerem *a gente* um pronome, assumimos tal forma, juntamente com *nós*, como formas atuantes na indeterminação do sujeito e a elas nos referimos pela expressão *formas pronominais*.

Apresentamos, a seguir, trabalhos sobre a variação lingüística entre *a gente* e *nós* na interpretação indeterminada do sujeito.

1.5.2.3 A variação *nós X a gente*

Esclarecido o caráter pronominal de *a gente*, abordamos as formas pronominais sob a perspectiva de Omena (1996, p.311), segundo a qual “o uso de *a gente* por *nós* em estruturas que não ferem a concordância verbal, dada a sua expansão, já não é tão fortemente estigmatizado, principalmente na fala informal”. Voltamos, pois, nosso olhar para a alternância entre *a gente* e *nós*, assumindo os trabalhos de Omena (1996), Lopes (1998) e Silva (2004), os quais investigam especificamente esta variação.

Omena (1996), com a finalidade de investigar os fatores sociais da variação *nós X a gente*, aponta as seguintes variáveis sociais: faixa etária, sexo, escolarização, renda, influência da mídia, mercado ocupacional e sensibilidade lingüística.

A autora, fazendo o cruzamento entre as variáveis idade e sexo, obteve o mesmo resultado qualquer que fosse o sexo: pessoas de maior faixa etária faziam maior uso de *nós*, que sofreu uma diminuição abrupta entre os mais jovens, que empregavam mais a forma *a gente*. Portanto, o fator sexo, como afirmado em Omena (1996, p.322), “atuou fracamente” na variação *nós X a gente*, sendo o fator faixa etária o de maior atuação dentro deste processo de variação, e relevante em inúmeras pesquisas com tais formas, como foi relevante no estudo de Lopes (1998), que será apresentado adiante.

Outro fator condicionador constatado e observado por Omena (1996) foi a escolarização e, relacionado a ela, o contato com a escola também influenciou o uso de uma ou outra forma. Quando os indivíduos não estavam em contato com a escola, era baixo o uso da forma padrão *nós*, ou seja, maior o emprego de *a gente*.

Comparando a fala de informantes de diferentes escolaridades que não estavam em contato com a escola, a autora observou um leve aumento no uso de *nós* entre falantes de

maior escolaridade, mas ainda assim o uso era reduzido. Contudo, em contato com a escola, os falantes apresentavam outro comportamento: nas etapas iniciais da escolarização, ocorreu bastante o emprego de *nós*, o que não se processou no Ensino Médio, período em que a forma *a gente* foi mais empregada. Segundo a autora, talvez isto se deva à necessidade de formação e de identificação de grupos sociais por parte dos estudantes.

Em resumo, nos resultados do trabalho de Omena, a forma *nós* foi associada a falantes mais idosos, a uma escolarização maior e ao contato com a escola; ao passo que *a gente* foi usado por jovens e falantes que não estavam em contato com a escola.

Dentre os demais fatores sociais apontados, somente renda e exposição à mídia foram relevantes: renda mais alta e maior exposição à mídia condicionavam o emprego de *nós*. As outras variáveis - mercado ocupacional e sensibilidade lingüística -, segundo ela, não apresentaram resultados significativos.

Também em Omena (2003) a variação *nós* e *a gente* foi focalizada. Com o objetivo de analisar “como está se dando a substituição da forma do pronome pessoal de primeira pessoa do plural pela forma *a gente*” (OMENA, 2003, p.63), a autora analisa dados da década de 80 e de 2000 e verifica que o uso de *nós* se mostra estável, ainda que a forma *a gente* predomine “sobre a forma pronominal mais antiga na função de sujeito” (OMENA, 2003, p.66), pois, nas faixas etárias iniciais é maior emprego de *a gente*, cuja ocorrência é diminuída na faixa etária de 26-49 anos, quando os falantes “adaptam seu desempenho ao grupo etário a que passam a pertencer” (OMENA, 2003, p.67), diferindo-se, segundo ela, de um caso de mudança em progresso.

Esta autora também faz menção ao papel da escola na variação *nós* e *a gente*, considerando-a “um dos fatores que atuam na manutenção do estado de língua, graças à sua atitude normativista, aos estudos gramaticais e ao contato intenso com a escrita, forças conservadoras” (OMENA, 2003, p.67) e acrescenta que a diminuição no emprego de *a gente*

ocorre não exatamente em função da escola, mas devido ao estudo das conjugações verbais em determinadas séries. Todavia, o uso de *a gente*, segundo ela, não parece estigmatizado no desempenho oral dos falantes.

O estudo de Lopes (1998) é outro trabalho sobre a variação *nós* e *a gente* que também nos serviu de fundamentação. A autora, usando como *corpus* entrevistas do Projeto NURC/Brasil com falantes do Rio de Janeiro (Sudeste), Porto Alegre (Sul) e Salvador (Nordeste), com o objetivo de explicar a diferente distribuição destas formas, aborda fatores externos e abarca também fatores lingüísticos que atuam nessa alternância.

Lopes (1998) baseia-se em autores como Benveniste (1988 apud LOPES, 1998) e Lemos Monteiro (1991 apud LOPES, 1998), que analisaram a expressão de um “eu-ampliado” por *nós* e *a gente*, e afirma que as formas da primeira pessoa do plural podem expressar *eu + não-eu*, *eu + não-pessoa* e *eu + não-eu + não-pessoa*, e que é justamente em função deste caráter genérico que os termos *nós* e *a gente* “estão sendo empregados pelos usuários da língua como recursos de indeterminação do sujeito” (LOPES, 1998, p.408).

Embora a pesquisa da referida autora tenha focado falantes mais escolarizados, Lopes utilizou as variáveis lingüísticas do trabalho de Omena (1986 apud LOPES, 1998) com falantes menos escolarizados. Lopes controlou, portanto, os seguintes fatores: paralelismo (tendência de repetição de uma mesma forma na seqüência discursiva, sendo livre a escolha da primeira referência), saliência fônica (diferenciação fônica acentuada entre duas formas que as mantém opostas), eu-ampliado (grau de expressão do nível de indeterminação), tempo verbal (dada expressão mais ou menos genérica de um determinado tempo verbal) e modalização (expressa a posição dos falantes sobre um tópico).

Os fatores favorecedores de *a gente* foram: no fator paralelismo, o antecedente *a gente* e sujeito $\emptyset$ + verbo na terceira pessoa do singular; na saliência fônica, a menor saliência; no eu-ampliado, o grau máximo de indeterminação: *eu + você(s) + eles*; no tempo verbal, o

gerúndio e o infinitivo; e na modalização, os auxiliares modais, que amenizam a responsabilidade do falante, como mostra a Tabela 5 a seguir.

TABELA 5³⁶

Ambientes favoráveis ao uso de *a gente*

Grupo de fatores	Fator condicionante	Nº/Total	Freq. %	P.R.
1) Paralelismo	Forma antecedente = sujeito Ø + verbo em P3	044/048	92	.91
	Forma antecedente = sujeito <i>a gente</i>	161/184	87	.90
2) Sexo/Faixa-etária	M1 – Mulheres de 25 a 35 anos	106/130	82	.85
3) Saliência fônica	Nível 1 – falava/falávamos	081/225	36	.62
	Nível 2 – fala/falamos; trouxe/trouxemos, etc.	183/287	64	.63
4) Região geográfica	Rio de Janeiro (sudeste)	217/369	59	.69
5) Eu-ampliado	Eu + você(s) + ele(s) – grau máximo de indeterminação	252/422	60	.65
6) Tempo verbal	Gerúndio	005/006	83	.75
	Infinitivo	029/042	69	.65
	Presente do Indicativo	276/564	49	.60
7) Modalização	Auxiliares modais (poder, querer, etc) + <i>a gente</i>	037/057	65	.59

FONTE: LOPES, C. R. S. *Nós e a gente no português falado culto do Brasil*. In: DELTA, v.14, n.2. São Paulo: 1998. p.410

³⁶ As Tabelas 5 e 6 são as Tabelas 1 e 3 de Lopes (1998), e se encontram nas páginas 412 e 415, respectivamente.

Por outro lado, favorecem o uso de *nós*: no fator paralelismo, o antecedente *nós* e sujeito $\emptyset$ + verbo na primeira pessoa do plural; na saliência fônica, a maior saliência; no eu-ampliado, o grau máximo de determinação: *eu* + *você*; no tempo verbal, o pretérito perfeito do indicativo, o futuro do subjuntivo e o pretérito imperfeito do subjuntivo; na modalização, as orações performativas (expressam a opinião pessoal para particularizar), conforme apontam os resultados da Tabela 6 a seguir.

TABELA 6

Ambientes mais favoráveis ao uso de *nós*

Grupo de fatores	Fator condicionante	Nº/Total	Freq.%	P.R.
1) Paralelismo	Forma antecedente = sujeito Ø + verbo em P1	078/084	93	.86
	Forma antecedente = sujeito <i>nós</i>	222/254	87	.79
2) Sexo/Faixa-etária	H3 – Homens com mais de 56 anos	173/199	87	.81
3) Saliência fônica	Nível 3 – está/estamos, tem/temos	150/221	68	.65
	Nível 4 e 5 – comeu/comemos, vai/vamos, foi/fomos, falou/falamos, é/somos	120/149	81	.77
4) Região geográfica	Porto Alegre	272/379	72	.60
5) Eu-ampliado	Eu + você – grau máximo de determinação	25/3222	78	.66
6) Tempo verbal	Pretérito Perfeito do Indicativo	081/086	94	.90
	Futuro do Subjuntivo	006/009	67	.84
	Pretérito Imperfeito do Subjuntivo	008/012	67	.67
7) Modalização	Verbos de opinião ou expressões do tipo “eu acho”+ x	009/010	90	.92

FONTE: LOPES, C. R. S. *Nós e a gente* no português falado culto do Brasil. In: DELTA, v.14, n.2. São Paulo: 1998. p.412

Além dos fatores lingüísticos, a Tabela 6 também aponta os resultados do cruzamento entre sexo e faixa etária, e os resultados verificados quanto ao fator região geográfica, elencados por Lopes (1998) como fatores extralingüísticos da variação *nós* X *a gente*.

Relativamente ao fator geográfico, a autora verificou um maior emprego de *a gente* no Rio de Janeiro, enquanto a forma *nós* teve preferência em Porto Alegre e em Salvador.

Em Lopes, do mesmo modo como se deu em Omena (1996), o fator sexo foi cruzado com o fator faixa etária e apresentou resultados também semelhantes aos que verificamos em Omena: os mais jovens privilegiavam a forma *a gente*, ao passo que a forma *nós* foi contemplada por informantes de faixa etária mais alta, qualquer que fosse o sexo do informante.

Lopes verificou um maior emprego da forma conservadora pelas mulheres de 25 a 35 anos, o que parece corroborar Omena (1996), a qual nota que, durante o período no qual homens e mulheres trabalham, estas últimas tendem a empregar mais a referida forma, “não havendo diferença sensível quanto à influência da variável sexo nem entre crianças nem entre os mais velhos” (OMENA, 1996, p.322).

Além destes trabalhos, Silva (2004) é relevante à nossa pesquisa de um modo especial, auxiliando-nos a estabelecer com qual dos vários possíveis significados das formas *nós* e *a gente* iremos lidar. Deste modo, apresentamos as idéias principais de seu trabalho.

Verificando diferentes matizes de *nós* e *a gente*, a autora afirma que estas formas, ao longo das atividades discursivas, alteram seus referentes, mudam de “cor” e são, por isto, chamadas metaforicamente pela autora de pronomes “camaleões”. Estas mudanças de referente, conforme Koch e Marcuschi (1998 apud SILVA, 2004, p.1125), são naturais no discurso, os referentes são evolutivos e as formas pronominais, como “camaleões”, alteram sua cor, ajustando-se ao ambiente discursivo. Assim, para a interpretação do referente, a autora acrescenta que somente o léxico não basta, sendo necessário para isto interpretar as

variantes no campo discursivo, e é também imprescindível, segundo ela, que olhemos para fatores estruturais e não-estruturais.

O ponto central no qual o trabalho da autora se apóia consiste no seguinte questionamento: de que maneira podemos considerar *nós* e *a gente* como variantes no sentido laboviano - de que elas são duas formas de expressar uma mesma coisa, e têm um mesmo valor de verdade nesta expressão –, se estas formas podem designar diferentes referentes?

Para “resolver” o problema da variável para os casos de *nós* e *a gente* na posição de sujeito” (SILVA, 2004, p.1123), Silva (2004) propõe duas alternativas: a primeira é delimitar uma regra variável para cada significado, por exemplo, estabelecer uma regra variável para *nós/a gente* expressando *eu*, uma outra para *nós/a gente* com significado de *eu + tu*, outra regra variável para *nós/a gente* expressando *eu + tu + ele(s)*; uma para *eu+ele(s)* e uma para o significado genérico. A outra alternativa é considerar uma regra variável apenas, que, diferentemente do que se dá na primeira alternativa, amplia o domínio da regra variável “aumentando o foco de análise” (SILVA, 2004, p.1123), abrangendo *nós* e *a gente* como expressão de *eu*, *eu+tu*, *eu+tu+ele(s)*, interpretação genérica, *eu + eles*. Os quadros abaixo, extraídos de Silva (2004), evidenciam ambas propostas.

Nós/a gente=**eu**

Nós/a gente=**eu+tu**

Nós/a gente=**eu+tu+ele(s)**

Nós/a gente=**eu+ele(s)** – [eu+meu(s) irmão(s)]

Nós/a gente=**genérico**

QUADRO 1 - Uma regra variável para cada significado

FONTE: SILVA, I. A definição da regra variável: algumas reflexões. **Anais da XX Jornada – GELNE**, João Pessoa, 2004, p.1123.

nós/a gente=	eu	
	= eu+tu	
	= eu+tu+ele(s)	
	= eu+ele(s)	–
irmão(s)]		[eu+meu(s)
	= genérico	

Quadro 2 - Uma regra variável apenas

FONTE: SILVA, I. A definição da regra variável: algumas reflexões. **Anais da XX Jornada – GELNE**, João Pessoa, 2004, p.1123.

Enfim, segundo mostra a autora, a diversidade de referenciais não compromete o conceito de regra variável (sendo que se pode considerar uma regra para cada significado ou considerar as possibilidades de significado como um todo por uma regra variável apenas), levando-se em conta o fato de que as referidas formas são “camaleões” que mudam sua cor conforme o ambiente. Silva afirma que há, na verdade, uma regra variável que dispõe aos falantes uma escala de significados (in)determinados dentro do domínio discursivo sem afetar a noção de regra variável, como se pode notar na seguinte afirmação:

O processo de (in)determinação do referente, manifestado através dessas duas expressões distintas de sujeito, não prejudica a noção de regra variável postulada por Labov [...] pois seus referentes permanecem sempre os mesmos na posição sintática em que as variantes co-ocorrem. (SILVA, 2004, p.1125)

Portanto, a autora evidencia a pertinência de considerar *nós* e *a gente* como variável para marcar um sujeito de referência (in)determinada mesmo que estas formas possam indicar diferentes referentes.

1.5.3 O clítico *se*

Partindo da existência de estratégias de indeterminação do sujeito expressas pelo clítico *se* em sentenças como (30), em que este clítico está associado à terceira pessoa do singular, e em sentenças como (31), em que *se* ocorre junto ao infinitivo, baseamo-nos nos trabalhos de Galves (1986), Nunes (1991), Martins (2004), Cavalcante (2001, 2002) e Duarte (2002), os quais nos auxiliaram na exclusão do primeiro tipo de construção e na consideração das construções de segundo tipo, posturas que detalhamos nas seguintes subseções.

(30) ***Aceita-se*** encomenda.³⁷

(31) Para ***se ter*** sucesso na vida é preciso persistência.

Apresentamos, primeiramente, o trabalho de Nunes (1991), que traça o percurso diacrônico de *se* apassivador → *se* indeterminador, isto é, explica o surgimento de *se* no campo da indeterminação do sujeito. Posteriormente, abordamos Galves (1986), que nos fornece importantes considerações a respeito do clítico *se*, e Martins (2004), sobre as construções com *se* no português europeu. Finalmente, serão apresentados os trabalhos variacionistas sobre a atuação deste clítico na representação de um sujeito indeterminado.

³⁷ As sentenças em (30) e (31) são exemplos nossos.

1.5.3.1 O percurso diacrônico de *se*-indeterminador

O clítico *se*, constituindo-se uma estratégia na indeterminação do sujeito, tem seu percurso diacrônico traçado por Nunes (1991). Para delinear a trajetória deste clítico, o autor parte da análise das estruturas em (32) e (33):

(32) Alugam-se casas.³⁸

(33) Aluga-se casas.

Em (32), o autor considera que o clítico *se* recebe o papel temático³⁹ de argumento externo e caso⁴⁰ acusativo, e *casas* recebe o papel temático de argumento interno e caso nominativo em cadeia, com o expletivo ocupando a posição de sujeito, sendo a estrutura desta sentença representada da seguinte forma:

(32a) (expl) alugam-se_{θe} casas_{θi}⁴¹

Já no exemplo (33), por haver um pronome nulo referencial indeterminado pelo *se* na posição de sujeito, este pronome recebe papel temático de argumento externo, enquanto o *se* deixa de receber tal papel. O SN *casas* continua recebendo papel de argumento interno, mas,

³⁸ Os exemplos (32) e (33) foram extraídos de Nunes (1991, p.33).

³⁹ O papel temático diz respeito a informações relativas à seleção semântica expressa pelo verbo. (cf. MIOTO; FIGUEIREDO SILVA; LOPES, 1999).

⁴⁰ O caso aqui mencionado trata-se do caso morfológico que, diferentemente do caso segundo a Gramática de Casos, pode indicar papéis temáticos diferentes, e diferentes casos podem indicar um mesmo papel temático. É o caso que permite a dedução do papel temático (cf. MIOTO; FIGUEIREDO SILVA; LOPES, 1999).

⁴¹ O subscrito θ_e é a representação do papel temático recebido pelo argumento externo. Já o subscrito θ_i representa o papel temático recebido pelo argumento interno.

recebendo, agora, caso acusativo. Assim, o autor atribui à sentença em (33) a seguinte representação:

(33a) $pro_{\theta e}$ aluga-se $_{\theta 0}$ casas $_{\theta i}$ ⁴²

Nunes verifica, então, que o clítico *se* se comporta diferentemente em cada uma das estruturas: como há um expletivo em estruturas como 32a, *se* recebe o papel temático de argumento externo, ao passo que em estruturas como 33a, por haver um *pro* na posição do argumento externo, *se* deixa de receber o papel destinado a esse argumento.

Segundo o autor, o surgimento do *se*-indeterminador em frases como (33) foi posterior ao *se*-apassivador com concordância verbal e sintagma agentivo, e sua origem está ligada a este *se*-apassivador.

Devido à semelhança entre as construções passivas e indeterminadas, como explicado pelo autor com os exemplos supracitados, Nunes (1991) tem como hipótese para a origem deste *se*-indeterminador um processo de reanálise sintática da construção com *se*-passivo. Para este processo de reanálise, o autor considera as construções em que o verbo possui argumento interno singular, como em (34), como *input* ideal, pela possibilidade desta sentença ser interpretada de duas maneiras: passiva, em (34a), ou indeterminada, como em (34b).

(34) Consertou-se o brinquedo.⁴³

(a) (expl) consertou-se $_{\theta e}$ [o brinquedo] $_{\theta i}$

(b) $pro_{\theta e}$ consertou-se $_{\theta 0}$ [o brinquedo] $_{\theta i}$

⁴² O **pro** é um tipo de categoria vazia (*ec*) pronominal que possui exatamente as mesmas propriedades de distribuição do pronome em uma sentença. No PB pode ocorrer ou não um pronome lexicalmente realizado na posição em que este **pro** se encontra, como em *A Maria_i, eu vi ec_i no cinema ontem e ec choveu*, respectivamente. (cf. MIOTO; FIGUEIREDO SILVA; LOPES, 1999)

⁴³ O exemplo (34) e as estruturas representadas em (a) e (b) foram extraídas de Nunes (1991, p.37).

O autor esclarece que este processo de reanálise a que ele se refere ocorre não apenas com o *se*, que passa de receptor do papel temático de argumento externo a participante da relação anafórico-pronominal com o pronome nulo na posição de sujeito; mas também com o argumento interno, o qual muda de categoria de sujeito para objeto, e com a categoria vazia, em que o expletivo *se* torna um pronome referencial nulo, indeterminado pelo *se*.

Explicada a reanálise do clítico *se*, Nunes (1991, p.36) acrescenta que o emprego de sentenças que apresentam a concordância entre verbo e argumento interno no plural ocorre no PB devido à “renitência da gramática tradicional”, em função de um policiamento da escrita culta, de modo que, por vezes, acontecem hipercorreções como no exemplo (35):

(35) Tratam-se desses assuntos.⁴⁴

Entretanto, o emprego de *se* não é um fenômeno uniforme nas variedades do Português, pois, conforme o autor verificou, PB e PE não se comportavam da mesma maneira: enquanto o PE faz a concordância na maioria dos casos, o PB privilegia o oposto, o *se*-indeterminador, ou seja, tem preferência pela forma inovadora, como o exemplo (33) à página 53.

Uma outra questão delineada por Nunes (1991) nos pareceu conveniente considerar para o estudo da indeterminação do sujeito: o desaparecimento deste clítico nas sentenças finitas em PB, independentemente da escolaridade dos falantes, como nos exemplos (36) e (37):

(36) Nos nossos dias não **usa** mais saia.⁴⁵

(37) **Diz que** Reagan vai mudar de estratégia.⁴⁶

⁴⁴ Exemplo extraído de Nunes (1991, p.36).

⁴⁵ Ibid., p.46.

⁴⁶ Os exemplos (37) e (38) foram extraídos de Galves (2001, p.36).

No PB, há uma tendência em expressar a indeterminação do sujeito com o verbo na terceira pessoa do singular e sem sujeito lexical, o que contrasta com o emprego do clítico *se* em PE, como no exemplo (38):

(38) ***Diz-se que*** Reagan vai mudar de estratégia.

Como a terceira pessoa do singular sem sujeito explícito e sem *se* expressa em PE referência determinada e em PB referência indeterminada, segundo Nunes (1991), há duas possíveis causas para o desaparecimento de *se*: a discordância na terceira pessoa do plural - ele/eles fala -, ou a tendência de supressão dos clíticos em PB⁴⁷. Segundo ele, esta última parece ser a “mais razoável fonte originadora” (NUNES, 1991, p.47).

Esta verificação demonstra a ocorrência da 3.^a pessoa do singular sem *se* como um recurso para indeterminar o sujeito, embora as gramáticas não designem tal função a esta forma verbal. O emprego da 3.^a pessoa do singular na indeterminação do sujeito acontece, inclusive, na expressão *Diz que*, que também não é abordada pelas gramáticas, exceto por Luft (1979), que a caracteriza como uma ocorrência antiga, conforme vimos na seção 2.2 deste capítulo, à página 17.

De modo paralelo à tendência de elisão de *se* nas sentenças finitas, Nunes (1991) verifica o aparecimento de *se* em construções infinitivas no PB, um uso que, segundo o autor, surge da interpretação da posição vazia do sujeito. No PE, a interpretação do referente nestes casos é indeterminada, diferentemente do PB em que a interpretação da posição vazia é determinada, por podermos tomar como referência algum termo anteriormente mencionado, já conhecido.

⁴⁷O clítico *se* tem sofrido uma tendência ao apagamento quando desempenha várias funções: médio, pronominal, reflexivo. (cf. GALVES, 2001).

Justifica-se, pois, a inserção de *se* neste contexto: evitar a correlação com algum outro termo que impeça a interpretação indeterminada da sentença. Logo, a indeterminação do sujeito em infinitivas ocorre no PB e no PE, segundo o autor, com as seguintes estruturas, respectivamente:

(39) É impossível [$\text{pro}_{\theta e}$ ***se*** _{$\theta 0$} achar lugar aqui]

(40) É impossível [$\text{PRO}_{\theta e}$ ***achar*** lugar aqui]⁴⁸

Além do corpus de língua falada, Nunes analisa dados da Revista Veja (1988-1989) com o propósito de verificar o prestígio das formas inovadoras. Ele nota que não houve grande rejeição das sentenças finitas com discordância verbo/argumento e do *se* com infinitivo. As ocorrências de *se*+infinitivo foram bastante freqüentes na escrita, sendo consideradas, portanto, como uma das construções “que têm maior prestígio dentro do que se pode estabelecer como modalidade escrita padrão” (NUNES, 1991, p.53).

Baseando-nos em Galves (1986), Martins (2004), Cavalcante (2001, 2002) e Duarte (2002), descrevemos, na subseção seguinte, outras particularidades do clítico *se*, por exemplo, *se*+infinitivo, que antecipamos com algumas observações de Nunes (1991).

⁴⁸ **PRO** é um tipo de categoria vazia que pode ser controlada pelo sujeito da oração matriz (Eu quero [*ec* comer camarão]), ou não controlada (Eu me pergunto como [*ec* enriquecer neste país]), tendo este último tipo uma interpretação arbitrária, segundo apresentam os autores. (cf. MIOTO; FIGUEIREDO SILVA; LOPES, 1999).

1.5.3.2 O clítico *se* na indeterminação do sujeito

O clítico *se* indeterminador é abordado pelas GT, mas, além de fazer parte das prescrições das gramáticas, ele está presente em outros contextos, os quais são abordados nesta subseção por meio dos trabalhos de Galves (1986), Martins (2004), Cavalcante (2001, 2002) e Duarte (2002).

Galves (1986), sob a ótica da teoria dos casos e das funções temáticas, aborda outros contextos de ocorrência de *se*, dentre os quais está a discordância entre verbo e argumento interno em construções finitas. Entretanto, não apresentaremos estes apontamentos, porque eles fogem ao escopo de nosso trabalho, pois partimos da concepção de Nunes (1991), segundo a qual o *se* tem sofrido uma tendência ao desaparecimento neste tipo de construção.

Além das construções finitas, a autora aborda também a presença do *se* nas infinitivas e, deste modo, nos é significativo o seu trabalho pela explicação que ele nos fornece sobre este fenômeno e sobre o papel do clítico *se* nestas construções.

Galves verifica que, devido à existência de infinitivo flexionado no português, diferentemente de outras línguas românicas, um SN pode aparecer na posição de sujeito como em (41):

(41) É impossível **o João** conseguir lugar aqui.⁴⁹

Segundo ela, é pela possibilidade de ocorrência de sentenças como (41), que é explicada a gramaticalidade de frases como (42):

⁴⁹ Os exemplos (41) e (42) foram extraídos de Galves (1986, p.06).

(42) É impossível *se conseguir* lugar aqui.

Portanto, o aparecimento de *se* neste tipo de construção está ligado, segundo ela, à possibilidade de haver um infinitivo flexionado que possua um referente que não seja indeterminado. Galves (1986) considera que esta inserção de *se* em construções não-finitas é um fato estranho no PB, já que tem sido notado um enfraquecimento da concordância, diferentemente do PE, uma variedade do português em que isto não ocorre e que ainda assim apresenta menos frequentemente o *se* nas infinitivas.

Ainda que haja esta contradição, a ocorrência de *se*+infinitivo se confirma, pois a autora também verificou a presença de *se* em infinitivas sem atribuidor de caso nominativo, como no exemplo (43):

(43) O João é um osso duro de *se roer*.⁵⁰

Nestes casos, Galves nota que a Gramática Gerativa atribui caso objetivo à categoria vazia em posição de objeto, e esclarece que um outro tipo de SN não pode ocupar a posição de sujeito neste tipo de sentença, como mostra a agramaticalidade da frase em (44):

(44) *O João é um osso duro de *Pedro roer*.

Diferentemente do PB, no PE, segundo ela, mais usualmente ocorrem sentenças infinitivas sem *se* para expressão do sujeito indeterminado, como em (45):

(45) O João é um osso duro de *roer*.

⁵⁰ Os exemplos de (43) a (45) foram extraídos de Galves (1986, p.07).

Galves (1986) afirma que este comportamento diferenciado de PB e PE ocorre pelo fato de em PB, de maneira oposta a PE e outras línguas românicas, a ausência de *se*, como em (46), tornar a frase ambígua, gerando diferentes interpretações:

(46) O João é difícil de pagar.⁵¹

(a) É difícil pagar o João.

(b) O João paga dificilmente.

Segundo ela, o *se* é inserido para retirar a ambigüidade da frase, e demonstra que o caso objetivo é atribuído ao SN interno e que este clítico não tem fonte que atribua caso nominativo.

Além destas considerações sobre o papel de *se* como indeterminador, a autora discute a respeito do caráter argumental ou não do clítico *se* e faz importantes considerações para a análise deste clítico.

Galves, concebendo a noção de argumento, segundo Chomsky, como um item relacionado a uma função temática, afirma que *se*, à primeira vista, pode ser considerado argumento, já que

está em muitos dos seus usos nitidamente associado a um papel temático nas frases em que aparece, seja agente nas indeterminadas e ‘passivas’, seja qual for a função temática associada ao objeto. (GALVES, 1986, p.09)

Assim, segundo ela, a situação é contraditória, sendo que o *se* é gerado sob o nóculo da Flexão, onde recebe papel temático de agente, mas que não é uma posição argumental. Por isto a autora não o considera um argumento, mas afirma que ele é importante para o

⁵¹ O exemplo (46) e as interpretações em (a) e (b) foram extraídos de Galves (1986, p.06).

entendimento das funções temáticas associadas aos verbos, além de permitir a identificação de categorias vazias.

Galves (1986) menciona a seguinte estrutura proposta por Chomsky para línguas que possuem clíticos:

$$(47) \text{ SN FL } \underset{\text{SV}}{[\text{cl- V SN}]}$$

Esta estrutura aponta, segundo ela, dois lugares distintos - um para o clítico *se* e outro para o SN -, e o preenchimento ou não desta posição do SN que, conforme Galves, diferencia ou não as línguas. Além disso, a autora afirma que esta estrutura permite compreender o clítico como um termo “associável como os outros clíticos a posições argumentais, mas nunca sendo argumento por si próprio e desempenhando a função de identificar as categorias vazias nessas posições” (GALVES, 1986, p.11).

Assim, o efeito do *se* nas frases infinitivas é “permitir interpretação arbitrária da categoria vazia devida nas infinitivais à ausência de AGR” (GALVES, 1986, p.14). A presença de *se* nestes casos tem efeito semântico: neutraliza o traço de pessoa presente em AGR (traço inexistente na ausência de concordância).

Galves (1986) afirma que a ambigüidade na interpretação de frases como (46) está relacionada à interpretação da categoria vazia, e, ainda, menciona as estruturas em (48) e (49) abaixo:

- (46) O João é difícil de pagar.
- (a) É difícil pagar o João.
- (b) O João paga dificilmente.

- (48) O João_i é difícil de []_i pagar
 (49) O João_i é difícil de [] pagar []_i

Segundo ela, a sentença (46), com a interpretação de (b), apresenta a categoria vazia em co-referência com o sujeito da sentença, como mostrado em (48). Já em (49), referente à interpretação em (a), a construção é mal-formada, tendo em vista que a categoria vazia de sujeito não está identificada e, diferentemente da função temática atribuída ao objeto, tem que ser realizada. Conforme afirma Galves (1986), é a presença de *se* na sentença que permite a identificação do sujeito.

Além disto, a autora nota que também é possível que a categoria vazia seja preenchida por um item lexical como no exemplo gramatical abaixo, em (50), e afirma que, *você*, e outros termos que ocupam esta posição, como é o caso de *a gente*, funcionam como indeterminadores, e que tais exemplos têm interpretação próxima de frases como (51):

- (50) O Pedro não é fácil de **você** encontrar por aqui.⁵²
 (51) O João não é fácil de **se encontrar**.

Conforme a autora, o *se* é uma realização temática do argumento externo. Galves esclarece ainda que, para a presença de *se* em frases como (52), tem-se a representação proposta por ela em (53):

- (52) É impossível **se** conseguir lugar aqui.
 (53) É impossível $\left[\begin{array}{c} [] \\ \text{SN} \end{array} \quad [se \quad \text{AGR}] \quad \text{conseguir...} \right]$

⁵² Os exemplos de (50) a (52), e a estrutura em (53) foram transcritos de Galves (1986, p.28).

Galves explica que este tipo de estrutura é gramatical, porque tanto PE quanto PB permitem um SN lexical na posição de sujeito encaixada e acrescenta que a diferença entre PB e PE na aceitação ou não de construções infinitivas com *se* “reside na interpretação das frases em que o verbo é não marcado quanto à pessoa” (GALVES, 1986, p.29), isto é, consiste na interpretação da categoria vazia em construções abertas à predicação, como em (54):

(54) É impossível [_{SN}] AGR conseguir lugar

Justifica-se, portanto, a inserção de *se* nas construções infinitivas: garantir a interpretação indeterminada deste tipo de sentença.

Embora não tenhamos detalhado um trabalho sobre o emprego de formas pronominais em PE, apresentamos o estudo de Martins (2004) sobre o clítico *se* nesta variedade do português, pois a autora apresenta alguns empregos singulares e faz importantes observações sobre este clítico, baseando-se em trabalhos sobre o português europeu em diversas épocas, e utilizando, portanto, um *corpus* diacrônico.

No trabalho de Martins, constatamos que o clítico *se* também assume um comportamento variado no PE. Segundo a autora, “no final do período medieval manifesta-se uma nova mudança que afeta as estruturas com *se*” (MARTINS, 2004, p.1), a saber: a ausência de concordância entre verbo e argumento interno, um tipo de construção em que o *se* se encontra associado à posição de sujeito, e não mais o argumento interno, como no exemplo (55).

- (55) As outras cousas da grandeza desta terra e do seu governo e costumes se guarda pera os livros de geografia.⁵³

De acordo com a autora, este tipo de sentença surgiu no século XV, expandiu-se no século XVI e deve ser entendido como uma construção na ativa, cujo caráter ativo, segundo ela, tem se mostrado não só na discordância, mas também na compatibilidade destas construções com outros tipos de verbo (como os intransitivos, *ser* e *estar*) e na marcação casual do argumento interno pronominal como acusativo, como mostram os exemplos a seguir:

- (56) O médico da camara... ainda não é chegado. Não lhe faltará que fazer, porque **se adoece** e morre muito.
- (57) Aqui, senhor Pancrácio, **está-se** optimamente.⁵⁴
- (58) Tinha-se um burrinho, ia-se buscar e levar a farinha. **Trazia-se-o** [o trigo] em grão e levava-se em farinha.⁵⁵

Martins explica que, podendo haver um sujeito definido em sentenças com verbo e argumento interno no singular, como em (59), ou a ocorrência de *se*, como em (60), as construções com verbo e argumento interno no singular são propiciadoras e propulsoras da reanálise de *se*-passivo a ativas com *se*, como vimos também em Nunes (1991) sobre o PB.

- (59) & porem o padre lee este evangelho na festa da trindade.⁵⁶
- (60) & porem se lee este evangelho na festa da trindade.

⁵³ Os exemplos (55) e (56) são de Rodrigues (1993, p.177 apud MARTINS, 2004, p.2).

⁵⁴ O exemplo (57) foi extraído de Said Ali (1908, p.97 apud MARTINS, 2004, p.2).

⁵⁵ Exemplo (58) extraído de Martins (2004, p.2).

⁵⁶ Os exemplos de (59) a (60) foram extraídos de Naro (1976, p.802-803 apud MARTINS, 2004, p.2).

A autora afirma que, no português europeu moderno, em construções como a apresentada em (60), o *se*, embora ocupe a posição canônica de sujeito, não realiza concordância por não apresentar traços relevantes para isto, como [pessoa-número]. Isto demonstra, segundo Martins, que, apesar de trabalhos diacrônicos e gramáticas descritivas insistirem na persistência das construções passivas ao lado das construções de *se*-indeterminador, o *se*-apassivador tem trilhado um caminho de fossilização.

Outro ponto do trabalho de Martins, que é conveniente abordar, trata-se da análise de um tipo particular de construção com *se* em PE que “é estranho ao português standard” (MARTINS, 2004, p.6). O tipo de construção a que a autora se refere são frases de “duplo sujeito”, assim chamadas pela presença de dois elementos que desempenham a função de sujeito: o *se* e um outro constituinte, ou “duplo”. Este tipo de frase é encontrado nos dialetos de Madeira, Porto Santo e, com menor frequência, em dialetos açorianos e do centro-sul de Portugal.

Este tipo de construção, também de caráter ativo, aparece com o enfraquecimento da passiva e, segundo ela, neste tipo de construção, o argumento interno é objeto do verbo e não faz concordância com ele, como mostram os exemplos abaixo:

(61) E depois, chegando ao tempo da poda, **a gente** sega-*se* esses olhos todos e deixa-se este só.⁵⁷

(62) Nunca **se vimos** este peixe.

Martins (2004) afirma que, mesmo que o clítico *se* não tenha traços de [pessoa-número] para efetuar a concordância, através de um mecanismo de concordância entre *se* e o seu “duplo”, são preenchidos os valores subespecificados, o que indica que os dois constituintes têm repartidas entre si as propriedades associadas ao sujeito frásico.

⁵⁷ Exemplos (61) e (62) extraídos de Martins (2004, p.6).

Dentre os doze exemplos mencionados como construções de “duplo-sujeito”, em nove deles o “duplo” de *se* foi o termo *a gente*, cuja alta ocorrência é justificada pela autora como sendo em função de o universo de referência ser, na maioria das vezes, o do locutor. Embora a autora considere a expressão de sentimentos e idéias do locutor por meio de expressões do universo no qual se insere, ela nada afirma a respeito de uma possível interpretação do referente como um sujeito indeterminado.

Apontados os trabalhos de enfoque gerativista e o de Martins, com o PE, retomamos Cavalcante (2001, 2002) e verificamos Duarte (2002), que também investigam o clítico *se*, porém numa perspectiva variacionista.

No que diz respeito ao emprego de *se* em sentenças finitas com o verbo não fazendo concordância com o argumento interno, Cavalcante (2001) verificou que as gramáticas tradicionais não permitiam esta discordância e que, apesar disto, muitos pesquisadores levavam em conta este tipo de sentença como um recurso para indeterminar o sujeito, independentemente do caráter sintático. No entanto, do mesmo modo que verificado por Nunes (1991), a autora notou um decréscimo no emprego de *se* em sentenças finitas ao observar dados de língua escrita.

O *se* com infinitivo também foi analisado e, segundo ela, foi bastante usado, ainda que a aceitação deste tipo de construção não fosse unânime, havendo quem a aceitasse (considerando-a uma sentença passiva), rechaçasse, ou nem mesmo mencionasse tal uso, mas, de um modo geral, nos textos verificados por ela, inclusive na área de Letras e Linguística, o *se*+infinitivo esteve bastante presente, o que caracterizou, segundo a autora, este uso de *se*, antes estigmatizado, como uma forma de prestígio.

Os resultados dos diferentes empregos de *se*, seja em finitas, seja em infinitivas, foram apontados pela autora na seguinte tabela:

TABELA 7⁵⁸O uso de *se* em sentenças finitas e não-finitas

	Sentenças finitas		Sentenças não-finitas	
	Com <i>se</i>	Sem <i>se</i>	Com <i>se</i>	Sem <i>se</i>
Duarte (1995)	7,2%	15,6%	-	-
Cavalcante (1997)	2%	17,6%	0,6%	-

FONTE: CAVALCANTE, S.R. *O sujeito indeterminado na escrita dos séculos XIX e XX: uma mudança encaixada?* 2001, p.242.

Mediante os dados das pesquisas de Duarte (1995) e Cavalcante (1997) sobre a língua falada com falantes de diferentes níveis de escolarização, Cavalcante (2001) demonstra com esta tabela que, independentemente da escolarização, houve a preferência pela ausência de *se* em construções finitas, uma leve ocorrência de infinitivo com *se*, não ocorrendo nenhum caso de infinitivo sem *se*.

Em seu *corpus* de textos da língua escrita, Cavalcante (2001) verificou que, ao lado da inserção de formas pronominais freqüentes na fala, havia ocorrências de *se*+infinitivo, inclusive em alternância com o infinitivo sem *se*, como no exemplo (63):

(63) Há muita coisa pra __ **ver** e uma ou outra dá até para **se comprar**.⁵⁹

Além disso, do mesmo modo que Galves (1986) anteriormente apresentada, Cavalcante (2001) encontrou em seus dados uma alternância entre *se* e forma pronominal em

⁵⁸ A Tabela 7 corresponde à Tabela 3 de Cavalcante (2001), e se encontra na página 242.

⁵⁹ Exemplo (63) transcrito de Cavalcante (2001, p.245).

construções com discordância verbo/argumento interno para a expressão de referência arbitrária no infinitivo, conforme os exemplos (64) e (65):

- (64) O argumento mais surrado em sua defesa [do crescimento econômico] é a necessidade de **se gerar** mais empregos.⁶⁰
- (65) Quantos edifícios mais precisam cair para **a gente** conhecer os outros Sérgio Nayas da Câmara?

Ao analisar o emprego do clítico *se*, Cavalcante (2001), com base na análise de seus dados, afirma que os casos de não-concordância verbo-sujeito nas passivas pronominais eram favorecidos por verbos auxiliares, como o exemplo (66), e em sentenças não-finitas com *se*, como no exemplo (67). Além disso, a autora acrescenta que nas sentenças não-finitas as preposições são um contexto propiciador ao aparecimento de *se* antecedendo o infinitivo.

- (66) Em situações como estas, **pode-se aplicar metodologias** de antecipação do cenário eleitoral.
- (67) Nada como uma boa distância para **se observar virtudes e defeitos** do país.

Assim, Cavalcante (2001) recomenda que sejam considerados fatores gerais a serem observados: “sujeito nulo X pleno; presença ou ausência de *se*; forma de indeterminação; forma verbal (finita, não-finita); correferência; regência de preposição; tipo de oração” (CAVALCANTE, 2001, p.248). Para a análise de *se* estão elencados como fatores específicos: característica/posição do SN e concordância.

Cavalcante (2002), além de tratar de formas pronominais, como apresentamos na seção 2.5, também faz importantes observações sobre o emprego de *se* e trata de alguns fatores condicionadores.

⁶⁰ Os exemplos (64) e (65) foram extraídos de Cavalcante (2001, p. 246-247).

A autora verificou na GT as seguintes prescrições para a indeterminação do sujeito: o emprego da 3.^a pessoa do plural sem pronome explícito e o emprego da 3.^a pessoa do singular com *se* com verbos intransitivos, transitivos indiretos e transitivos que agem intransitivamente, isto é, basicamente as mesmas estratégias recomendadas pelas gramáticas que verificamos, exceto pela prescrição que a autora encontrou em Bechara (1977) da 3.^a pessoa do singular sem *se*, mas de maneira restrita à expressão *Diz que*, o que não observamos na maioria das gramáticas atuais.

De maneira divergente da GT, os textos da imprensa verificados por ela apresentaram um emprego significativo de estruturas com discordância verbo/argumento interno nas finitas e um aumento de *se* nas infinitivas. O *se* nas orações finitas, conforme Cavalcante, tem enfraquecido. Entretanto, seu uso ainda é maior que o emprego de *nós* que, da mesma maneira que se dá na língua oral, tem seu uso diminuído⁶¹.

Segundo ela, os contextos de não-concordância em construções com *se* se expandiram ao longo dos anos por construções com auxiliares de tempo composto, com auxiliares modais e sem estes condicionamentos, aparecendo em sentenças como as apresentadas nos exemplos de (68) a (70):

- (68) Não há ninguém que ignore como as últimas eleições se fizeram; os resultados alcançados contra a facção mostram de sobejo a força dos princípios constitucionais, que, mercê de Deos, não morreram ainda, apesar dos esforços que para assassinar-os ***se tem feito***.⁶²
- (69) Fazendo a sua profissão de fé religiosa, o parlamentar brasileiro entra em outras considerações terminando por accentuar que a uma individualidade da cultura e da visão do eminente purpurado ***não se pode atribuir*** atitudes dúbias.

⁶¹ Outros autores, como Omena (2003), também notam a redução no emprego de *nós*. Omena explica que, ainda que um indivíduo adquira a variante *nós* no seu processo de aquisição linguística, “esse conhecimento é passivo, pois, a princípio, usa sempre ou quase sempre a variante nova” (OMENA, 2003, p. 79), isto é, a forma *a gente*.

⁶² Os exemplos de (68) a (74) foram extraídos de Cavalcante (2002, p.206-210).

- (70) E como já ***se presumia*** tendências à medida insólita, não foi difícil encontrar a porta da salvação ao estender a reeleição, que não podia ser um privilégio exclusivo do atual ocupante do palácio presidencial.

Além destes fatores condicionadores, a formalidade dos textos, bem como para as formas pronominais, se mostrou um fator relevante no emprego do clítico *se*. Para a indeterminação em sentenças finitas, os editoriais, tipo de texto mais formal, privilegiaram bastante o *se*, dado o prestígio desta forma. Também nos artigos de opinião, há ocorrências de *se*, no entanto, ocorre este emprego ao lado da 1.^a pessoa do plural. Já as crônicas apresentam homogeneidade no emprego de *se*, *nós*, *eles* e *a gente*.

Já a 3.^a pessoa do singular sem *se*, que foi apontada por outros autores como estratégia indeterminadora do sujeito, foi encontrada por Cavalcante em apenas uma ocorrência, com a expressão *Diz que*, como o exemplo (71). Entretanto, a autora considera que, embora não tenham sido encontradas mais ocorrências, este é um tipo de sentença que tem aparecido com outros tipos de verbo.

- (71) ***Diz que*** vão inaugurar um novo restaurante em frente ao R9 do Ronaldinho. Vai se chamar *Amarelo*.

Já no que diz respeito aos resultados de *se*+infinitivo, no primeiro momento estudado pela autora (1848-1865), qualquer que fosse o tipo de texto, o infinitivo ocorria mormente sem o *se*, que, com o passar do tempo, foi se implantando, mas sem maiores crescimentos e, segundo Cavalcante (2002), isto se deve à falta de prescrição a respeito de *se*+infinitivo.

Embora não haja prescrições para o uso de *se*+infinitivo, tal emprego é inquestionável, já que, conforme mencionado anteriormente em outros trabalhos, o uso do clítico *se* neste tipo de sentença ocorre em função da tendência ao preenchimento da posição de sujeito. Segundo

Cavalcante (2002, p.203), a inserção de *se* em construções não-finitas “seria favorecida pela mudança em direção ao preenchimento do sujeito pronominal e auxiliada pelo prestígio desta forma”.

Cavalcante (2002) cita como condicionadores de *se* com infinitivo: orações completivas nominais, adverbiais e relativas não canônicas, como mostram, respectivamente, os exemplos de (72) a (74).

- (72) O acesso ao universo de informações que circula nas grandes redes é essencial *para **se tomar** decisões rápidas.*
- (73) *movimenta-se, desnecessariamente, a máquina estatal para, no fim, **obter-se** decisão idêntica.*
- (74) São 300 filmes em cartaz. Mas, simplesmente, não há nada *para **se ver.***

Nos últimos períodos por ela investigados, os textos passaram a se comportar diferentemente: houve um crescimento deste tipo de construção nas crônicas, enquanto nos editoriais, cujo comportamento inicialmente permitia o infinitivo com *se*, há uma redução no uso de tal forma, e de maneira oposta, as crônicas apresentaram crescimento no emprego desta estratégia.

Como vimos anteriormente, a formalidade dos registros também se mostrou relevante no emprego ou não de um sujeito pleno: a presença de sujeito lexicalmente marcado ocorre de maneira inversa ao maior grau de formalidade dos registros, ou seja, quanto mais formais os textos, menor o emprego de sujeitos plenos. Enquanto os editoriais, mais formais, diminuíram a utilização deste tipo de sujeito, as crônicas tiveram um aumento de sujeitos plenos realizados por estratégias da língua oral. Os resultados dos artigos de opinião, cujo nível de formalidade é intermediário, manifestaram variação estável no emprego de sujeito pleno e sujeito nulo.

A autora constata que, nos jornais, “há a diminuição dos sujeitos plenos e da não-concordância entre verbo e argumento interno plural nas construções com o *se*, ao passo que o *se* é claramente eleito a forma de indeterminação por excelência” (CAVALCANTE, 2002, p.213). Contudo, ela afirma que resultados mais recentes mostram que, paralelamente à resistência nas normas prescritas pela GT por parte de alguns jornais, é possível encontrarmos formas típicas da fala, principalmente nas crônicas.

Duarte (2002), verificando anúncios de jornais do século XIX dos estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina considerando a indeterminação do agente⁶³, também faz uma análise do comportamento de *se* e apresenta uma descrição mais detalhada de contextos condicionadores deste clítico.

Para esta análise, a hipótese da autora era que os anúncios, com “uma menor pressão em direção à norma lusitana” (DUARTE, 2002, p.158), apresentariam mais variabilidade na concordância/não-concordância entre verbo e argumento interno e que a discordância seria favorecida em estados distantes do centro cultural da época, o Rio de Janeiro.

A autora constatou que na língua falada era baixa a porcentagem do uso de *se* nas diferentes escolaridades, e, como os outros trabalhos apresentados, observou o uso de *se* com infinitivo e averiguou a presença deste tipo de construção em editoriais e matérias assinadas de jornais.

Separando os anúncios que indeterminam o agente e os que não o indeterminam, a autora verifica que, para indeterminá-lo, raramente os anúncios usam a 3.^a pessoa do plural, preferindo o *se*, ao lado do qual, por vezes, ocorria a 3.^a pessoa do singular sem o *se* em orações coordenadas e subordinadas, como em (75) e (76):

⁶³ Esclarecemos adiante porque os apontamentos de Duarte (2002) nos são relevantes ainda que a autora tenha direcionado sua pesquisa para a indeterminação do agente.

- (75) Leques *Concertão-se* com perfeição e __ *vende* a preços baratissimos ⁶⁴
- (76) Acabam de chegar da Allemanha e desejam empregar-se, aqui ou em outra qualquer parte, 2 Padeiros 2 Caixeiros 1 Serrador 7 Mineiros os quais não duvidam aceitar outro qualquer que __ *lhe offereça* (...)

Para sua análise do clítico *se* em sentenças finitas, a autora verificou que eram relevantes os seguintes fatores: procedência dos dados, posição do clítico, posição e estrutura do sintagma nominal. Os resultados apontaram, segundo a autora, um quadro de variação entre *se*-apassivador X *se*-indeterminador no século XIX e que os fatores que favoreciam a discordância verbo/argumento interno, isto é, de um *se*-indeterminador, eram: dados procedentes de estados do Sul, que não possuem colonização portuguesa e são mais distantes do centro cultural da época (Rio de Janeiro); SN de estrutura composta; posição enclítica; SN posposto; conforme demonstra o exemplo a seguir.

- (77) Olaria nos VALLINHOS **Fabrica-se** telhas e tijolos que se vendem por preços muito rasoaveis. ⁶⁵

Também observando as sentenças não-finitas, a autora notou que, na maioria das orações reduzidas de gerúndio, houve grande ocorrência de *se*, diferentemente do que foi constatado nas orações reduzidas de infinitivo, em que o infinitivo sem *se* foi a forma preferida, ocorrendo em 64% dos dados. Entretanto, a autora afirma que, ainda assim, pode-se considerar que houve um número expressivo de ocorrências de *se* com infinitivo, 36%. Este emprego foi favorecido, conforme vimos em Cavalcante (2002), por orações adverbiais, como no exemplo (78); completivas nominais, como em (79); e relativas não canônicas, conforme o exemplo (80), que são, segundo Duarte (2002, p.170), “contextos regidos de preposição”.

⁶⁴ Os exemplos (75) e (76) foram extraídos de Duarte (2002, p.161-162).

⁶⁵ Ibid., p.166.

- (78) *Afim de evitar-se* aglomeração de pessoas, serão atendidos os Srs. Acionistas das letras A e E nos dias 17 e 18 (...) ⁶⁶
- (79) (...) Grandemente histórico é para vós o dia de hoje, grandemente historico, repito, pois elle vem annunciar-vos que 2.555 sao já decorridos depois daquelle em que tivestes a grandiosa *idea de fundar-se* em Campinas uma sociedade carnavalesca. (...)
- (80) NO ENGENHO do fallecido Evaristo, há *dous colxões de pennas para vender-se*

Os resultados da autora apontaram também, segundo ela, para um diferente estatuto de *se*: a transformação, por vezes, de *se*-indeterminador em *se*-apassivador nas infinitivas, já que foram encontrados doze casos de infinitivos com *se* com argumento interno no plural e em cinco deles foi realizada a concordância, como ocorre no exemplo (81).

- (81) AVISOS. Os donos ou Capitães dos Navios que quizerem carregar Páo Brazil, para Lisboa, compareção na casa da Caixa dos Descontos, em o dia 17 do corrente mez de Março, ao meio dia para ***se ajustarem*** o frete, e as condições.

A autora confirmou sua hipótese inicial de que no século XIX a passiva não era uma regra estável no PB. Na verdade, ela se encontrava em variação com o *se*-indeterminador. A preferência da escrita mais formal pelas construções passivas se deve, segundo Duarte (2002), à renitência normativa que reforça um emprego do PB aos moldes do português europeu moderno.

Finalmente, esclarecidas estas considerações, vale salientar que acreditamos que a opção de Duarte pela denominação *indeterminação do agente* talvez se deva à problemática definição de sujeito fornecida pelas gramáticas tradicionais, a qual, por vezes, ocasiona uma confusão entre sujeito e agente. Segundo a Gramática Gerativa, o sujeito nem sempre

⁶⁶ Os exemplos de (78) a (81) foram extraídos de Duarte (2002, p.170-172).

desempenha papel temático de *agente*, mas o agente sempre está associado a este papel temático⁶⁷.

É possível que o estudo do agente se justificasse quando envolvesse ocorrências na voz passiva sintética, nas quais o agente pode ser omitido. Não sendo estas construções freqüentes em PB, como vimos em Nunes (1991), julgamos mais pertinente falar em indeterminação do sujeito, o que não compromete a influência de Duarte em nosso trabalho.

Partindo da concepção da sobrevivência de *se*+infinitivo na indeterminação do sujeito, ao lado de outras formas pronominais, propusemos uma investigação da indeterminação do sujeito realizada quer por formas como *nós* e *a gente*, quer pelo clítico *se* nas infinitivas, ambiente no qual ele se faz presente.

1.6 Conclusão

Neste capítulo, apresentamos não só as linhas teóricas que guiaram nosso trabalho variacionista, mas também diversos trabalhos sobre estratégias indeterminadoras do sujeito, dentre as quais estão as formas *nós*, *a gente* e o clítico *se*, as variantes de nosso trabalho sobre o sujeito indeterminado.

Além disso, verificamos as proposições da GT para a indeterminação do sujeito no PB e constatamos que praticamente não é feita nenhuma menção às formas aqui investigadas como estratégias indeterminadoras do sujeito.

Por considerar *nós*, *a gente* e *se*+infinitivo como estratégias com as quais podemos contar no PB para indeterminar o sujeito, assumimos, inicialmente, como pressuposto para

⁶⁷ Para melhor compreensão remetemos Mioto, Figueiredo Silva e Lopes (1999).

nosso estudo, a gramaticalização desta forma, trabalhada em Omena e Braga (1996) e Lopes (2002), sobre alteração semântica por que esta estratégia passou e que a permitiu ser incorporada ao quadro de pronomes e ser posteriormente utilizada como estratégia indeterminadora.

Para toda a análise de *a gente* temos como pressuposto uma importante observação de Omena (2003): segundo ela, o emprego de *a gente* não é estigmatizado no desempenho oral dos falantes.

Ainda, por verificar a variação entre *a gente* e outras formas pronominais na indeterminação do sujeito, norteamo-nos pelos trabalhos de Omena (1996, 2003) e Lopes (1998), os quais explicitam, dentre outras considerações, os fatores sociais e lingüísticos na variação *nós* e *a gente*.

De Omena (1996), assumimos o fator faixa etária e, mediante a verificação desta autora, não levamos em conta o fator sexo, pois os resultados verificados por ela foram os mesmos independentemente do sexo dos informantes.

Foi em Lopes (1998) que mais nos baseamos para o elencamento dos fatores lingüísticos e sociais em nossa pesquisa. Dentre os fatores por ela selecionados, consideramos relevantes para nossa análise o paralelismo, a presença de modalização. Não consideramos a saliência fônica, nem eu-ampliado e tempo verbal.

Como fatores sociais, Lopes considera sexo associado à faixa etária e região geográfica. Devido ao *corpus* escolhido para nossa pesquisa, consideramos somente as observações da autora acerca da faixa etária.

O trabalho de Silva (2004) foi-nos particularmente importante na interpretação e seleção dos dados, uma vez que a autora aborda diversas nuances que estas formas pronominais podem assumir, bem como propostas para trabalhar estas matizes.

Conforme verificado no Referencial Teórico, Cavalcante (2001, 2002) abordou em seu trabalho o encaixamento social e lingüístico das variantes *nós*, *a gente* e *se* na indeterminação partindo da verificação de Tarallo (1993); a influência dos diferentes níveis de formalidade dos textos; e dos fatores condicionadores de *se* com infinitivo em oposição ao infinitivo sem *se*; dentre outras considerações sobre este clítico. Assim, baseamo-nos nas considerações desta autora sobre o encaixamento do emprego das estratégias em questão e sobre as constatações que a autora faz ao relacionar o emprego das estratégias às falas populares e cultas.

Duarte (2002) é relevante para nosso estudo pelas observações a respeito do caráter ativo ou passivo de *se* inclusive nas infinitivas e pela comparação entre PB e PE, até mesmo no que diz respeito ao *se*; e Martins (2004) pelas considerações oriundas da análise do clítico *se* no PE, sobretudo na ocorrência de *se* com construções de duplo sujeito, conforme classifica a autora.

O trabalho de Duarte, Kato e Barbosa (2003) foi relevante à nossa pesquisa uma vez que, diante da tendência de perda do sujeito nulo no PB (a qual também atinge a indeterminação do sujeito), confirmou o preenchimento mais freqüente da posição de sujeito por construções pessoais como *você* e *a gente* nesta variedade do português, inclusive para sujeitos indeterminados, diferentemente do PE, já que verificaram que a estratégia preferida nesta variedade foi *se*. A forma *você* foi a estratégia menos utilizada. Por outro lado, no PB, *se* e *nós* ficaram restritas, segundo as autoras, à fala de informantes mais velhos com maior escolaridade.

Os resultados destas autoras apontam a maior utilização de *você*, seguida pela igualdade no emprego de sujeito nulo, terceira pessoa do plural e *a gente*, enquanto as formas *se* e *nós* são igualmente pouco empregadas. Isto motiva a nossa análise, pois, considerando estratégias de indeterminação do sujeito que envolvem os interlocutores como referente, já

temos nos resultados da autora argumentos favoráveis ao predomínio de *a gente* sobre o emprego de *nós* e *se*.

Além disso, ainda que o nosso trabalho não seja de cunho estritamente gerativista, ele é bastante influenciado por Galves (1986) e Nunes (1991), que apontam o processo de reanálise de *se* e comportamentos diversificados que este clítico desempenha e explicam suas características e usos e, principalmente, apontando a supressão de *se* nas finitas⁶⁸, o que nos auxiliou principalmente na delimitação do nosso objeto de estudo: *nós*, *a gente* e *se*+infinitivo na indeterminação do sujeito.

Todos estes estudos caracterizam a indeterminação do sujeito no PB e no PE por meio de diversas estratégias, sobretudo por *nós*, *a gente* e *se*, e parecem evidenciar a necessidade de uma pesquisa que compare o emprego de tais estratégias a fim de verificar se a substituição de *nós* por *a gente* de fato já se efetivou e como o clítico *se* vem se manifestando na indeterminação do sujeito.

No capítulo seguinte serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados em nossa análise.

⁶⁸ Uma observação informal nos permite verificar que, quando *se* aparece nas sentenças finitas (considerando também os casos de discordância entre verbo e seu argumento interno), são construções cristalizadas, características de um discurso de prestação de serviço, sendo encontradas, em murais de anúncios, sentenças como: *Digita-se trabalhos*; *Vende-se: - cama de casal em madeira (nova) R\$80,00; - fogão 4 bocas branco (novo) com botijão R\$160,00*. Entretanto, já são verificadas formas alternativas para este tipo de construção como ***Digitação e Impressão de trabalhos, monografias, dissertações, teses, currículos; Compra e venda de móveis***; além do uso da primeira pessoa do singular em sentenças como ***Vendo Bike Aro 26, cômoda, colchão***.

CAPÍTULO 2

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Introdução

Neste capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados em nossa pesquisa para a análise sincrônica de algumas estratégias indeterminadoras do sujeito na língua falada do PB e do PE.

Assim, antes de apresentar a metodologia propriamente dita, fazemos uma breve exposição de como estes procedimentos se constituem, o que justifica a adoção destes métodos para o desenvolvimento deste estudo.

3.2 Sobre os procedimentos

Os procedimentos metodológicos, seja no que diz respeito às hipóteses e aos objetivos, seja no que concerne ao envelope de variação, foram estabelecidos à luz da teoria variacionista, e também com base na proposta de Tarallo e Kato (1989), a Sociolinguística Paramétrica, teorias nas quais nos fundamentamos, como já delineado no Referencial Teórico.

Segundo a Sociolinguística variacionista, existem casos em que há formas linguísticas em variação, isto é, há a possibilidade de considerar maneiras variadas de expressão de um fenômeno linguístico, ou seja, uma variação linguística, a qual se constitui de variantes e da variável como nos dizeres de Tarallo (2002, p.8):

Em toda comunidade de fala são freqüentes as formas linguísticas em variação. [...] a essas formas em variação dá-se o nome de ‘variantes’. ‘Variantes linguísticas’ são, portanto, diversas maneiras de se dizer a mesma coisa e m um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de ‘variável linguística’.

A variação linguística é mais bem notada em situações comunicativas em que não há a preocupação com a forma com que os fatos, as idéias estão sendo enunciados, ou seja, através da língua falada, em situações naturais de interação em que, como afirmado por Tarallo (2002, p.19), é utilizado o vernáculo, “material básico para a análise sociolinguística”.

Os dados que constituem o *corpus* podem ser coletados pelo pesquisador exercendo papel de pesquisador-observador, isto é, não participando diretamente da interação. Contudo, segundo Tarallo, é exatamente através da interação entre pesquisador e falante (que pode ocorrer em situações de entrevistas), que é possível emergir o vernáculo, cabendo ao pesquisador neutralizar a tensão que possa, eventualmente, surgir mediante sua presença e na

presença do gravador, demonstrando interesse em aprender sobre a comunidade de fala e seus informantes e orientando-se por um questionário-guia de entrevista⁶⁹.

A teoria determina uma organização metodológica para a seleção dos falantes que servirão de informantes. Entretanto, ainda assim é uma seleção aleatória, uma vez que lida com parâmetros rígidos que se baseiam em aspectos sociais como o sexo, a faixa etária e a classe social, que, combinados, formam as células sociais, cuja composição é feita mediante a estipulação de cinco informantes para cada célula, a fim de assegurar a representatividade dos fatores externos e dos resultados que serão obtidos.

Há ainda outros procedimentos imbricados na variação lingüística. Conforme previamente exposto na Fundamentação Teórica, a variação envolve contextos (lingüísticos e sociais) que favorecem uma ou outra variante. Saber, unicamente, da relevância destes contextos não é o suficiente para a pesquisa sociolingüística laboviana. Atentar e aprofundar o olhar para estes fatores significa, segundo Tarallo (2002), ser ainda mais apresentado às variantes, tornando-se capaz de defini-las, caracterizá-las, o que, por sua vez, leva a um melhor conhecimento das variantes, e é mister para uma análise lingüística. É com base nesses contextos que se forma o envelope de variação, que nada mais é do que “a descrição detalhada das variantes” (TARALLO, 2002, p.33).

Segundo este mesmo autor, também é imperioso considerar o encaixamento da variável no sistema lingüístico e social da comunidade para a análise da variação lingüística. Logo, considerando *nós*, *a gente* e o clítico *se* como parte de alterações maiores no sistema no quadro pronominal e no quadro de clíticos como descrito no Referencial Teórico, as referidas formas são assumidas como variantes na expressão da indeterminação do sujeito.

⁶⁹ Labov (1972, p.209) afirma que uma maneira bastante eficaz de neutralizar a tensão durante a entrevista “é romper os constrangimentos da situação de entrevista por vários dispositivos que desviem a atenção da fala, e permite emergir o vernáculo” e acrescenta que “isto pode ser feito em vários intervalos e interrupções que são tão definidos que o sujeito inconscientemente assume que ele não está sendo entrevistado no momento” e “que nós podemos envolver o sujeito em questões e tópicos que recriam emoções fortes que ele sentiu no passado”. (tradução nossa).

Devido à natureza matemática do trabalho variacionista, as entrevistas de PB são transcritas na íntegra e os dados obtidos nestas entrevistas e nos demais *corpus* foram codificados por meio do *Pacote Varbrul* (PINTZUK, 1988), cujos programas realizam um tratamento estatístico da influência dos fatores favorecedores no emprego das variantes, ou melhor, “medem o efeito conjunto dos diversos fatores das variáveis” (SCHERRE; NARO, 2003, p.155). Somadas esta análise estatística e a interpretação do pesquisador, tem-se a devida caracterização do fenômeno lingüístico.

Vale salientar também que no trabalho de Silva (2004) sobre *nós* e *a gente*, conforme anteriormente apresentado, pudemos constatar duas possibilidades de análise da variação entre estas estratégias. Assumimos *nós* e *a gente* como formas indeterminadoras do sujeito sob a primeira alternativa por ela proposta, baseando-nos na regra variável que lida com *nós/a gente* com um significado *genérico*, não nos ocorrendo o intuito de trabalhar com noções mais específicas que estas formas possam expressar (como *eu*, *eu+tu*, *eu+tu+eles*), como nos exemplos (82) e (83) a seguir.

(82) Quando ***nós*** fomos pro Beto Carrero, a primeira vez () elas eram bem mais crianças. Depois *nós* voltamos umas duas vezes, é um parque muito bonito que tem aqui no Brasil... né... que eu acho que cada ano que a gente vai já mudou muito eh:... tá sempre, ês tão sempre investino, muito bonito. E elas adoravam (U-29)⁷⁰

(83) Mas eu ia todos os dias, eu acho, no final da tarde, depois da aula, que eu estudava a tarde, saía da aula, já ia com as minhas coisas guardadas, minha mãe me buscava... aí ***a gente*** ia, todos os dias no final da tarde. (U-19)

Partindo da concepção de intercambialidade entre *nós* e *a gente*, mostrada inclusive em Silva (2004), estabelecemos, em nosso trabalho, as referidas formas como uma variável dependente em oposição ao clítico *se*, também de caráter genérico, indeterminado.

⁷⁰ Os exemplos (82) e (83) foram extraídos das entrevistas realizadas com informantes de Uberlândia.

Diante do exposto, apresentamos a seguir a seleção do *corpus*, as hipóteses, os objetivos e o envelope de variação (estipulados sob a perspectiva aqui mencionada), sendo que, para a sistematização apropriada do fenômeno lingüístico em variação, é necessário metodologicamente muito mais do que a coleta de dados a serem analisados, mas o conhecimento das variantes e dos fatores (lingüísticos e não-lingüísticos) que as favorecem, bem como as hipóteses formuladas e os objetivos pretendidos em nossa pesquisa.

3.3 Material Analisado

Para investigar as hipóteses que serão apresentadas a seguir, os *corpora* analisado constitui-se de dados da língua falada (o vernáculo pelo qual a teoria variacionista prima) das variedades brasileira e européia da Língua Portuguesa.

O *corpus* de língua falada do PB foi formado por 45 entrevistas (com duração de uma hora cada uma) da fala espontânea com falantes de Uberlândia-MG, utilizando, nestas entrevistas, um questionário-guia previamente elaborado (conforme Anexo 4).

Como dados de língua falada do PE foram observadas entrevistas do Castro Laboreiro (Outeiro, Perafita), do Baixo-minhotos-durienses-beirões (Vila Boa de buços, Granjal, Figueiró), do Baixo-Minho e Douro Litoral (Vila Praia de Ancora), e de regiões meridionais (Golpilhal, Moita do Martinho, Parreira, Alcochete, Lavre, Serpa, Sagres, Porches, Alte), publicadas pelo Instituto Camões, disponíveis no site www.institutocamoes.pt/cvc/hlp/geografia.mapa06.html, e entrevistas realizadas pelo projeto Português Fundamental (http://www.clul.ul.pt/sectores/projecto_crpc.html) com informantes do Porto, Faro, Lisboa, Braga, Évora, Aveiro, São Miguel, Guarda, Bragança, Portalegre, Vila

real, Castelo Branco, Coimbra, Santarém, Beja, Viseu, Setúbal, Funchal, Terceira, Faial, Leiria, Viana do Castelo e Serpa.

3.4 Hipóteses e Objetivos

Segundo Tarallo (2002, p.19), “a natureza do objeto de estudo sempre precederá o levantamento de hipóteses de trabalho e, conseqüentemente, a construção do modelo teórico”. As hipóteses e os objetivos de nossa pesquisa ocorreram sob esta perspectiva. Pela observação dos dados e de alguns trabalhos sobre estratégias de indeterminação do sujeito, fizemos o levantamento das hipóteses e também dos objetivos que as sucedem.

3.4.1 Hipóteses

1. Uma vez que no PE o infinitivo por si só garante a representação de um sujeito indeterminado, esta variedade do português não privilegia o clítico *se* com infinitivo;
2. de um modo geral, construções infinitivas favorecem o aparecimento do *se*, em vez de *nós* e *a gente*, que ocorrem mais freqüentemente em sentenças finitas;
3. a presença de um indeterminador anterior favorece o emprego de um próximo indeterminador de mesmo tipo;
4. a presença de modalizadores e/ou orações performativas favorece mais o emprego de formas pronominais do que o emprego do clítico *se*;
5. as preposições favorecem mais o emprego de *se*+infinitivo, em vez de *nós/a gente*;
6. verbos que selecionam somente um argumento favorecem o aparecimento de *se*, em vez de *nós/a gente*;
7. falantes de classe alta tendem a empregar mais o clítico *se* do que falantes de outras classes sociais, os quais empregam mais as formas pronominais;

8. na faixa etária de 20 a 30 anos é maior o emprego da forma *a gente*;
9. *nós* tem seu maior emprego por falantes da faixa etária acima de 45 anos;
10. o clítico-*se* com infinitivo é mais freqüentemente utilizado na faixa etária de 31 a 45 anos.

3.4.2 Objetivos

Nossos objetivos foram elaborados a partir das hipóteses que levantamos sobre o emprego das referidas estratégias e, bem como elas, levam em conta aspectos lingüísticos e não-lingüísticos que se manifestaram na alternância no emprego de *nós*, *a gente* e *se*+infinitivo.

Objetivo geral

- Investigar a alternância das formas pronominais *nós/a gente* e o clítico *se* na indeterminação do sujeito no Português Brasileiro (PB) e no Português Europeu (PE).

Objetivos específicos

1. Comparar a freqüência de emprego do clítico *se* e das formas pronominais nas duas variedades do português;
2. investigar se as construções não-finitas favorecem o emprego do clítico *se*, e se *nós/a gente* são formas favorecidas pelas construções finitas;
3. comprovar a influência da presença de um indeterminador anterior no emprego de um outro indeterminador de mesmo tipo;

4. verificar a influência da presença de modalizadores/orações performativas no emprego de formas pronominais e do clítico *se*;
5. investigar se as preposições têm influência direta no emprego de *se*+infinitivo, em vez de *nós/a gente*;
6. verificar se verbos que apresentam somente um argumento favorecem o emprego de *se*, em vez de *nós/a gente*;
7. investigar se a classe social mais alta privilegia o emprego do clítico *se* como forma de indeterminação do sujeito, enquanto as demais classes empregam mais frequentemente *nós/a gente*;
8. constatar se a forma *a gente* é privilegiada por informantes de 20 a 30 anos;
9. constatar se a forma *nós* é privilegiada nas faixas etárias de 31 a 45 anos e acima de 45 anos;
10. constatar se na faixa etária de 31 a 45 anos é maior o emprego de *se*+infinitivo do que nas demais faixas etárias.

3.5 Sobre o Envelope de Variação

Segundo Tarallo (2002), as hipóteses dos trabalhos variacionistas só podem ser devidamente levantadas mediante um profundo conhecimento dos contextos favorecedores das variantes, ou seja, dos componentes do envelope de variação, que, por sua vez, só pode ser obtido mediante cuidadosa observação do vernáculo, como é possível notar na afirmação do autor: “O levantamento das hipóteses, dos grupos de fatores condicionadores, decorrerá, conseqüentemente do seu trabalho com as inúmeras horas de gravação feitas com seus informantes” (TARALLO, 2002, p.36). Por isso, esclarecemos a seguir a delimitação e a composição do envelope de variação.

Antes de apresentá-lo, procuramos expor algumas considerações e retomamos, de modo sintetizado, proposições de trabalhos anteriores sobre alguns fatores condicionadores envolvidos em casos de variação na indeterminação do sujeito. Estas considerações, ao lado

dos trabalhos já mencionados no Referencial Teórico, serviram de pilares para a seleção e adequação dos fatores condicionadores neste trabalho.

3.5.1 Algumas considerações

O envelope de variação é, conforme Tarallo (2002), uma descrição das variantes e é por meio deste “perfil” das variantes que se pode conhecer as armas de que cada uma dispõe para se fazer valer sobre a outra. Estas armas das variantes são os contextos que as favorecem, isto é, os grupos de fatores favorecedores (internos e externos).

Estes fatores, em nossa pesquisa, foram elencados pela observação da língua falada e com base em alguns apontamentos feitos por outros trabalhos sobre a indeterminação do sujeito, sobretudo no que diz respeito aos fatores lingüísticos.

Não computamos para as amostras de PE fatores sociais, já que o *corpus* desta variedade não nos fornece informações sobre a classe social e faixa etária dos informantes. Portanto, como fatores sociais, para a análise do PB, utilizamos a faixa etária e a classe social.

Para o levantamento socioeconômico dos informantes, foi adotado o Critério Brasil do IBGE (conforme Anexo 2), que, permeando aspectos econômicos relacionados à posse de bens de consumo e a escolaridade, avalia o poder aquisitivo do consumidor. Entretanto, em nosso estudo, modificações foram feitas quanto às classes sociais, porque utilizamos, em vez das cinco classes sociais (A, B, C, D e E) e as subdivisões (A1, A2, B1 e B2) estipuladas, somente três (A, B e C), desconsiderando as subdivisões e as duas últimas classes (como mostra o Anexo 3).

Já para o fator faixa etária, levamos em conta, para a seleção dos 45 informantes de Uberlândia entrevistados, as faixas etárias compreendidas de 20 a 30 anos, de 31 a 45 anos e acima de 45 anos, ou seja, informantes adultos do PB.

A divisão dos grupos etários aqui realizada foi adaptada à proposta de Labov (2001):

Divisions of the age continuum into groups must be roughly consonant with life stages. In modern American society, these events are alignment to the pre-adolescent peer group (8-9), membership in the pre-adolescent peer group (10-12), involvement in heterosexual relations and the adolescent group (13-16), completion of the secondary schooling and orientation to the wider world of work and/or college (17-19), the beginning of regular employment and family life (20-29), full engagement in the work force and family responsibilities (30-59), retirements (60s). (LABOV, 2001, p.101).⁷¹

Apresentamos, a seguir, os fatores internos e externos que favorecem o diferente emprego das variantes e as proposições de trabalhos da Lingüística, que, paralelamente à nossa observação dos dados, orientaram o estabelecimento dos grupos de fatores da variação a ser investigada.

3.5.2 O Envelope de Variação

A escolha das variáveis lingüísticas e sociais se baseou nas hipóteses formuladas no início deste trabalho e em apontamentos de trabalhos apresentados previamente no

⁷¹ Divisões em grupos de um continuum de idade devem ser consoantes, de modo aproximado, com os estágios da vida. Na sociedade americana moderna, esses estágios estão em alinhamento com: grupos de pré-adolescentes (8-9), membros de grupos de pré-adolescentes (10-12), envolvimento em relações heterossexuais e grupos de adolescentes (13-16), Ensino Médio completo e orientação para o mundo de trabalho e/ou universidade (17-19), o início de emprego regular e constituição de família (20-29), total engajamento no mundo de trabalho e responsabilidades familiares (30-59), aposentadoria (60 em diante). (Tradução nossa.)

Referencial Teórico. Entretanto, algumas observações são reforçadas neste tópico a fim de justificar o elencamento dos fatores favorecedores que compõem o envelope de variação.

Para nossa análise foram elencados os seguintes fatores:

Variável dependente

0) *nós*

1) *a gente*

2) clítico *se*

Ex:

0 - Eu acho que o idoso, eu admiro ele pela experiência de vida, eu acho que muitos passaram por experiências boas mesmo, como todos ***nós*** passamos. (U-4-1-19)

1 - porque se a gente parar pra pensar nessa situação a gente, quando mexe muito com alguém que a gente conhece, a gente fala, não a pena de morte deveria existir, mas aí eu acho que pode haver um jeitinho sabe, então mexe com alguém que é mais próximo ***a gente*** acredita que valha a pena (U-4-1-18)

2 - Eu acho que o idoso ele não tem muito assim direito assim no país ainda. As pessoas ainda não... não tão... tá começando a ***se olhar*** o lado do idoso, mas ainda falta muito. (U-20-2-1)

Neste trabalho, para a definição da variável dependente, fundamentamo-nos em Omena (2003) e não consideramos somente *a gente* em oposição ao *se*+infinitivo, porque a autora, em sua análise de dados da década de 80 e do ano de 2000, nota que, embora o uso de

a gente predomine sobre *nós*, trata-se de uma variação estável, tendo em vista que *a gente* não superou por completo o emprego de *nós*.

Para esta análise, como mencionado no Referencial Teórico, consideramos para nosso *corpus* amostras em que estas formas apresentam significado genérico.

Além disso, ao observar alguns dados, verificamos que interpretações ambíguas podiam surgir dentro do próprio significado genérico, ramificações no significado. Assim, levamos em conta todos os níveis de indeterminação do sujeito (+/- indet) indistintamente. Contudo, para não enveredarmos para o campo semântico, o qual foge ao escopo de nossa pesquisa, não nos aprofundamos nos vários traços semânticos.

Deste modo, o critério para a seleção dos dados se resume em computar amostras em que o sujeito não pudesse ser claramente delimitado, em que não houvesse opções para o referente ou quando houvesse mais de uma opção de referente, interpretação ambígua ou significando *todas as pessoas*.

Também julgamos oportuno esclarecer que, diferentemente de Silva (2004), a qual salienta a inexistência de variação para todos os casos de *nós* e *a gente*, como a ocorrência destas formas com determinantes, consideramos para nosso trabalho os casos em que há a presença destes determinantes. Todavia, apesar de considerarmos para o *corpus* casos em que as estratégias indeterminadoras ocorriam com determinantes, não foram consideradas ocorrências como *cada um de nós*, *algum de nós* em que a ênfase parece recair em outros elementos diferentes de *nós* e *a gente*, individualizando, dando enfoque em *cada um*, em vez de reforçar a generalização expressa por estas estratégias, conforme mostra o exemplo (84).

- (84) Nós rezamos, né, o tempo todo... e agradecemos a Deus pelo ano..., por tudo, porque eu acho que é o sentimento::... voltado à nossa religião que é a ... o Cristianismo, é uma coisa muito forte em ***cada um de nós*** então... é um momento de muita reflexão, de muito, é um momento muito gostoso. (U-29)

Quanto ao clítico *se*, ao final do Capítulo 2, procuramos esclarecer que não foram analisadas ocorrências do clítico *se* em sentenças finitas, pois este clítico, conforme Nunes (1991) e Galves (1986, 2001), tem sido apagado destas construções.

Grupo 1: Variedades do Português

p – Português de Portugal

q – Português do Brasil

Ex:

p – Português de Portugal

0 – Desfazer os porcos. Desfazer, **nós** dizemos desfazer os porcos. (P-4-0-1)

1 – O unto é conforme se tira do porco. E depois faz-se a untaça. Estende-se, por exemplo, aqui assim nesta mesa, a untaça em cima de um pano. Bota-se-lhe uma tigela de sal, o que **a gente** quiser deitar. Depois começa-se a enrolar, assim de um lado para o outro (P-5-1-1)

2 – Mas até podem ir ver, que ainda se vê. Temos lá alhos semeados, temos coração de boi, tínhamos nabos para dar grelos e para **se comer** os nabos. (P-8-2-1)

q – Português do Brasil

0 – Acho que todos **nós** mentimos, não que eu mentiria. Acho, que não tem ninguém que nunca mentiu. Ninguém é totalmente verdade. (U-7-0-1)

1 – Então as minhas brincadeiras assim quando criança era muito difícil, de rua não tem... não tem muito de brinquedo, era brincadeiras que **a gente** inventava. (U-4-1-1)

- 2 – ... o estudo é um complemento muito significativo na vida de qualquer pessoa, que pra **se ter** condições de administrar, você tem que ter estudo, não é só a prática que vai levá-lo a realmente a governar (U-17-2-2)

O fator variedade do português foi levado em conta devido ao nosso intuito de investigar a indeterminação do sujeito nestas variedades, tendo em vista as considerações de Tarallo (1993) sobre as divergências entre PB e PE em certos fenômenos lingüísticos.

Considerando a tendência de marcação do sujeito em PB, e verificando em Tarallo (1993) que PB e PE têm trilhado caminhos opostos, elencamos as variedades do português como fator lingüístico sob a hipótese que o PB, com a tendência de marcar o sujeito lexicalmente, emprega mais as formas plenas para a indeterminação que o PE.

Como afirmamos na apresentação das hipóteses desta pesquisa, consideramos que o *se*+infinitivo também é (mais) empregado pelo PB, pois, como vimos em Galves (1986), no PE, o *se* não se faz necessário nas construções infinitivas, já que a categoria vazia que antecede o infinitivo por si só garante a interpretação indeterminada do referente.

Grupo 2: Tipo de sentença

f – finita

n – infinitiva

Ex:

f – finita

- 0 – [...] eu acho que, talvez, se acontecesse o que acontece aqui em outros países, isso jamais seria aceito, seria tido como normal, mas por outro lado, o mesmo povo que pra algumas coisas é tão passivo, pra outras ele é tão, ele é tão, ele é tão presente [...] **nós**

fomos o primeiro país do mundo a ter *impeachment*, que outro país, que outra democracia tirou do governo o primeiro presidente eleito pelo povo? (U-4-0-2)

- 1 – É, eu chamava a polícia, mas num dava escândalo, meio caladinha chamava a polícia, né? (...) num é que **a gente** vai pegar aquela pessoa, espancar, né? Não pode também, vai caladinho, chama a polícia. (U-43-1-1)

n – não-finita

- 0 – Isto é uma coisa muito difícil de **nós** fazermos.⁷²

- 1 – Ah eu queria uma cidade pequena, com menos violência né que é mais fácil **pra gente** viver, aqui está muito violento. (U-41-1-2)

- 2 – Bom, eu já fui vítima de roubo..., entendeu?! Simplesmente entreguei sem agir... e sem qualquer movimento..., entendeu?! Essa é a a maneira mais prática de **se fazer**... é não... reagir. (U-39-2-1)

As pesquisas por nós observadas demonstram que o preenchimento da posição de sujeito ocorre com bastante frequência nas sentenças finitas, mas, conforme notamos em Cavalcante (2001, 2002), tal tendência não se restringe a este tipo de construção. A autora averiguou, em sua análise com dados mais recentes (1996-1998), o preenchimento da posição de sujeito do infinitivo para um sujeito indeterminado, o que indicou, segundo ela, uma implementação de estratégia da língua oral na língua escrita, além das construções finitas. Entretanto, consideramos as construções finitas como o tipo de sentença que mais favorece o emprego de formas plenas, enquanto as infinitivas favorecem o clítico *se* em detrimento destas estratégias.

⁷² Exemplo coletado através de observação informal.

Grupo 3: Paralelismo

i – presença

h – ausência

Ex:

i – presença de indeterminador anterior

0 – [...] eu acho que, talvez, se acontecesse o que acontece aqui em outros países, isso jamais seria aceito, seria tido como normal, mas por outro lado, o mesmo povo que pra algumas coisas é tão passivo, pra outras ele é tão, ele é tão, ele é tão presente [...] *nós* fomos o primeiro país do mundo a ter *impeachment*. [...] tudo que começa, pára, começa-pára, só que em contrapartida **nós** temos processos dentro do Brasil que são incrivelmente organizados. (U-3-0-3)

1 – É porque **a gente** é livre, vai onde *a gente* quer. Vai aonde você quer, não tem danação de ninguém entendeu? Então *a gente* vai aonde **a gente** quer, se quiser ir trabalhar você vai, se você não quiser, você fica. (U-43-1-3)

2 – Eu acho que não é um ato legal de *se cometer*, muitas pessoas avaliam o suicídio como sendo um alívio imediato de problemas, de situações de conflito, mas eu acho que não é por aí. Eu acho que acabar com a sua própria vida não é a solução para os problemas [...] Eu acho que não é um ato legal de **se cometer**. (U-32-2-2)

h – ausência de indeterminador anterior

0 – Os jovens da minha época, eles eram mais tranquilos eu diria. E com muito limite. Até limite pra chegar em casa, com hora marcada. Hoje, eles não têm esse limite, eles não têm hora pra chegar em casa, eles não têm hora pra comer se **nós** não impusermos. (U-27-0-4)

1 – Porque é um caminho de fantasia, onde tudo você pode, onde tudo pode acontecer. E na realidade nós... **a gente** vê que não é bem assim, que não é tudo que você pode, que alguma coisa vai acontecer, como sempre acontece. Ninguém, ninguém vive na fantasia. (U-27-1-2)

- 2 – Ela vive assim, a conduta da família é assim, eles criam os filhos assim, então não tinha nada de **se estranhar**, só que era diferente do usual, né. (U-05-2-1)

O paralelismo foi considerado, porque a tendência de repetição de uma forma indeterminadora aplica-se tanto ao uso de formas plenas quanto à utilização do clítico *se* com infinitivo.

Embora Lopes (1998) tenha computado como dados para o paralelismo os casos de marcação desinencial sem sujeito expreso, optamos por não considerar o paralelismo nestes casos.

O paralelismo, segundo Silva (1998), pode ocorrer de duas maneiras: na fala do próprio informante, sendo uma ocorrência em cadeia da mesma forma em questão, ou na fala do entrevistador. Este último caso é denominado efeito gatilho, que é uma espécie de paralelismo, ou seja, o informante tende a usar a mesma forma utilizada pelo entrevistador na pergunta. O segundo caso de paralelismo mencionado se refere ao paralelismo formal, em que se considera unicamente a fala do entrevistado. É este conceito que adotamos para a análise dos nossos dados.

Grupo 4: Presença/ausência de modalizadores e/ou orações performáticas

j – presença

k – ausência

Ex:

j – presença de modalizadores/orações performáticas

- 0 – Programas infantis eu acho que **nós** assim nem temos mais porque o da Eliana acabou, da Xuxa... é já caiu, já tá numa verdadeira decadência... porque aquilo não é mais um programa infantil as vezes educativo. Então, nós não temos mais tipo Vila Sésamo. (U-27-0-5)
- 1 – Ele acaba vindo, fala um monte de coisas, que mexe com seus interesses, com suas vontades, seus desejos. E você acredita, vota e depois num acompanha. E ele, pelo lado dele também pode desvirtuar isso pra outros interesses também, são muitas coisas envolvidas, e fica por isso mesmo. Acho que **a gente** teria que mudar. (U-05-1-6)
- 2 – Eu acho que tem que preocupar com o social, mas o social é uma decorrência não é um objetivo, se não **se preocupar** com a estrutura não tem social que sustente. (U-06-2-1)

k – ausência de modalizadores/orações performáticas

- 0 – Minha vida é bastante modesta né lutando aí pra, pra tornar o país, não só o país, mas o mundo melhor, então eu acompanho sim, como eu acompanho qualquer outro tipo de é esporte, eu acho, [...] não tenho aquele fanatismo, né, acreditar que o futebol é a parte redentora do Brasil. **Nós** somos pentacampeões, então essa parte assim em termo de seleção. (U-21-0-1)
- 1 – Vamos, por exemplo, trabalhar indústrias, trabalhar emprego, mas não tem aquela coisa lá do alicerce, da educação, lá do fundamental! Do ensino mesmo, básico. De alfabetização. Do cuidado com a saúde, de prevenção, né, no Brasil **a gente** vê muito pouco de prevenção. (U-06-1-3)
- 2 – Quando se fazia essas picarias, geralmente fazia-se mesmo com bois, mesmo com bois em pontas, e era típico da terra **fazer-se** isso. (PF-73-2-1)

A presença de modalização/orações performáticas foi um fator relevante na análise de Lopes (1998) sobre a variação *nós X a gente*. Além de Lopes (1998), Cavalcante (2002) citou a influência da modalização, considerando que a presença de auxiliares modais favorece uma discordância verbo/argumento em construções com *se*. Entretanto, fundamentando-nos em

Lopes (1998), consideramos, até o momento, que a presença de modalizadores e orações performáticas influenciam mais o emprego das formas plenas.

Foram consideradas amostras para nosso *corpus* somente os casos em que os modalizadores estivessem presentes no mesmo período da estratégia de indeterminação.

Grupo 5: Presença/ausência de preposição

s – presença de preposição

z - ausência de preposição

Ex:

s- presença de preposição

0 – porque as crianças não vieram ao mundo só, apenas *para nós* termos prazer, mas um prazer enfim equilibrado de certo modo, só dominando essa ansiedade (PF-42-0-3)

1 – Ah, isso é uma coisa muito difícil, porque, assim, tem que acontecer *pra gente* saber na hora, porque talvez uma mentira assim que não fosse prejudicar ninguém, assim prejudicar muito assim, e fosse pra não criar um problema maior, eu mentiria. (U-42-1-3)

2 – Você realmente... não tem como... descrever Belo Horizonte como fosse uma, um lugar assim, totalmente a trabalho, né, *pra se viver*, ... qualidade de vida é nenhuma. (U-17-2-1)

z – ausência de preposição

0 – Violência?! *Nós* somos vítimas todos os dias. (U-26-0-5)

- 1 – Fica todo... todo mundo, **a gente** quando está preocupado com conta e futuro a gente não está tão ligado com o emocional. (U-06-1-2)
- 2 – então eu acho que tem que ter cadastro, tem lógico que existe infelizmente pessoas (...) que utilizam de má fé pra bocar o dinheiro público, mas tem que **se arrumar** um mecanismo mais humano pra isso. (U-30-2-2)

De modo a abranger vários tipos de orações, diferentemente de alguns trabalhos que preferem mencionar construções como as orações completivas nominais, adverbiais como fator favorecedor, consideramos, segundo Duarte (2002), o aparecimento de preposição como um fator que ocasiona o *se*+infinitivo, embora possa haver casos de formas pronominais plenas precedidas de preposição.

Dentre as ocorrências de preposições, só foram consideradas amostras para o *corpus* os casos em que as preposições se localizam imediatamente anterior à forma indeterminadora.

Grupo 6: Número de argumentos ⁷³

x – um argumento

y – dois ou mais argumentos

Ex:

x – um argumento

⁷³ Embasando-nos em Galves (1986), segundo a qual *se* em infinitivas não é um argumento, mas permite identificar uma categoria vazia na posição deste argumento, consideramos como exemplos de sentenças com verbos de dois ou mais argumentos frases como: *As pessoas ainda não... não tão... está começando a se [ec]_{θe} olhar [o lado do idoso]_{θi}*. Como sentenças com verbos de somente um argumento consideramos frases como “... um lugar assim, totalmente pra trabalho, né, pra se [ec]_{θe} viver”, onde existe somente argumento externo.

0 – Daquelas senhoras! Porque elas estão lá... É que o problema é este, é que **nós** vamos assim: “é muito lindo... as lavadeiras no rio, uma fotografia (...) as lavadeiras no rio, é lindo! é formidável!” (PF-102-0-5)

1 – Você está vendo aí, a sociedade tem olhado mais para as pessoas, principalmente pros idosos, que **a gente** briga muito. (U-26-1-13)

2 – Uberlândia é uma cidade boa de [Ø] **se viver**.⁷⁴

y – dois ou mais argumentos

0 – Tem jeito de fazer alguma coisa pela sociedade. **Nós** temos muitas maneiras de trabalhar. (U-28-0-1)

1 – Bom, **a gente** que é pai, **a gente** ensina o caminho certo. Agora, quando a pessoa não tem como... você chegar, conversar, dialogar e não existir lado... você só... procura a ensinar o caminho certo. (U-39-1-2)

2 – A mim causa-me dó é a gente chegar e conseguir detectar o problema, levá-lo ao ponto base e depois ter de ficar de braços cruzados, porque não há ninguém que possa dar um apoio para [Ø] **se fazer qualquer coisa** de útil. (PF-80-2-1)

Os trabalhos apresentados no Referencial Teórico não mencionaram a seleção de argumento(s) como um fator relevante (exceto os trabalhos sobre o *se* em sentenças finitas). Entendemos esta capacidade dos predicados de selecionar e definir seus argumentos como um condicionador lingüístico. Deste modo, temos como hipótese, sob o prisma da Teoria Temática, que verbos que s-selecionam⁷⁵ somente um argumento favorecem o emprego de *se*+infinitivo e verbos que s-selecionam dois ou mais argumentos favorecem o emprego de *nós/a gente* para evitar uma interpretação passiva.

⁷⁴ Exemplo nosso.

⁷⁵ A s-seleção diz respeito à seleção semântica dos argumentos feita pelo verbo. (cf. MIOTO; FIGUEIREDO SILVA; LOPES, 1999).

Além dos fatores internos supracitados, selecionamos como fatores externos a classe social e faixa etária, com base, principalmente, nos trabalhos de Cavalcante (2001), Omena (1996) e Lopes (1998).

Grupo 7: classe social

a – classe alta

b – classe média

c - classe baixa

Ex:

a – classe alta

- 0 – o povo brasileiro ele é feito de extremos, outra questão que eu noto muito em brasileiro, eu também como brasileira, o brasileiro abre muito mão de método, ele faz as coisas muito por sentimento, por emoção, às vezes ele num, não é uma coisa muito sistêmica, não muito organizada, faz as coisas meio sem direção, talvez por isso o país ainda não tenha conseguido chegar ao desenvolvimento, tudo que começa pára, começa-pára, só que em contrapartida **nós** temos processos dentro do, do Brasil que são incrivelmente organizados, coisas que pessoas de outros países saem para vim nos observar (U-3-0-3)
- 1 – o profissionalismo que hoje tomou conta do meio esportivo, mas eu acho que deve ter um bom senso pra tudo, **a gente** vê hoje pessoas se matando por causa disso (U-3-1-1)
- 2 – ... o estudo é um complemento muito significante na vida de qualquer uma pessoa né que pra **se ter** condições de administrar você tem que ter estudo, não é só a prática que vai levá-lo a realmente a governar (U-17-2-2)

b – classe média

- 0 – Eu iria para uma aldeia indígena pra conhecer novas culturas. Porque é uma coisa diferente assim do que **nós** estamos acostumados assim na cidade. (U-18-0-1)
- 1 – A princípio eu não reagiria.., mas eu ficaria revoltada. É porque assim **a gente** nunca está, nunca está esperando, **a gente** nunca pensa que vai acontecer com **a gente**, e se de repente acontece é um susto muito grande. (U-18-1-1)
- 2 – Esses tipos de situação agora aí voltou posteriormente ao cenário onde houve aí a inclusão do técnico Felipão depois de também de como ele surgiu também de varias,varias tentativas frustradas de **se encontrar** um técnico futebol é o Leão foi passou, Leão passou o Luxemburgo né ... (U-21-2-1)

c – classe baixa

- 0 – Depois das eleições algumas promessas são cumpridas pra não dizer que o cara é corrupto. [...] Tem outros que, descaradamente, não cumprem nada e muito pelo contrário, fazem totalmente, são tão são tão contraditórios que, além de não fazer o que falou, ainda faz o contrário do que falou... e isso decepciona. Eu acho que falta muito, falta ética na política, mas, ter **nós** temos bons políticos. (U-32-0-1)
- 1 – ... o jornal de Uberlândia que está péssimo! Coloca pessoas lá pra ser entrevistada, que fica falando de dieta, fica falando de coisas que **a gente** já está cansado de saber... (U-33-1-1)
- 2 – Eu acho que não é um ato legal de **se cometer**, muitas pessoas avaliam o suicídio como sendo um alívio imediato de problemas, de situações de conflito, mas eu acho que não é por aí. Eu acho que acabar com a sua própria vida não é a solução para os problemas (U-32-2-1)

Cavalcante (2001), mediante a observação dos trabalhos de Almeida (1992), Cunha (1993), Duarte (1995) e Cavalcante (1997), constatou uma preferência por *a gente* nas falas populares e por *você* entre informantes cultos. A partir desta observação, tendo em vista que a

escolaridade está veiculada na classe social, estipulamos a classe social como um fator social na análise de variação *nós/a gente* X clítico *se*.

Grupo 8: faixa etária

u – 20 a 30 anos

d – 31 a 45 anos

t – acima de 45 anos

Ex:

u – 20 a 30 anos

- 0 – Depois das eleições algumas promessas são cumpridas pra não dizer que o cara é corrupto. [...] Tem outros que, descaradamente, não cumprem nada e muito pelo contrário, fazem totalmente, são tão são tão contraditórios que, além de não fazer o que falou, ainda faz o contrário do que falou... e isso decepciona. Eu acho que falta muito, falta ética na política, mas, ter **nós** temos bons políticos que desempenham um bom trabalho. (U-32-0-1)
- 1 – Bom, os jovens, assim, o ruim é que são os jovens que tão indo pro lado das drogas, hoje em dia tá tendo muita prostituição por parte das meninas, só que também ao mesmo tempo que temos jovens que vão pra esse lado, **a gente** tem que ver o lado positivo também, que hoje em dia tem muitos jovens entrando mais cedo nas universidades (U-2-1-1)
- 2 – o estudo é um complemento muito significativo na vida de qualquer uma pessoa né que pra **se ter** condições de administrar você tem que ter estudo, não é só a prática que vai levá-lo a realmente a governar (U-17-2-2)

d – 31 a 45 anos

- 0 – eu achei muito sábio da pessoa sabe que é mesmo se aquela sociedade que gerou porque ela não vai reparar os danos e tentar restaurar aquela pessoa ao invés de içar amontoando tudo e ali o que sabe pouca acaba aprendendo mais, pelo o pânico () ameaça pra gente que está aqui que **nós** não temos nada com isso (U-9-0-1)
- 1 – Ah...agressividade já presenciei várias vezes né, e...eu acho que é uma reação até...normal, porque às vezes tira do sério. **A gente** envolve tanto né quando está jogando, eu já joguei muito, eu já joguei vôlei (U-10-1-1)
- 2 – Então, eu acho assim, quando a pessoa tentar o suicídio ou consegue fazer isso, esse ato terrível, eu acho eu vejo isso aí como uma pessoa covarde, uma pessoa fraca porque eu acho que, você tem um problema, você tem que enfrentar ele de frente, procurar a melhor forma pra **(se) resolver** ele (U-36-2-1)

t– Acima de 45 anos

- 0 – porque política é só jogo, só troca de favores, tanto do presidente até um político vereador normal, que a política hoje infelizmente **nós** não podemos acreditar em nada que é política hoje. (U-14-0-1)
- 1 – Muito irregular, uns com muito e outros com menos, mas devido a, a política que hoje **a gente** não pode contar, porque política é só jogo, só troca de favores, tanto do presidente até um político vereador normal (U-14-1-1)
- 2 – Eles fizeram o inverso, baixaram pra quase a terça parte, baixaram pra 40% o imposto a arrecadação então ficou, porque, porque não compensa pra as pessoas mais lesadas que aquele imposto tá mais baixo, porque a multa seria muito do que o que você tá pagando então o risco não compensa. Então eu acho que deve **se passar** pra eles do governo federal, pra todos os impostos, pra toda renda tributária do país. (U-30-2-1)

2.6 Conclusão

Neste capítulo, retomamos e reforçamos aspectos relacionados à linha de pesquisa na qual se insere nosso trabalho, apresentamos o material que constitui nossos *corpora* analisados, as nossas hipóteses e objetivos. Delineamos também os fatores componentes do envelope de variação *nós/a gente* X *se*+infinitivo que observamos como estratégias de indeterminação do sujeito. Desta maneira, procuramos expor a metodologia subjacente na observação e análise dos dados realizadas em nosso trabalho.

Vale ressaltar que, ainda que o pesquisador tenha na metodologia um grande suporte para a condução do seu trabalho, é preciso que ele esteja também ciente do seu papel e da sua importância no trato com os dados coletados para que os procedimentos metodológicos não sufoquem sua interpretação particular dos dados e não obscureçam a relevância da sensibilidade lingüística do pesquisador, conforme observamos na afirmação de Scherre e Naro (2003, p.162):

É conveniente salientar novamente que os resultados numéricos obtidos pelos programas só têm valor estatístico. O seu valor lingüístico é atribuído e interpretado pelo lingüista. [...] Nunca é demais repetir que a estatística é apenas um instrumento valioso que pode nos auxiliar a entender um pouco mais o comportamento de fenômenos lingüísticos.

Assim, no desenvolvimento de nossa pesquisa, guiamo-nos, principalmente, pela afirmação de Tarallo e Kato et alii (1989), a saber:

Conscientes e cientes da querela e do impacto das críticas de Lavandera (...) ao modelo variacionista, e norteados por uma previsível e quase fatalística virada no modelo laboviano (...), decidimo-nos, mesmo assim, por um tratamento quantitativo da ordem sintática do Português falado, atendo-nos principalmente à distribuição de dados (nesse sentido valendo-nos essencialmente de

percentagens) e considerando os grupos de fatores como meros organizadores do universo da amostra analisada, e não como pesos probabilísticos para a explicação da variável dependente (TARALLO; KATO et ali, 1989, p.38-39).

CAPÍTULO 3

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

3.1. Introdução

Neste capítulo, serão apresentadas a descrição e a análise dos dados, as quais foram possíveis mediante o cruzamento das variantes com os fatores sociais e lingüísticos elencados no envelope de variação.

Como foi nosso objetivo comparar o emprego das estratégias de indeterminação do sujeito – *nós*, a *gente* e o clítico *se* -, no PB e PE, apresentamos, inicialmente, os resultados gerais do emprego destas estratégias.

Feito isso, serão apontados e discutidos os fatores sociais do PB e também abordaremos os fatores lingüísticos que ocasionam comportamentos similares ou divergentes no PB e no PE.

3.2 A distribuição das variantes: O emprego de *nós/a gente* e do clítico *se+infinitivo* no PB e no PE.

Nesta seção, apresentamos os resultados de como ocorreu o emprego das estratégias de indeterminação do sujeito no PB e no PE. Esses resultados foram obtidos mediante a análise de 221 entrevistas, as quais perfizeram o montante de 1435 amostras, sendo 950 amostras no PB e 485 no PE. Iniciamos essa apresentação dos resultados com o Gráfico 1⁷⁶, a seguir, que demonstra o emprego das estratégias nos *corpora*.

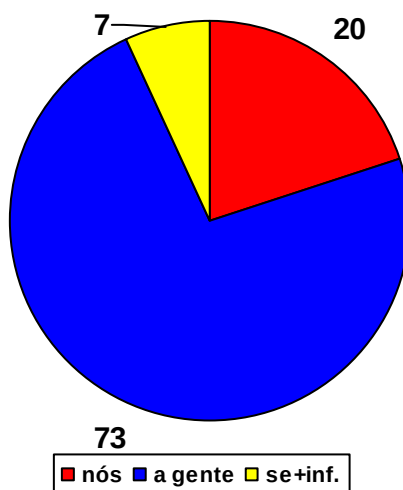


GRÁFICO 1 - Percentagem de ocorrências de *nós*, *a gente* e *se+infinitivo*

Este gráfico mostra que *a gente* teve uma frequência de 73% das amostras, o pronome *nós* de 20% e *se+infinitivo* apresentou o percentual de 7%, ou seja, *a gente* apareceu como a estratégia de indeterminação por excelência, já que sua frequência apresentou uma diferença significativa em relação ao emprego de *nós*, 53 pontos percentuais. Verificamos que não

⁷⁶ Os dados referentes aos gráficos apresentados neste capítulo constam nas tabelas do Anexo 6.

houve diferença significativa quanto à frequência do pronome *nós* e *se*+infinitivo, uma vez que sua diferença em relação ao emprego deste clítico correspondeu a 13 pontos percentuais.

As sentenças de (85) a (87) são exemplos de ocorrências de *nós*, *a gente* e *se*+infinitivo encontradas em nossos *corpora*.

(85) Depois das eleições algumas promessas são cumpridas pra não dizer que o cara é corrupto. [...] Tem outros que, descaradamente, não cumprem nada e muito pelo contrário, fazem totalmente, são tão são tão contraditórios que, além de não fazer o que falou, ainda faz o contrário do que falou... e isso decepciona. Eu acho que falta muito, falta ética na política, mas, ter **nós** temos bons políticos. (U-32-0-1)

(86) Não, nessa situação que está agora eu acho que não, tanto que a criminalidade das pessoas, que dos ex-presidários ainda continua, a gente sabe que eles saem de lá e cometem outros crimes, então quer dizer, que não adiantou de nada, é como se fosse um período que... morto, então por exemplo quando a gente para pra refletir sobre a vida da gente, **a gente** cresce nos momentos difíceis. (U-4-1-12)

(87) Só a circunstância de **se ter** as portas fechadas, pois até se pode logo... grandes assuntos, coisas muito graves - e às vezes não são nada, não é (PF-123-2-1)

Como foi nosso objetivo estabelecer um contraponto entre o emprego das formas indeterminadoras do sujeito em questão no PB e no PE, julgamos conveniente observar como cada uma das estratégias se manifestou nas duas variedades do Português.

O Gráfico 2 demonstra as ocorrências das estratégias de indeterminação em cada uma destas variedades do português.

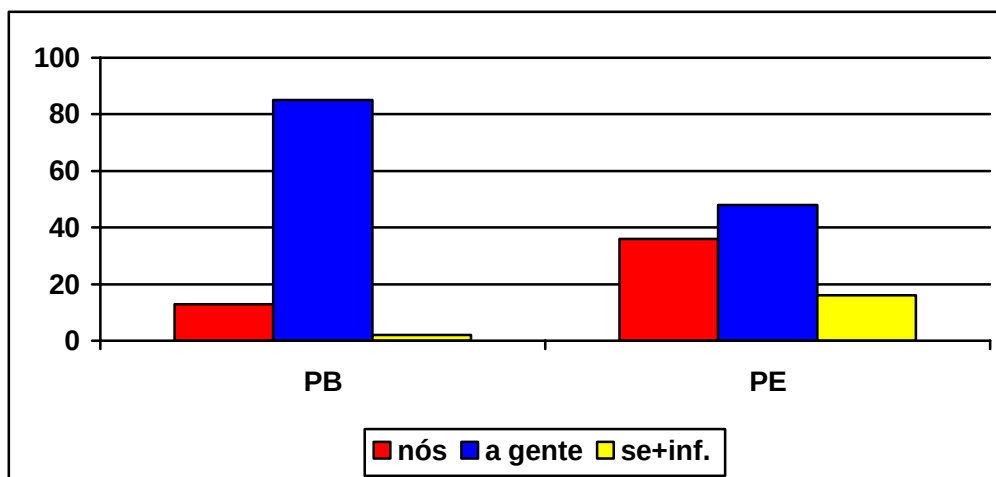


GRÁFICO 2 – Porcentagem de ocorrências das estratégias de indeterminação no PB e no PE.

Ao observar as ocorrências das estratégias em PB, podemos verificar que 85% dos dados corresponderam aos empregos de *a gente*, enquanto *nós* e *se+infinitivo* ocorreram com as respectivas porcentagens de 13% e 2%, ou seja, houve preferência pela estratégia *a gente*, uma vez que ela ocorreu nesta variedade do português com uma diferença bastante significativa em relação às demais estratégias: 72 pontos percentuais em relação ao uso do pronome *nós* e 83 pontos percentuais em relação ao emprego de *se+infinitivo*. Além disso, o Gráfico 2 também nos mostra que não houve diferença significativa entre o emprego de *nós* e *se+infinitivo* (11 pontos percentuais).

Os exemplos de (88) a (90) ilustram o emprego destas estratégias no PB.

- (88) Mentira todo mundo sabe que não leva a nada, sempre mais cedo ou mais tarde () é muito ruim, depende de como acontecer, de todo o jeito é muito ruim, só que tem jeito, vamos supor quando faz uma mentira contra a gente, **a gente** fica chateado. (U-23-1-10)
- (89) Eu iria para uma aldeia indígena pra conhecer novas culturas. Todas as pessoas têm que ir. Porque é uma coisa diferente do que **nós** estamos acostumados na cidade. (U-18-0-1)
- (90) Diante de um assalto não deve reagir. Essa é a maneira mais prática de **se fazer**... é não reagir. (U-28-2-1)

Já no PE, as estratégias *nós*, *a gente* e *se*+infinitivo ocorreram com as porcentagens de 36%, 48% e 16%. Portanto, não houve diferença significativa no emprego de *a gente* e *nós* (12 pontos percentuais), mas somente entre o emprego destas estratégias pronominais e *se*+infinitivo: a diferença entre *a gente* e *se*+infinitivo foi de 32 pontos percentuais, enquanto a diferença entre o emprego de *nós* e *se*+infinitivo foi de 20 pontos percentuais.

Os exemplos de (91) a (93) são exemplos de ocorrências de *nós*, *a gente* e *se*+infinitivo no PE.

- (91) Hei-de o retratar sempre convencional, ***a gente*** tem que se assumir na posição social em que está. (PF-139-1-2)
- (92) O sentimento influencia. Psicologicamente ***nós*** somos também... o nosso aspecto psicológico é também instrumento do nosso trabalho. (PF-139-0-2)
- (93) E então depois o texto discriminava exactamente as vantagens de ***se ter*** um andar aqui, para escritórios. (PF-140-2-1)

Mediante os resultados deste cruzamento, constatamos que o PB e o PE apresentam uma diferenciação quanto ao emprego das estratégias pronominais: enquanto no PB a estratégia preferida é a forma pronominal *a gente*, no PE, tanto esta estratégia, quanto o pronome *nós* são favorecidos para indeterminar o sujeito. Mas, além do emprego diferenciado de *nós* e *a gente* nas duas variedades do português (favorecimento de *a gente* no PB, favorecimento de *a gente* e *nós* no PE), verificamos outra diferença entre essas variedades: a estratégia *a gente* foi mais empregada no PB, já que a diferença entre o emprego desta estratégia nas duas variedades do português foi de 37 pontos percentuais, já a estratégia *nós* foi mais empregada no PE, pois a diferença entre o seu emprego no PB e no PE foi de 23 pontos percentuais.

Um resultado inesperado foi a diferença que não foi significativa encontrada entre o emprego de *se*+infinitivo no PE e no PB, 14 pontos percentuais, haja vista a frequência deste clítico em 16% das ocorrências de PE e 2% das ocorrências do PB. Este fato difere do esperado visto que esperávamos o maior emprego de *se*+infinitivo no PB, já que, no PE, o infinitivo sem *se* é suficiente para marcar a indeterminação do sujeito, como mencionaram Nunes (1991) e Galves (2001).

Os exemplos (94) e (95), a seguir, ilustram o emprego de *se*+infinitivo como estratégia indeterminadora do sujeito no PE.

(94) A corvina aqui todos os anos, aqui há uns anos antes de, de **botar-se** essas fábricas, havia aqui um... grande quantidade de corvinas. (PF-68-2-1)

(95) Quando se, quando se fazia essas picarias, geralmente fazia-se mesmo com bois, mesmo com bois em pontas, e...era típico da terra **fazer-se** isso. (PF-73-2-1)

Diante dos resultados do emprego de nós, *a gente* e *se*+infinitivo, observamos que, embora os dados analisados apontem resultados na direção da confirmação de nossas hipóteses sobre o emprego geral das estratégias, eles não confirmaram a nossa hipótese acerca do uso de *se*+infinitivo, já que nem PB, nem PE favorecem o clítico *se* em detrimento das outras estratégias e porque a diferença entre o emprego destas estratégias nas duas variedades do português não foi significativa. Entretanto, os resultados podem ser outros se considerarmos o tipo de construção sintática, conforme será visto na análise do cruzamento das variantes com o fator tipo de sentença.

Apresentado o quadro geral de ocorrência das estratégias nas duas variedades do português, abordamos, nas seções seguintes, a relação entre o emprego de uma ou outra estratégia de indeterminação e os fatores externos e internos que podem ser significativos no uso destas formas no PB e no PE.

3.3 O papel dos fatores externos na variação *nós/a gente* X *se+infinitivo* ⁷⁷

3.3.1 O fator classe social

No Capítulo 2, Omena (2003) e Lopes (1998) afirmam que a escolarização foi um importante fator no emprego de estratégias de indeterminação do sujeito. Deste modo, baseando-nos no Critério Brasil, que associa escolarização e classe social, consideramos a classe social como um fator relevante no emprego das estratégias *nós*, *a gente* e *se+infinitivo*, de modo que, conforme a classe social a que pertençam, os informantes pode preferir indeterminar o sujeito através de uma ou outra estratégia.

O Gráfico 3 mostra os resultados do cruzamento entre as variantes e a classe social dos informantes.

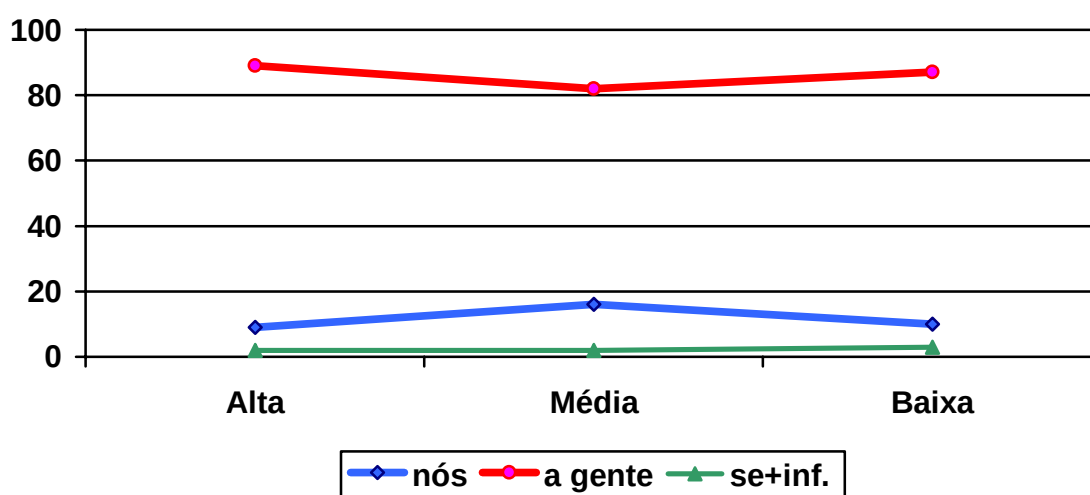


GRÁFICO 3 – Percentagem de ocorrência de *nós*, *a gente* e *se+infinitivo* em função da classe social no PB

⁷⁷ Na análise dos fatores sociais, os resultados apresentados a seguir dizem respeito somente ao PB, uma vez que, conforme já afirmamos, não tivemos acesso aos dados sociais dos informantes do PE.

De um modo geral, em todas as classes sociais, a estratégia de indeterminação que se fez mais presente foi *a gente*, seguida de *nós* e *se+infinitivo*. Isto quer dizer que *a gente* foi a estratégia mais utilizada por falantes da classe alta, como no exemplo (96) e por informantes pertencentes às classes média e baixa, como nos exemplos (97) e (98), nesta ordem.

- (96) Isso é natural, é de processo humano, mas eu acho que o que muda é a situação das pessoas que lidam com o idoso né, hoje em função, acredito eu, em função dessa... é... dificulta mesmo o que a gente tem de ambição, de conquista, de beleza, de manutenção de uma vida que a gente hoje tem como padrão né, distanciou mais do idoso, porque ele é o oposto de tudo isso que ***a gente*** vê. (U-15-1-26)
- (97) O povo vai muito do que a mídia fala, então hoje a mídia, ***a gente*** tem aí uma Globo defendendo, de certa forma, o governo. (U-21-1-11)
- (98) O pai e a mãe... como, eu vou falar de mim também, porque eu passei por esse farto, é muito difícil porque a gente quando observa que o jovem usa, se faz uso da droga, a gente perde a noção, a gente procura ajuda e tem medo de se magoar porque o jovem que mexe com droga ele tem todo o apoio da pessoa que serve a droga pra ele, a família então se torna inimiga. Eu creio que ***a gente*** precisa de está ajudando. (U-31-1-8).

Mediante a observação das classes sociais, foi possível verificar que, na fala de informantes da classe alta, a estratégia *a gente* apareceu em 89% dos dados, *nós* apresentou a frequência de 9% e *se+infinitivo* de 2%. Como se pode notar, a estratégia *se+infinitivo* não foi privilegiada nesta classe social, foi favorecida a estratégia *a gente*, a qual apresentou a diferença de 80 pontos percentuais em relação ao emprego de *nós*, e de 87 pontos percentuais em relação à utilização de *se+infinitivo*.

Na classe média, a estratégia *a gente* correspondeu a 82% dos empregos, *se+infinitivo* apresentou o índice de 2% e *nós* equivaleu a 16% dos casos, ou seja, a estratégia pronominal *a gente* foi novamente favorecida, haja vista a diferença significativa de 66 pontos percentuais entre seu emprego e o uso de *nós*, e também em relação do emprego de *se+infinitivo*, 80%.

Resultados semelhantes a estes encontrados entre falantes das classes alta e média foram verificados na análise da fala de informantes da classe baixa, pois *nós*, *a gente* e *se+infinitivo* ocorreram nesta classe social com os índices de 10%, 87% e 3%, respectivamente. Estes percentuais evidenciam que também na classe baixa ocorre mais a estratégia *a gente* do que o pronome *nós* e o clítico *se* seguido de infinitivo, tendo em vista a diferença significativa encontrada entre a estratégia *a gente* e o pronome *nós* (77 pontos percentuais) e entre *a gente* e *se+infinitivo* (84 pontos percentuais).

Em síntese, todas as classes sociais favoreceram a forma *a gente* em vez de *nós* e *se*, e houve poucas ocorrências de *nós* e *se+infinitivo*, que não apresentaram diferença significativa entre si em nenhuma das classes sociais.

Além desta análise, consideramos relevante observar verticalmente os resultados. Assim, obtivemos o Gráfico 4, que mostra as ocorrências das estratégias pelas diferentes classes sociais.

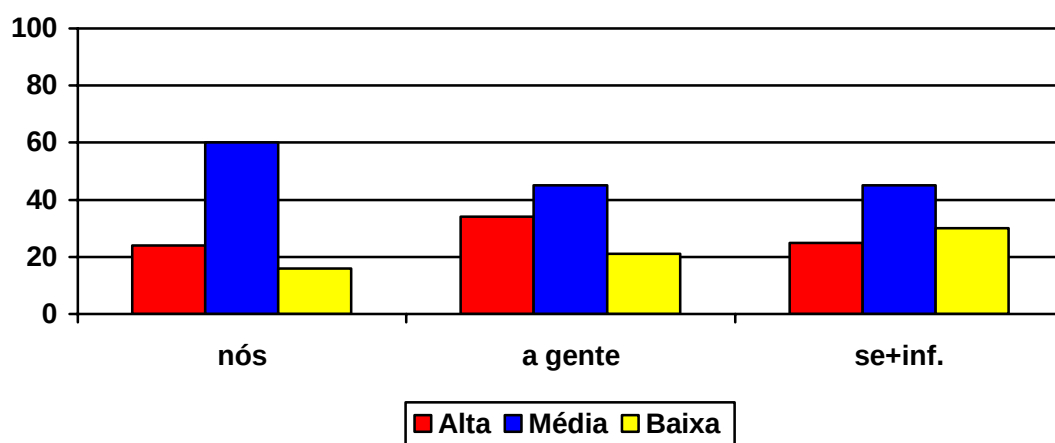


GRÁFICO 4 – Distribuição de *nós*, *a gente* e *se+infinitivo* por classe social no PB (leitura vertical)

O Gráfico 4 nos permite verificar que, de todas as ocorrências de *nós*, esta forma ocorreu mais na classe média, onde se deu 60% das ocorrências desta estratégia, a qual

apresentou uma diferença significativa do emprego nas classes alta (36 pontos percentuais) e baixa (44 pontos percentuais), onde apareceu em 24% e 16% dos casos, respectivamente, que não apresentaram diferença significativa entre si.

Um quadro semelhante ocorreu com a forma *a gente*, pois, de todas as suas ocorrências, esta estratégia ocorreu nas classes média e alta com os índices de 45% e 34%, respectivamente, e na classe baixa com a porcentagem de 21%. Diferentemente de *nós*, a estratégia *a gente* não apresentou diferença considerável entre as classes média e alta (11 pontos percentuais), classes sociais nas quais *a gente* apareceu mais frequentemente do que na classe baixa.

Dentre as ocorrências da estratégia *se*+infinitivo, 45% se deu na classe média, 30% na classe baixa e 25% na classe alta. Estes resultados nos permitem verificar que a referida estratégia aparece preferencialmente entre informantes de classe média, aparecendo menos entre informantes das classes baixa e alta, já que a diferença entre o emprego desta estratégia na classe média e baixa foi de 15 pontos percentuais e entre as classes média e alta foi de 20 pontos percentuais. Não houve diferença significativa entre o emprego de *nós* nas classes baixa e alta, (5 pontos percentuais).

Com base nesses resultados, podemos afirmar que *nós* e *se*+infinitivo, de todas as suas ocorrências, aparecem mais entre informantes da classe média, enquanto *a gente* aparece mais nas classes média e alta.

Consideramos que o fato de *nós* e *se*+infinitivo ocorrerem mais frequentemente na classe média poderia ser uma indicação de maior prestígio dessas formas, uma vez que nesta classe social, sob pressão social e exigências do mercado profissional, os falantes fazem uso de formas “com alta cotação no mercado” (cf. MOLLICA, 2003b, p.30).

3.3.2 O fator faixa etária

Do mesmo modo que a classe social, a faixa etária dos informantes também foi elencada como um fator social a compor o envelope de variação, já que o emprego das estratégias de indeterminação entre os informantes pode se diferenciar conforme a idade dos falantes, conforme afirma Omena (1996, 2003) e Lopes (1998), no Capítulo 2.

O Gráfico 5, a seguir, mostra os resultados do cruzamento entre o fator faixa etária e as estratégias indeterminadoras do sujeito pesquisadas em nosso trabalho.

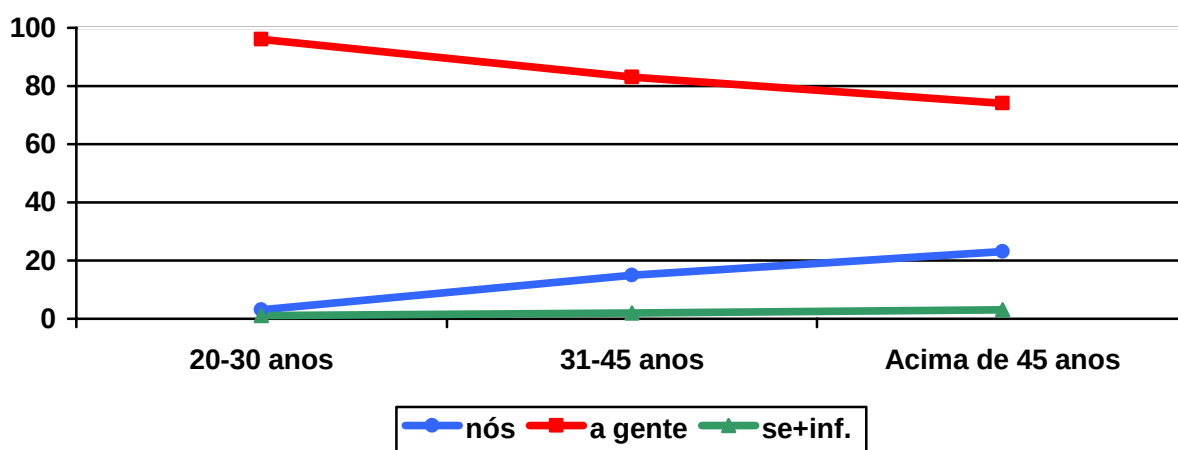


GRÁFICO 5 – Percentagem de ocorrência de *nós*, *a gente* e *se+infinitivo* em função da faixa etária no PB

O Gráfico 5 demonstra que, na faixa etária de 20 a 30 anos, *a gente* foi a estratégia favorecida para a indeterminação do sujeito, visto que equivaleu a 96% dos empregos das estratégias pelos falantes mais jovens. A diferença entre o emprego de *a gente* e das demais estratégias foi significativa, pois as estratégias *nós* e *se+infinitivo* ocorreram com a frequência de 3% e 1%, nesta ordem. A diferença entre o emprego de *a gente* em relação a *nós* e *se+infinitivo* foi de 93 e 95 pontos percentuais, respectivamente.

As sentenças de (99) a (101) são exemplos do emprego de *a gente*, *nós* e *se*+infinitivo na fala de informantes com idade de 20 a 30 anos.

(99) Não, nessa situação que está agora eu acho que não, tanto que a criminalidade das pessoas, que dos ex-presidários ainda continua, a gente sabe que eles saem de lá e cometem outros crimes, então quer dizer, que não adiantou de nada, é como se fosse um período que... morto, então por exemplo quando a gente para pra refletir sobre a vida da gente, a gente cresce nos momentos, a dificuldade que **a gente** passou serviu pra alguma coisa. (U-4-1-14)

(100) o povo brasileiro ele é feito de extremos, outra questão que eu noto muito em brasileiro, eu também como brasileira, o brasileiro abre muito mão de método, ele faz as coisas muito por sentimento, por emoção, às vezes ele num, não é uma coisa muito sistêmica, não muito organizada, faz as coisas meio sem direção, talvez por isso o país ainda não tenha conseguido chegar ao desenvolvimento, tudo começa, pára, começa, pára, só que em contrapartida **nós** temos processos incrivelmente organizados dentro do Brasil. (U-3-0-3)

(101) Eu acho que o idoso ele não tem muito assim direito assim no país ainda. As pessoas ainda não... não estão... está começando a **se olhar** o lado do idoso. (U-20-2-1)

Entre os informantes de 31 a 45 anos, 83% foram ocorrências de *a gente*, 15% de *nós* e 2% de *se*+infinitivo. Estes resultados demonstram o favorecimento da estratégia *a gente*, a qual apresentou a diferença significativa de 68 pontos percentuais em relação ao pronome *nós*, e em relação à estratégia *se*+infinitivo, 81 pontos percentuais. Os índices de ocorrência das estratégias não indicam diferença significativa entre o emprego de *nós* e *se*+infinitivo entre esses informantes (13 pontos percentuais).

Os exemplos de (102) a (104) ilustram o emprego de *a gente*, *nós* e *se*+infinitivo por informantes desta faixa etária.

(102) Então assim, eu nunca cobre os meus direitos acho que é por isso que nós temos assim os candidatos né, uma vez eu ouvir dizer que a gente tem o governo que merece, talvez seja por aí porque...nós cidadãos né, mesmo não cobramos, às

vezes nós num temos conhecimento dos nossos direitos, por isso que **a gente** não cobra nada. (U-10-1-8)

(103) O dinheiro é grande, por isso **nós** vemos assim muitos candidatos lá. (U-6-0-4).

(104) Você realmente... não tem como... descrever Belo Horizonte como se fosse uma, um lugar assim, totalmente a trabalho, né, pra **se viver**. (U-17-2-1)

No grupo etário de falantes acima de 45 anos, houve 74% de ocorrências de *a gente*, 23% de *nós* e 3% de *se*+infinitivo, existindo, portanto, uma preferência por *a gente*, do mesmo modo que nas outras faixas etárias, haja vista a diferença entre seu emprego em relação a *nós* (51 pontos percentuais) e em relação a *se*+infinitivo (71 pontos percentuais). Contudo, nesta faixa etária o pronome *nós* se mostrou como segunda estratégia empregada, uma vez que apresentou uma diferença significativa em relação ao emprego do clítico *se* seguido de infinitivo (20 pontos percentuais).

Os exemplos de (105) a (107) ilustram as ocorrências de *a gente*, *nós* e *se*+infinitivo entre informantes com mais de 45 anos:

(105) Ah como toda criança sobe em árvore né cai, machuca, que eu me lembre eu nunca quebrei braço [...] a gente brincava também de cabra-cega né que é põe o pano no rosto e veda e sai em busca pra achar as pessoas, embora às vezes (...) mas é isso que a gente brincava. Era época também de peão, a gente brincava de peão de início é difícil **a gente** enrolar a fita, mas depois você acostuma, né?! (U-13-1-1)

(106) Natural né, porque hoje **nós** estamos, infelizmente, sujeitos a qualquer hora ser roubado, sê assaltado porque é o que mais tem hoje na cidade hoje são pessoas desocupadas que vive em função de roubar, de matar, fazer o que faz porque as leis não pune os assassinos, o assaltante, então devido a isso daí eu acho que a gente tem que prevenir o máximo pra não sê roubado. (U-14-0-4)

(107) Tem pessoas de 70, 80 anos que passam mal na fila porque eles têm que ir lá, porque têm que ir lá pra provar, se não eles não receberiam a pensãozinha que às vezes é único meio que eles têm pra sobreviver, contribui pra previdência 30, 40 anos e (aí chega) na previdência pra ficar se submetendo a esse tipo de coisa, então eu acho que tem que ter cadastro, tem lógico que existe, infelizmente,

peessoas que utilizam de má fé pra bocar o dinheiro público, mas tem que **se arrumar** um mecanismo mais humano pra isso. (U-30-2-2)

Em resumo, na faixa etária de 20 a 30 anos e entre falantes de 31 a 45 anos, houve preferência por *a gente*, e entre os informantes com mais de 45 anos, *a gente* também foi a estratégia favorecida, porém nesta faixa etária o pronome *nós* foi a segunda estratégia favorecida, haja vista a diferença significativa que esta estratégia apresentou em relação a *se+infinitivo*.

Os resultados nos permitem afirmar que, nas faixas etárias de 20 a 30 anos e de 31 a 45 anos, *a gente* foi a estratégia de indeterminação mais utilizada, com diferença significativa em comparação aos índices das outras estratégias, inclusive de *nós*, uma estratégia também pronominal, como anteriormente mencionado. Não houve diferença significativa entre o emprego de *nós* e *se+infinitivo* nos grupos etários em questão.

Estes resultados nos demonstram um quadro variado no emprego das estratégias, resultados estes que se aproximam das verificações de Omena (1996): quanto maior for a faixa etária, maior a frequência de emprego da estratégia *nós*, ocorrendo o oposto com a forma pronominal *a gente* - quanto maior a faixa etária, menor a frequência de *a gente*.

Julgamos importante salientar que os falantes da faixa etária de 20 a 30 anos favorecem mais a estratégia *a gente* em relação às demais estratégias de indeterminação, mas verificamos que mesmo entre os falantes com mais de 45 anos foi também favorecido o emprego de *a gente*. Além disso, o Gráfico 5 nos mostra que não há diferenciação no emprego de *se+infinitivo* quanto à faixa etária, por se tratar de uma estratégia que ocorreu com índices aproximados em qualquer que fosse a faixa etária dos informantes.

Antes de apresentarmos a análise dos fatores lingüísticos, observamos como tem se dado, de fato, a distribuição desta estratégia com base nos resultados do cruzamento entre os fatores classe social e faixa etária.

3.3.3 Os fatores classe social e faixa etária

A variação *nós/a gente* X *se+infinitivo* sofre diferenciação no emprego das estratégias não somente analisando os fatores considerados de maneira estanque, mas também quando relacionados. Pode-se notar que as referidas estratégias têm seu emprego diferenciado em determinadas células. O Gráfico 6, a seguir, demonstra o emprego de *nós*, *a gente* e *se+infinitivo* de acordo com a classe social e a faixa etária dos informantes de PB.

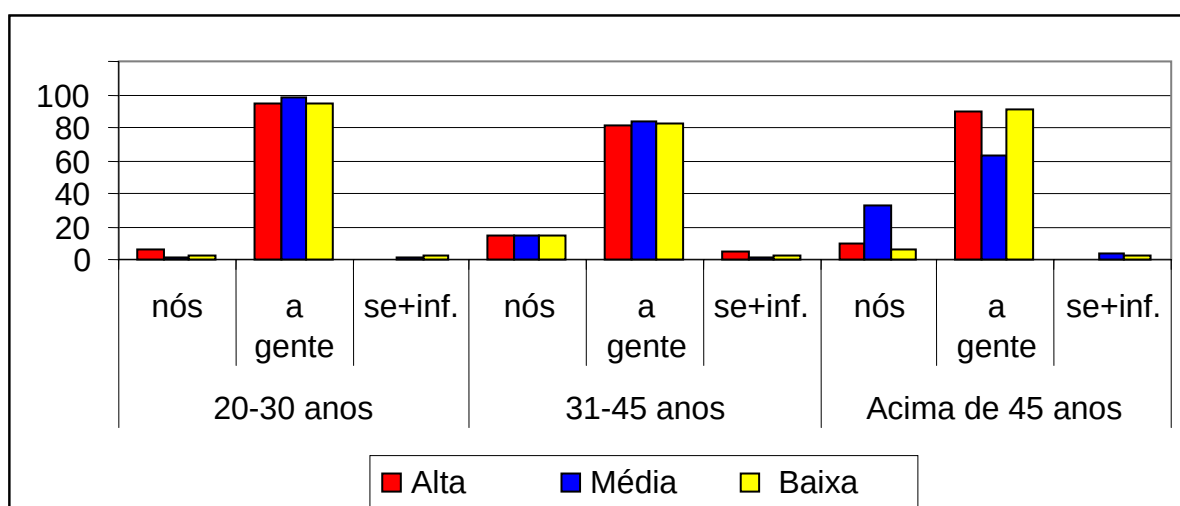


GRÁFICO 6 – Distribuição de *nós*, *a gente* e *se+infinitivo* por faixa etária e classe social no PB

Analisando-se, primeiramente, o emprego das estratégias por falantes da faixa etária de 20 a 30 anos, verifica-se que os informantes pertencentes à classe alta privilegiaram *a gente*, que ocorreu com a porcentagem de 94% enquanto a estratégia *nós* apareceu com o índice de 6% e o emprego de *se+infinitivo* foi nulo, ou seja, há a preferência por *a gente*, dada a diferença entre o emprego desta estratégia e o uso do pronome *nós*, 88 pontos percentuais.

Um quadro semelhante ocorreu na fala de informantes de 20 a 30 anos de classe social média, uma vez que *nós*, *a gente* e *se+infinitivo* ocorreram com os índices de 1%, 98% e 1%,

nesta ordem, ou seja, houve o favorecimento de *a gente*, haja vista a diferença significativa entre o índice desta estratégia em relação ao aparecimento de *nós* e *se+infinitivo*, 97 pontos percentuais em relação a ambas.

Entre informantes de 20 a 30 da classe baixa, *nós*, *a gente* e *se+infinitivo* ocorreram com as porcentagens de 3%, 95% e 2%. Estes percentuais também demonstram que *a gente* foi a estratégia favorecida por esses informantes, já que forma *a gente* apresenta uma diferença significativa em relação à *nós* (92 pontos percentuais) e em relação ao *se+infinitivo* (93 pontos percentuais).

Os resultados encontrados nesta faixa etária nos demonstram que independentemente da classe social há a preferência pela estratégia *a gente*, pois a diferença entre o emprego desta estratégia em relação às estratégias em questão é bastante significativa em todas as classes sociais.

Entre os falantes de 31 a 45 anos da classe alta, *a gente* foi novamente privilegiada entre as estratégias de indeterminação em questão, e apresentou o índice de 81%, enquanto os falantes empregaram, respectivamente, 14% e 5% de *nós* e *se+infinitivo*. Deste modo, pode-se notar que a diferença entre o emprego da estratégia favorecida, *a gente*, é significativa se comparada aos índices de *nós* (67 pontos percentuais), e em relação ao *se+infinitivo* (76 pontos percentuais).

Na fala de informantes de 31 a 45 anos de classe média, as estratégias *nós*, *a gente* e *se+infinitivo* ocorreram com as respectivas porcentagens: 15%, 84%, 1%, ou seja, como, novamente, a diferença entre o emprego de *a gente* em relação a *nós* e *se+infinitivo* foi significativa, podemos constatar que *a gente* é a estratégia privilegiada.

Os resultados encontrados na classe baixa se assemelham àqueles verificados nas outras classes sociais, ou melhor, o favorecimento de *a gente*, uma vez que os falantes empregaram em 82% das ocorrências a forma *a gente*, ou seja, esta estratégia apresentou uma

diferença significativa em relação ao emprego de *nós* (67 pontos percentuais), que ocorreu com o percentual de 15%, e em relação a *se* seguido de infinitivo (79 pontos percentuais), que equivaleu a 3% das ocorrências. E, como se pode notar, novamente verificou-se a mesma hierarquia de emprego das estratégias qualquer que fosse a classe social analisada: *a gente* > *nós/se*+infinitivo.

O Gráfico 6 nos mostrou também que, no terceiro grupo etário, os resultados foram diferentes em relação às demais faixas etárias e heterogêneos entre as estratégias, mas a forma *a gente* continuou sendo a estratégia de indeterminação do sujeito mais utilizada, qualquer que fosse a classe social. O emprego da estratégia *nós* apresentou resultados díspares nas diversas classes sociais.

Na classe alta, a estratégia *nós* apresentou a ocorrência de 10%. Em 90% dos casos foi utilizada a forma *a gente*, de modo que, como verificamos também na fala de informantes de 20 a 30 anos, *se*+infinitivo tem emprego nulo. Ou seja, novamente a estratégia favorecida foi *a gente*, tendo em vista a diferença de seu emprego em relação ao uso de *nós*, 80 pontos percentuais.

Os falantes com idade acima de 45 anos de classe média empregam *nós*, *a gente* e *se*+infinitivo com os respectivos índices de 33%, 63% e 4%. Há diferença significativa entre o emprego de *a gente*, estratégia mais empregada, e *nós*, segunda estratégia mais empregada: 30 pontos percentuais. Enquanto o índice de ocorrência de *nós* apresentou uma diferença significativa entre esta estratégia e *se*+infinitivo, 29 pontos percentuais.

Já na fala de informantes com mais de 45 anos pertencentes à classe baixa, as estratégias *nós*, *a gente* e *se*+infinitivo equivaleram às frequências de 6%, 91% e 3%. Embora a estratégia *se*+infinitivo tenha sido empregada por estes falantes, os resultados foram semelhantes àqueles encontrados entre informantes desta faixa etária da classe alta: preferência pelo emprego de *a gente*, cujo índice nos demonstra uma diferença significativa

entre o emprego desta estratégia e a utilização de *nós* (85 pontos percentuais) e também se comparado ao índice de ocorrência de *se*+infinitivo (88 pontos percentuais).

Portanto, podemos constatar que, de um modo geral, o emprego das estratégias entre informantes com mais de 45 anos se mostrou parcialmente homogêneo, já que nas classes alta e baixa o emprego de *a gente* foi quase exclusivo, enquanto entre informantes desta faixa etária pertencentes à classe média, *a gente* foi a estratégia favorecida e *nós* a segunda estratégia utilizada.

A análise vertical dos resultados do cruzamento entre os fatores faixa etária e classe social também permite fazer importantes constatações acerca da variação *nós/a gente X se*+infinitivo, conforme mostra o Gráfico 7 a seguir.

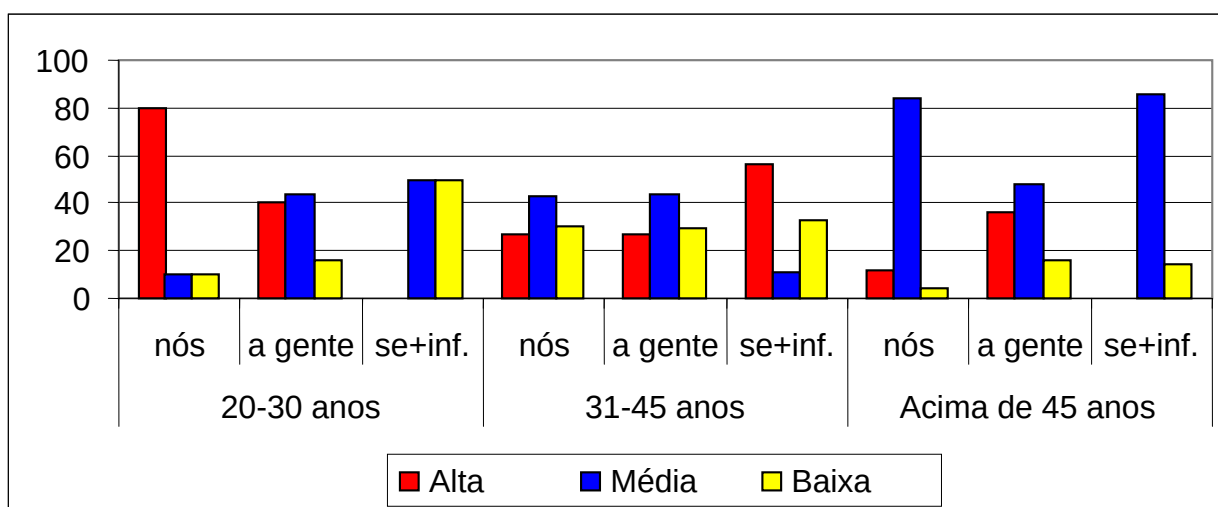


GRÁFICO 7 – Percentagem de ocorrência de *nós*, *a gente* e *se*+infinitivo em função da faixa etária e classe social. (leitura vertical)

Ao analisar, primeiramente, o emprego do pronome *nós* por falantes de 20 a 30 anos, constatamos que 80% do emprego dessa forma ocorreu entre falantes da classe alta, o que aponta a diferença significativa entre o emprego desta estratégia por falantes da classe alta e nas demais classes sociais, onde ocorreu com o índice de 10% em cada.

Já a forma *a gente*, no primeiro grupo etário, teve índices bem próximos entre a fala de informantes da classe média (44%) e da classe alta (40%), e 16% das ocorrências de *a gente* se deu entre os informantes de 20 a 30 anos da classe baixa, ou seja, ocorreu menos do que nas outras classes sociais, haja vista a diferença entre o índice desta classe e das demais: 28 pontos percentuais em relação ao emprego da classe média e 24 pontos percentuais em relação ao emprego de *a gente* por informantes da classe alta.

O Gráfico 7 mostra também que *se*+infinitivo, neste mesmo grupo etário, foi igualmente empregado pelos falantes das classes média e baixa, 50% em cada uma destas classes, de modo que seu emprego foi nulo entre informantes jovens da classe alta.

Assim, podemos notar, mediante os resultados mostrados pelo Gráfico 7, que entre informantes de 20 a 30 anos, as ocorrências de *nós* se deram preferencialmente entre informantes de classe alta, enquanto *a gente* teve suas maiores ocorrências na fala de informantes das classes média e alta, e *se* ocorreu igualmente na fala de informantes das classes média e baixa.

Já no segundo grupo etário, os resultados apontaram um quadro diferente. O Gráfico 7 ilustra que 27% das ocorrências de *nós* foi na classe alta, 43% na classe média e 30% na classe baixa, ou seja, não houve diferença significativa entre o emprego de *nós* na fala de informantes das classes média e baixa (13 pontos percentuais), mas somente entre o emprego por falantes de 31 a 45 anos de classe média e alta (16 pontos percentuais).

A estratégia de indeterminação *a gente* teve 44% de seu emprego na classe média, 29% na classe baixa e 27% entre informantes de classe alta. Estes porcentuais demonstram que, diferentemente do que ocorreu entre os falantes de 20 a 30 anos, na faixa etária de 31 a 45 anos, *a gente* ocorreu mais na fala de informantes de classe média.

Enquanto as estratégias pronominais de indeterminação mostraram certa semelhança entre si no emprego do sujeito indeterminados por falantes de 31 a 45 anos, nesta faixa etária

as ocorrências de *se*+infinitivo novamente apontaram um comportamento diferente do clítico *se* em relação a estas estratégias.

Verificou-se, pelo Gráfico 7, que 56% das ocorrências de *se*+infinitivo nesta faixa etária foram encontradas na fala de informantes de classe alta, 33% entre informantes desta faixa etária da classe baixa e que os empregos de sujeito indeterminado por falantes desta faixa etária da classe média equivaleram a 11%. Esses resultados demonstram que as maiores ocorrências de *se*+infinitivo na faixa etária de 31 a 45 anos ocorreram na fala dos informantes de classe alta, havendo uma diferença significativa entre o emprego dos informantes da classe baixa (23 pontos percentuais), onde o percentual de ocorrência desta estratégia também apresentou uma diferença significativa em relação ao emprego por falantes de classe média, 22 pontos percentuais.

Os resultados desta faixa etária indicaram um índice elevado de *a gente* na classe média, e maior emprego do pronome *nós* nas classes média e baixa. Em contrapartida, a estratégia *se*+infinitivo apresentou menores índices de ocorrência nestas classes sociais, e *se* mostrou mais freqüente entre informantes da classe alta.

Finalmente, na terceira faixa etária, verificamos que o pronome *nós* ocorreu nas classes alta, média e baixa com os índices de 12%, 84% e 4%. Já as ocorrências de *a gente* se deram nestas classes sociais com os respectivos índices de 36%, 48% e 16%. E dentre as ocorrências de *se*+infinitivo 86% se deram na classe média e 14% na classe baixa.

Verificamos, portanto, a tendência da forma *nós* ocorrer mais na fala de informantes com idade superior a 45 anos quando estes informantes pertencem à classe média (devido à diferença dos resultados encontrados na classe média e nas outras classes sociais), e que a forma pronominal *a gente* tende a aparecer mais entre os informantes desta faixa etária pertencentes às classes média e alta, enquanto *se*+infinitivo ocorre preferencialmente na fala de informantes da classe média.

Expostas as considerações acerca dos resultados encontrados no cruzamento da variável dependente com os fatores sociais que compõem o envelope de variação da nossa pesquisa, apresentamos, a seguir, as constatações mediante os cruzamentos que envolvem os fatores lingüísticos da variação *nós, a gente* X *se*+infinitivo.

3.4 Fatores internos e suas implicações na variação *nós/ a gente* X *se*+infinitivo

3.4.1 Tipo de sentença: finitas X infinitivas

Segundo verificamos nos trabalhos que estruturam o arcabouço teórico de nossa pesquisa, as sentenças finitas têm apresentado com bastante frequência formas plenas para a indeterminação do sujeito, e, em contrapartida, neste tipo de sentença, o *se* indeterminador, uma estratégia antes bastante utilizada e que consta nas gramáticas tradicionais, tem sofrido um decréscimo em seu emprego.

Também é possível constatar, segundo Galves (2001) e Nunes (1991), que, de modo paralelo a este apagamento de *se*, tem ocorrido a inserção deste clítico em um outro contexto, as sentenças infinitivas, um tipo de sentença no qual as formas pronominais passaram a aparecer também.

Adotando essas considerações para o desenvolvimento de nosso trabalho, acreditamos inicialmente, com base na afirmação de Cavalcante (2002) de que o aparecimento de formas pronominais nas infinitivas foi posterior ao emprego destas estratégias nas finitas, que a

presença deste clítico nas infinitivas seria mais freqüente do que a ocorrência de formas pronominais nesse tipo de sentença.

O Gráfico 8, a seguir, demonstra os resultados do cruzamento das variantes com o fator tipo de sentença.

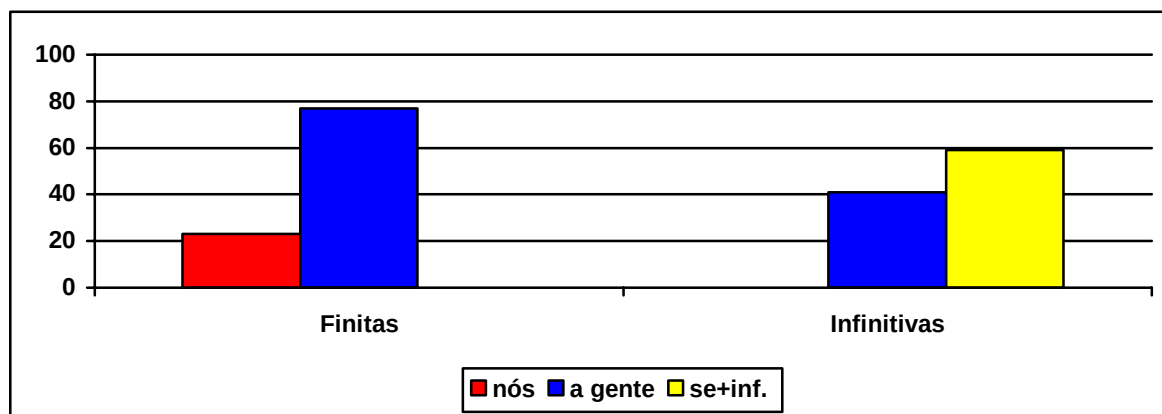


GRÁFICO 8 – Percentagem de ocorrência de *nós*, *a gente* e *se+infinitivo* em função do tipo de sentença no PB e no PE

O Gráfico 8 demonstra a diferença significativa entre o emprego de *a gente* em relação às ocorrências de *nós*, tendo em vista que *a gente* ocorreu em 77% do emprego de sujeito indeterminado em construções finitas, enquanto *nós* equivaliu a 23% dos casos, ou seja, uma diferença de 54 pontos percentuais.

As sentenças em (108) e (109) são exemplos de ocorrências de *a gente* e *nós* em sentenças finitas.

(108) Não, nessa situação que está agora eu acho que não, tanto que a criminalidade das pessoas, que dos ex-presidários ainda continua, a gente sabe que eles saem de lá e cometem outros crimes, então quer dizer, que não adiantou de nada, é como se fosse um período que... morto, então por exemplo quando a gente para pra refletir sobre a vida da gente, **a gente** cresce nos momentos difíceis. (U-4-1-12)

(109) Os políticos são assim porque **nós** não cobramos, às vezes **nós** não temos conhecimento dos nossos direitos. (U-10-0-3)

Já nas sentenças infinitivas, pudemos constatar que houve diferença significativa entre o emprego de *se*+infinitivo e *a gente*. Foram encontrados os índices de 41% de *a gente* e *se*+infinitivo correspondeu a 59% dos casos, demonstrando, mediante a diferença de 18 pontos percentuais, que, neste tipo de sentença, a estratégia preferida foi o clítico *se*.

As sentenças em (110) e (111) são exemplos dos empregos de *se*+infinitivo e *a gente* em construções infinitivas.

- (110) Esses tipos de situação agora aí voltou posteriormente ao cenário onde houve aí a inclusão do técnico Felipão depois de também de como ele surgiu também de várias, várias tentativas frustradas de ***se encontrar*** um técnico de futebol. (U-21-2-1)
- (111) A criança hiper ativa, bom eu não gosto muito é de rotular, eu tenho uma preocupação muito grande com ***a gente colocar*** rótulo. Eu acho que existe algumas crianças que são muito mais agitadas do que as outras, mas eu não creio que é porque isso vem da criança, eu creio que isso vem é do meio onde essa criança vive. (U-25-1-5)

O Gráfico 8 evidenciou que *a gente* é a estratégia mais frequentemente empregada nas sentenças finitas, ao passo que, nas infinitivas, a estratégia de indeterminação do sujeito privilegiada é *se*+infinitivo, em vez das estratégias pronominais *a gente* e *nós*. Esses resultados evidenciam que *nós* e *a gente* são as estratégias favorecidas pelas sentenças finitas, enquanto as infinitivas favorecem o emprego do clítico *se* seguido de infinitivo, ainda que as estratégias pronominais tenham aparecido também neste contexto.

Conforme mencionado anteriormente, os resultados do PB e do PE podem ser diferentes dos resultados gerais encontrados, se pensarmos no tipo da construção sintática, ou melhor, na impossibilidade de ocorrência de *se*+infinitivo nas sentenças finitas.

O Gráfico 9, a seguir, demonstra a ocorrência das estratégias nas sentenças finitas e infinitivas em PB e PE.

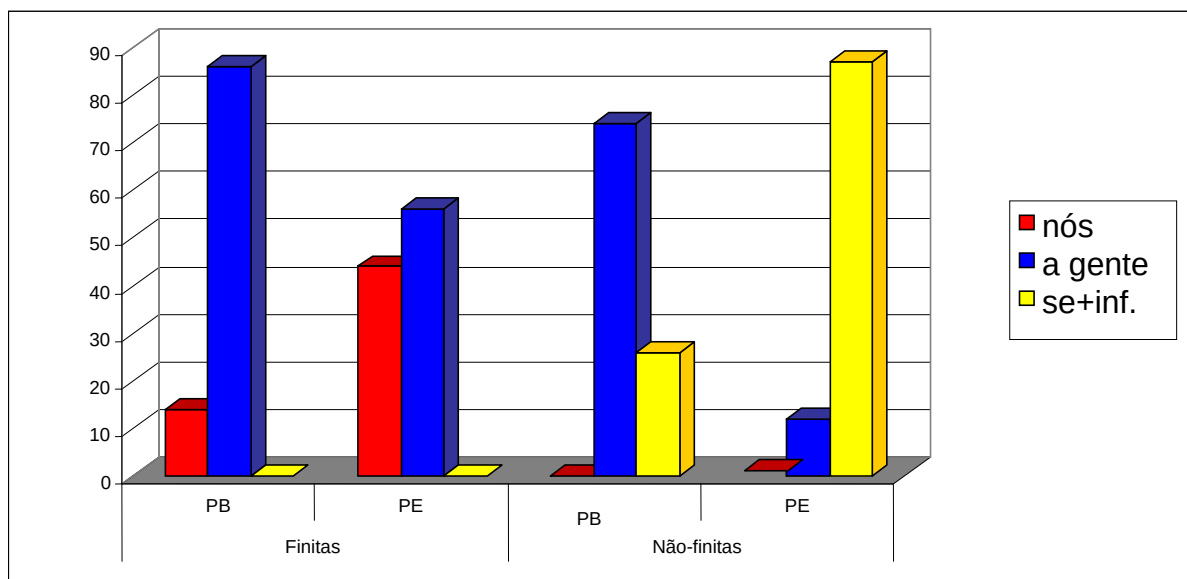


GRÁFICO 9 – Distribuição de ocorrência de *nós*, *a gente* e *se+infinitivo* em função do tipo de sentença no PB e no PE

No PB, o quadro de ocorrências das estratégias em sentenças finitas se deu da seguinte maneira: 86% de *a gente* e 14% de *nós*, ou seja, houve diferença significativa entre as estratégias *a gente* e *nós* (72 pontos percentuais), permitindo-nos visualizar a preferência dos falantes pela primeira forma em sentenças finitas.

Já no PE, essa distinção não foi significativa, pois as formas *nós* e *a gente* ocorreram com os percentuais de 44% e 56%, respectivamente, mostrando que ambos os recursos indeterminadores ocorrem no PE, sem diferença significativa entre eles (12 pontos percentuais).

O Gráfico 9 nos permite constatar outra divergência entre PB e PE: estas variedades do português apresentaram comportamentos diferentes quanto ao emprego das estratégias de indeterminação do sujeito nas infinitivas. No PB, as infinitivas favoreceram o aparecimento de *a gente* em 74% dos casos e de *se+infinitivo* em 26%. A diferença entre estas estratégias, 48 pontos percentuais, foi significativa, evidenciando o favorecimento de *a gente*. No PE, as infinitivas privilegiaram as infinitivas com *se*, cujo percentual foi de 87% das ocorrências, ou

seja, uma diferença significativa (74 pontos percentuais) em relação à estratégia *a gente*, cujo emprego correspondeu a 13% dos casos.

Deste modo, podemos constatar, com base no Gráfico 9, que as sentenças finitas se mostraram favorecedoras do emprego de *a gente* no PB, e *a gente e nós* no PE, enquanto as infinitivas no PB privilegiam *a gente* e no PE favorecem *se*+infinitivo.

Como se pode ver, estes resultados divergem dos resultados gerais verificados no cruzamento das variantes com o fator variedade do Português, uma vez que o clítico *se* é uma estratégia favorecida em detrimento das outras em um contexto definido: as infinitivas do PE. Isto contraria, inclusive, a nossa hipótese inicial de que esta variante seria mais frequentemente empregada no PB.

Apresentamos, a seguir, outros cruzamentos com fatores internos que, como o tipo de sentença, podem favorecer o emprego de uma ou outra forma de indeterminação do sujeito.

3.4.2 Paralelismo

Como o nosso objetivo foi verificar a influência da presença de um indeterminador anterior em um indeterminador seguinte, consideramos oportuno abordar os resultados encontrados no cruzamento das variantes com o fator paralelismo a fim de detalhar a sua relevância na variação lingüística entre as estratégias investigadas, conforme mostra o Gráfico 10 a seguir.

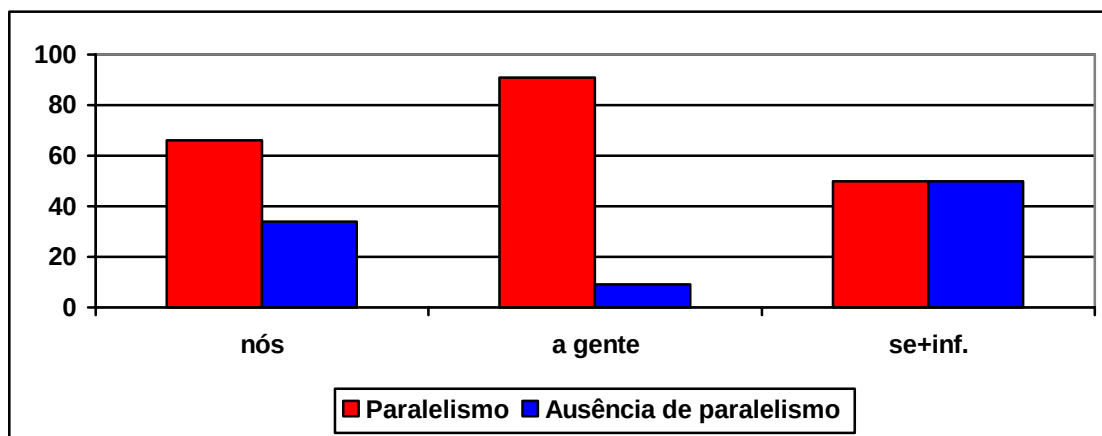


GRÁFICO 10 – Variantes X indeterminador anterior (vertical)

Com base no Gráfico 10, pode-se notar que *a gente* foi favorecida pela presença de paralelismo (81%), haja vista a diferença de 82 pontos percentuais entre seu emprego com paralelismo e sem paralelismo (9%).

Os exemplos (112) e (113) demonstram o emprego de *a gente* em sentenças com paralelismo e sem paralelismo, respectivamente.

(112) Eu acredito que *pra gente* se manter saudável, *a gente* precisa manter muito cuidado com a alimentação, praticar algum tipo de exercício, não levar uma vida sedentária, mas não precisa ser necessariamente academia, as pessoas que fazem caminhada regularmente, 3 vezes por semana, 2 vezes por semana ou que caminha todo dia por um período de tempo seja meia hora, 40 minutos, eu acho que tão cuidando sim da saúde (U-25-1-4)

(113) Eu acho que o idoso, eu admiro ele pela experiência de vida, eu acho que muitos passaram por experiências boas mesmo, como todos *nós* passamos, porque muito do que *a gente* passa, eles já passaram. (U-4-1-19)

Quanto ao emprego da estratégia *nós*, os resultados apontaram que 66% das ocorrências apresentaram paralelismo, não havendo indeterminador anterior de mesmo tipo em 34% das ocorrências desta estratégia. A diferença entre a presença de paralelismo e a

ausência dele (32 pontos percentuais) evidencia que o pronome *nós* tende a ocorrer mais na presença de indeterminadores anteriores de mesmo tipo, conforme (114), do que com outros indeterminadores anteriores, como em (115).

(114) Os políticos são assim porque *nós* não cobramos às vezes *nós* não temos conhecimento dos nossos direitos. (U-10-0-3)

(115) No governo Lula, por uma questão de salvador da pátria, né as pessoas que votam por, por essa questão de delegação de poder então, eu acredito que essas pessoas tendem a realmente a ter uma certa decepção, um curto prazer porque elas não vão dar uma base de sustentabilidade pra esse governo, né. Então a gente assim fica aí é tentando encontrar aí os caminhos né. Hoje a... *a gente* não sabe como, como proceder nesse avalanche de problemas, *nós* temos duas outras alternativas... (U-21-0-2)

Entretanto, os resultados mostraram que o paralelismo não foi relevante no emprego de *se*+infinitivo, uma vez que esta estratégia apresentou 50% de ocorrências com indeterminador anterior de mesmo tipo, como em (116), e 50% com indeterminador anterior diferente, conforme (117).

(116) Aqui há uns anos antes de, de *botar-se* essas fábricas, havia aqui um... grande quantidade de corvinas [...] esperava-se por meses, que o peixe desovasse e que saísse para *se apanhar*. (PF-68-2-2)

(117) A mim, causa-me dó é *a gente* chegar e conseguir detectar o problema, levá-lo ao ponto base e depois ter de ficar de braços cruzados porque não há ninguém que possa dar um apoio para *se fazer* qualquer coisa de útil. (PF-80-2-1)

Os resultados apresentados no Gráfico 10 demonstram que as estratégias *a gente* e *nós* se mostraram mais sensíveis à atuação do paralelismo do que *se*+infinitivo, tendo em vista os

mesmos resultados do clítico *se*, o qual foi encontrado igualmente na presença ou ausência de indeterminador anterior de mesmo tipo.

Como nos interessa a atuação da presença de paralelismo no emprego das estratégias no PB e no PE, apresentamos o Gráfico 11, que mostra, a seguir, os resultados encontrados no cruzamento entre os fatores variedades do português e indeterminador anterior no que se refere à presença de indeterminador anterior de mesmo tipo.

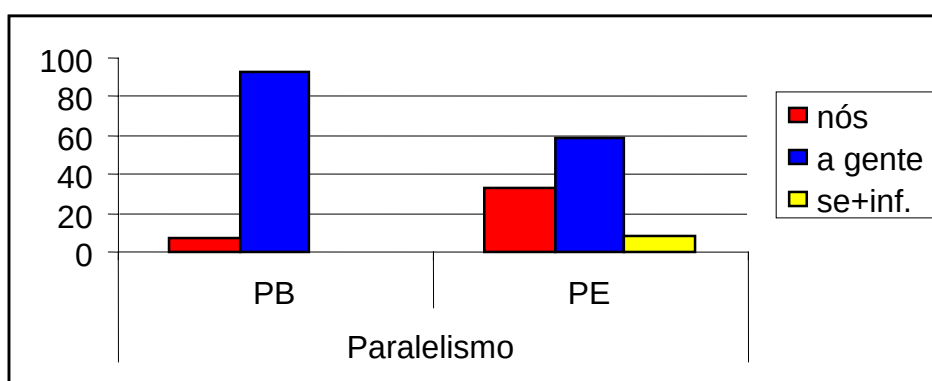


GRÁFICO 11 – Variedades do Português X Paralelismo (leitura vertical)

O Gráfico 11 mostra que no PB o paralelismo favoreceu o emprego de *a gente*, o qual correspondeu a 93% das ocorrências de paralelismo nesta variedade do português, e houve 7% de *nós* com paralelismo. Não houve paralelismo com o clítico *se* seguido de infinitivo no PB.

As sentenças em (118) e (119) são exemplos do emprego de *a gente* e *nós* com indeterminador anterior de mesmo tipo no PB.

- (118) Nossa a família sofreu muito, muito, porque é um sentimento disso que eu falei, eu acho que sente assim que não ajudou, como a gente não enxergou que ela não tava bem, como que a gente não percebeu que ela tava passando por tudo isso, como uma pessoa que tava tão presente ao mesmo tempo tava tão ausente, sabe quando a gente tá e não tá, ela tava ali naquela casa. Por isso que *a gente* tem que ter muito cuidado. (U-4-1-22)

- (119) [...] pelo que eu percebo assim, eu acho que, talvez, se acontecesse o que acontece aqui em outros países, isso jamais, éh::: seria aceito, seria tido como normal, mas por outro lado, o mesmo povo que pra algumas coisas é tão passivo, pra outras ele é tão, ele é tão, ele é tão presente, ele é tão ativo, **nós** fomos o primeiro país do mundo a ter *impeachment* ... tudo que começa, pára, começa, pára, só que, em contrapartida, **nós** temos processos dentro do, do Brasil que são incrivelmente organizados. (U-3-0-3)

Pode-se verificar também que no PE, 59% dos casos de paralelismo foram com a estratégia *a gente*, ou seja, houve preferência por esta estratégia, tendo em vista a diferença significativa de 26 pontos percentuais em relação ao emprego de *nós*, cuja ocorrência correspondeu a 33% dos empregos de paralelismo. Além disso, diferentemente do PB, no PE foi possível constatar a presença de paralelismo com *se*+infinitivo, um emprego que equivaleu a somente 8% dos casos.

Os exemplos de (120) a (122) ilustram o paralelismo com *a gente*, *nós* e *se* no PE.

- (120) ***A gente*** quando sai de casa não sabemos fazer nada, [...] e em casa também faço, mas, em casa, ***a gente*** em casa faz assim qualquer coisa porque não tem paciência pra estar a fazer. (PF-82-1-4)
- (121) Ficam com aquela idéia que ***nós*** queremos que elas tenham, porque ***nós***, os que já estamos muito dentro de, de publicidade, muitas vezes não podemos já distinguir o que é que vai acontecer. (PF-140-02)
- (122) Penso que apesar de tudo, apesar de... *se pensar* que é uma obra fundamental da história dessa mesma revolução, revela ainda, portanto, que ... para ***se triunfar***, para ***se vencer*** qualquer movimento é necessário uma organização bastante poderosa. (PF-109-2-2)

Julgamos conveniente salientar também que *a gente* ocorreu mais com paralelismo no PB do que no PE, enquanto o oposto se deu com as estratégias *nós* e *se*+infinitivo, as quais ocorrem mais com paralelismo no PE do que no PB.

Em síntese, de acordo com o Gráfico 11, podemos afirmar que o paralelismo privilegiou *a gente* no PB e favoreceu, no PE, o emprego de *a gente*, e o pronome *nós* foi a segunda estratégia empregada nesse caso. Diferentemente do PB, o PE é uma variedade do português onde ocorreu inclusive a presença de paralelismo com *se*+infinitivo.

3.4.3 Modalização

Conforme visto no Capítulo 2, à página 48, a modalização ocorre frequentemente associada a algumas estratégias de indeterminação do sujeito, de modo que a levamos em conta como um fator lingüístico na variação entre as estratégias *nós*, *a gente* e *se*+infinitivo para a expressão de um sujeito indeterminado. O Gráfico 12 a seguir demonstra os resultados do cruzamento entre as variantes e o fator presença de modalizadores e orações performativas.

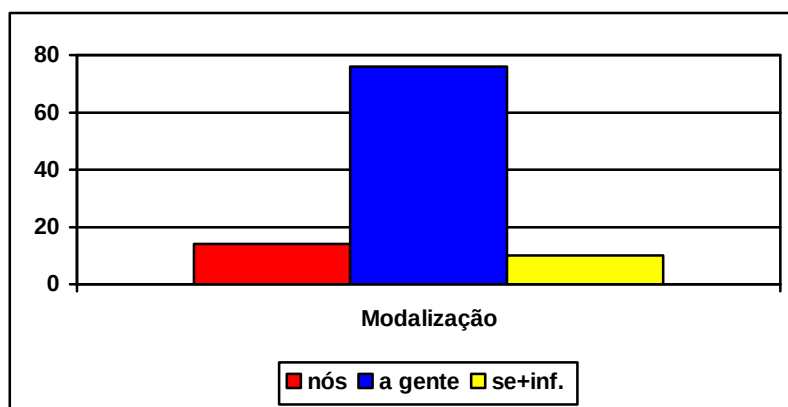


GRÁFICO 12 – Variantes X Modalização

Dentre as ocorrências de modalização, 76% dos casos equivaleram ao emprego de *a gente*, 14% de *nós* e 10% de *se*+infinitivo, ou seja, a presença de modalizadores favorece *a*

gente, haja vista a diferença entre seu porcentual e os das estratégias restantes, 62 pontos percentuais em relação a *nós*, e 66 pontos percentuais em relação a *se+infinitivo*, estratégias estas que não apresentaram diferença significativa entre si.

Os exemplos de (123) a (125) mostram o emprego da modalização com *a gente*, *nós* e *se*.

(123) [...] mas eu acho que não compete ao ser humano tirar a vida do outro, não justifica um erro dessa pessoa a gente cometer um outro, eu acho que a vida só tira, Deus é quem sabe disso, eu acho que **a gente** não tem que punir essa pessoa com a morte não. (U-4-1-9)

(124) Nossa a família sofreu muito, muito, porque é um sentimento disso que eu falei, eu acho que sente assim que não ajudou, como a gente não enxergou que ela não tava bem, como que a gente não percebeu que ela tava passando por tudo isso, como uma pessoa que tava tão presente ao mesmo tempo tava tão ausente, sabe quando a gente está e não está, ela estava ali naquela casa. Por isso que *a gente* tem que ter muito cuidado. (U-4-1-22)

(125) Mas enfim tínhamos que os resolver. E o médico por vezes dizia-nos a nós, tinha que **se suturar**: “Vocês têm que aprender, têm que fazer isso”. (PF-94-2-1)

A nossa hipótese é que a modalização ocorreria mais entre *nós* e *a gente*, porque, como estas estratégias pronominais de indeterminação claramente englobam o falante, para atenuar o que é dito, o falante empregaria os modalizadores, ao passo que o *se+infinitivo*, que não evidencia tão claramente o falante, não necessitaria de modalizadores para isso.

Porém, ao observar separadamente os resultados de PB e PE, constatamos que a presença de modalização ocorreu diferentemente nestas variedades do Português, conforme o Gráfico 13 demonstra a seguir.

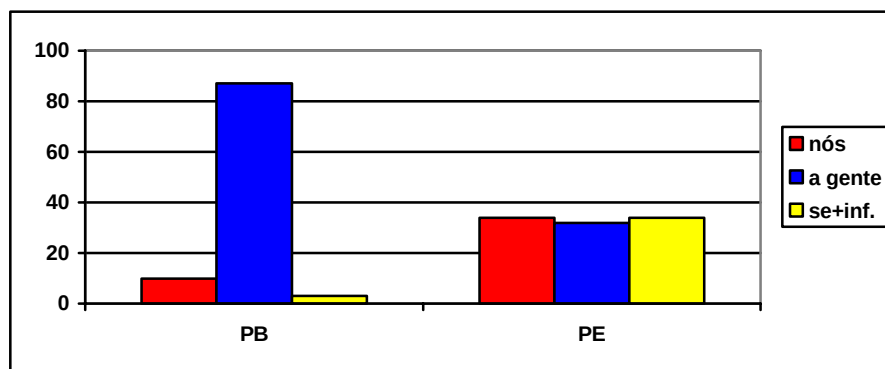


GRÁFICO 13 – Variedades do Português X Modalização

Segundo o Gráfico 13, no PB, a modalização favoreceu o emprego de *a gente*, forma com a qual ocorreu em 87% dos casos. As estratégias *nós* e *se+infinitivo* na presença de modalização ocorreram com os respectivos percentuais de 10% e 3%.

As sentenças de (126) a (128) são exemplos da ocorrência de modalização com as estratégias *a gente*, *nós* e *se+infinitivo* no PB.

- (126) Acho que todos nós mentimos, não que eu mentiria. Acho, que não tem ninguém que nunca mentiu. Ninguém é totalmente verdade. Acho que **a gente** mente até pra gente mesmo. (U-7-1-1)
- (127) Programas infantis eu acho que **nós** nem temos mais, porque o da Eliana acabou, da Xuxa... já caiu, já tá numa verdadeira decadência... porque aquilo não é mais um programa infantil as vezes educativo. Então, **nós** não temos mais tipo Vila Sésamo. (U-27-0-6)
- (128) Eu acho que não é um ato legal de **se cometer**, muitas pessoas avaliam o suicídio como sendo um alívio imediato de problemas..., de situações de conflito, mas eu acho que não é por aí. Eu acho que acabar com a sua própria vida não é a solução para os problemas (U-32-2-1)

Por outro lado, no PE, a presença de modalização ocasionou o emprego das estratégias com índices de 34%, 32% e 34% para *nós*, *a gente* e *se+infinitivo*, respectivamente, não se mostrando significativa na escolha de uma ou outra forma nesta variedade do Português, como mostram os exemplos de (129) a (131).

- (129) É a mesma coisa; e então o que é que acontece? Os dois ganham e **nós** temos que dar o voto vencido; e então os contratos saem, não só saem desactualizados, porque quando são, quando chega a esta altura de resolver este problema (PF-72-0-2)
- (130) Felizmente a coisa foi rápido, portanto ainda foi nos nossos dias, tudo que **a gente** possa dizer, não pode dizer mais do que já disse a rádio, a televisão. (PF-86-1-1)
- (131) É que as pessoas muitas vezes têm a idéia de que se se gostou uma vez duma coisa, que tem que se continuar fiel àquele estilo. (PF-96-2-1)

Pode-se perceber, mediante o Gráfico 13, que a modalização é um fator significativo no emprego das estratégias somente no PB, já que não houve o emprego de alguma estratégia que se sobressaísse comparativamente às demais estratégias no PE.

3.4.5 Presença X ausência de preposição

O cruzamento entre as variantes e o fator presença/ausência de preposição nos apontou os resultados do Gráfico 14 a seguir.

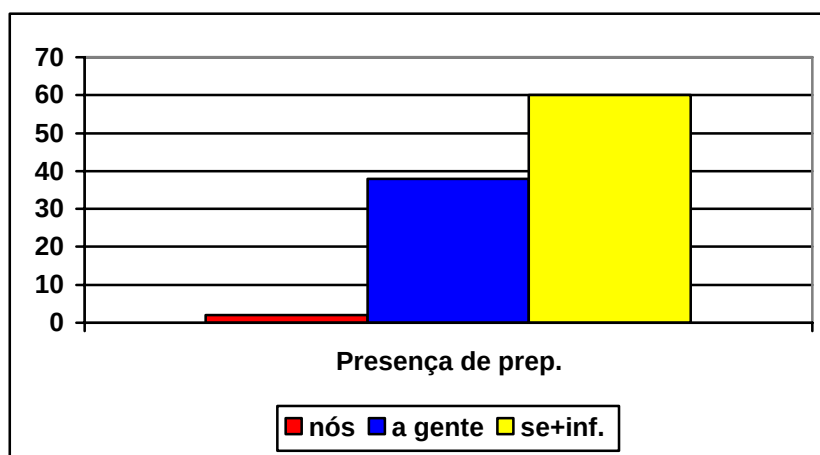


GRÁFICO 14 – Variantes X Presença/ausência de preposição.

Como mostra o Gráfico 14, podemos observar que *se*+infinitivo equivaleu a 60% do emprego de preposição, e foi a estratégia favorecida pela presença de preposição, haja vista a diferença de 22 pontos percentuais em relação à forma pronominal *a gente* (segunda estratégia mais empregada), cujo porcentual na presença de preposição foi de 38%. A forma pronominal *a gente*, por sua vez, apresentou uma diferença significativa (36 pontos percentuais) em relação à estratégia *nós*, a qual ocorreu em 2% das ocorrências com preposição.

Estes resultados nos mostram que *se*+infinitivo é privilegiado na presença de preposição, enquanto a ausência de preposição favorece a utilização das formas pronominais para indeterminar o sujeito.

Observando isoladamente PB e PE quanto ao fator preposição, verificamos diferentes resultados, como aponta o Gráfico 15 a seguir.

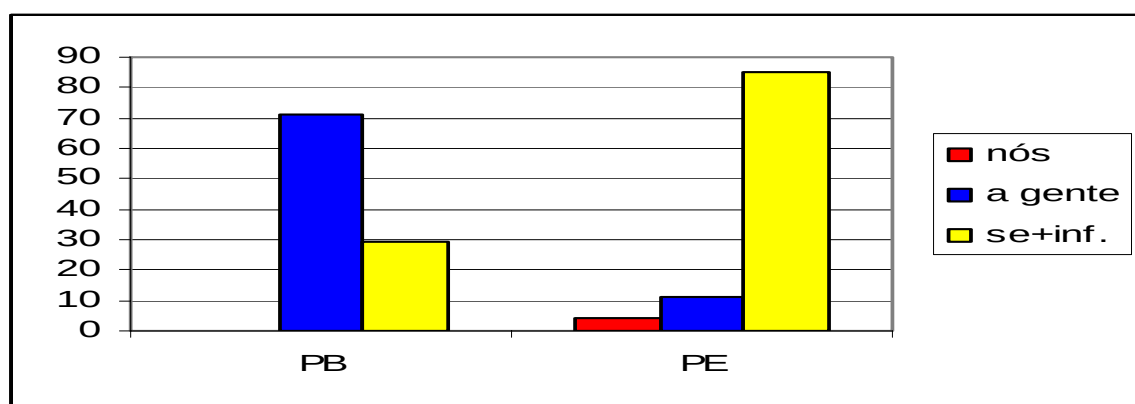


GRÁFICO 15 – Variantes conforme a variedade do Português e a presença/ausência de preposição

De acordo com o Gráfico 15, é possível notar que, no PB, o emprego de preposição favoreceu, em 71% dos casos, a estratégia *a gente*, como em (130), e *se*+infinitivo foi a segunda estratégia empregada com preposição nesta variedade do português, conforme em (131), porque houve a diferença significativa em relação à estratégia mais empregada, tendo

sido registrado com o índice de 29%. Não houve ocorrência de preposição com o pronome *nós*.

- (130) ... só que o departamento que eu trabalhava, o atendimento, ele não era direto com o cliente, eu atendia mais estabelecimentos e trabalhava com análise de crédito pra gente poder autorizar ou não despesas nos cartões dos clientes, porque a American Express ela não trabalha com um limite pré-estabelecido no cartão, ou seja, se você tem um cartão American Express, que eu falo os principais produtos, eles, ele você não tem um limite pra você gastar. (U-1-1-4)
- (131) Eu acho que a melhor maneira de se criar um filho é nessa maneira, de relacionar bem e conversar, dialogar, entendeu?! Acho que essa é a maneira melhor da criança ter uma criação boa, e que recebe as suas educações (U-39-2-2)

Por outro lado, o PE apresentou um quadro distinto, já que, na presença de preposição, nesta variedade do português, os resultados apontaram que 85% dos casos ocorreram com a estratégia *se*+infinitivo, a qual apresentou a diferença significativa de 74 pontos percentuais em relação ao emprego de *a gente* (que ocorreu em 11% dos casos) e a diferença de 81 pontos percentuais em relação ao pronome *nós* (que ocorreu em 4% das sentenças com preposição). Assim, constatamos que, no PE, a presença de preposição favoreceu *se*+infinitivo.

As sentenças de (132) a (134) são exemplos do emprego das estratégias *nós*, *a gente* e *se*+infinitivo na presença de preposição no PE.

- (132) E realmente é preciso dominarmos essa ansiedade para tirarmos o prazer, o prazer exacto [...] apenas para ***nós*** termos prazer, mas um prazer, enfim, equilibrado de certo modo, só dominando essa ansiedade. (PF-42-0-3)
- (133) Pois, exactamente. É que praticamente, quer dizer, com esta, estes pontos são mais fáceis mesmo de tirar. Compreendo, para mim, não é, que são mais fáceis, de ***a gente***, quando dá os pontos, depois de tirar. (PF-94-1-3)
- (134) Fotografei isso tudo e depois... para se ver (...) os pontos mais originais que aconteciam e as barradas. (PF-78-2-1)

Consideramos que o fato de as estratégias pronominais não terem sido privilegiadas em sentenças em que há o emprego de preposição se deve exatamente ao tipo de sentença, já que a presença de preposição ocasiona sentenças infinitivas. Logo, a nossa hipótese sobre a relevância do fator presença/ausência de preposição não foi totalmente confirmada, porque somente no PE a presença de preposição implicou o emprego de *se*+infinitivo.

3.4.6 Número de argumentos

Por meio do cruzamento entre as variedades do português do Português e o número de argumentos obtivemos o Gráfico 16 a seguir, o qual nos mostra como se deu o emprego das estratégias de indeterminação do sujeito conforme o número de argumentos no PB e no PE.

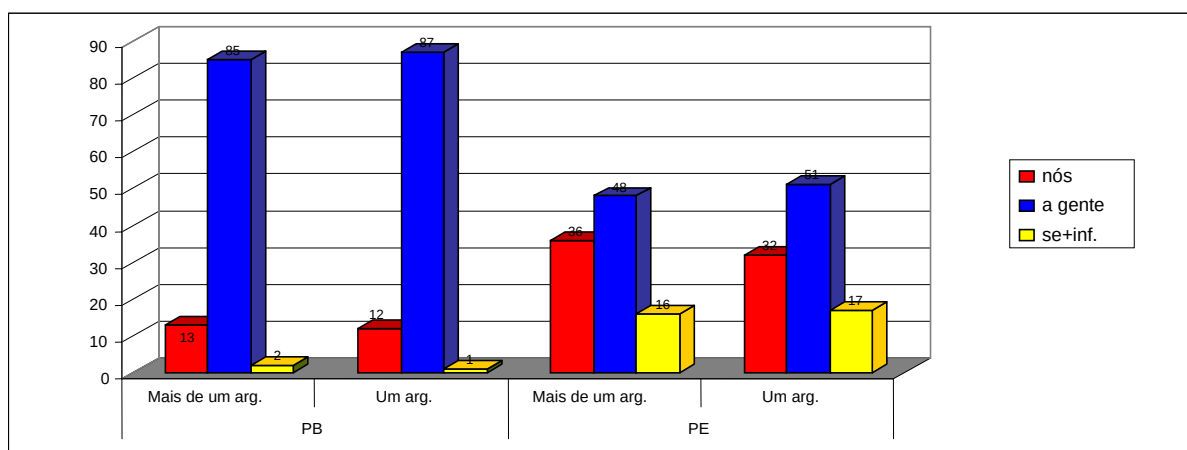


GRÁFICO 16 – Variedade do Português X número de argumentos

O Gráfico 16 demonstra estruturas semelhantes para PB e PE quanto ao emprego das estratégias em sentenças com um ou mais argumentos.

No PB, as sentenças com mais de um argumento favoreceram o emprego da estratégia *a gente*, cujo porcentual equivaleu a 85% das ocorrências, enquanto *nós* e *se*+infinitivo tiveram as frequências de 13% e 2%, nesta ordem.

Os exemplos de (135) a (137) ilustram o emprego de *a gente*, *nós* e *se*+infinitivo em sentenças com mais de um argumento no PB.

(135) Vai depender muito dos governantes, das autoridades, mas não está fácil, porque quem governa esse país não está dando conta da situação dele, porque ele se encontra com uma dívida muito alta e não está tendo condição e nem saída pra ele. Nós temos uma dívida muito grande com o exterior, então *a gente* não vê como pagar. (U-36-1-1)⁷⁸

(136) Se eu acreditasse... porque ele pode acontecer, porque *nós* não sabemos a hora, nem o momento. Só Deus sabe. (U-36-0-2)

(137) Eles fizeram o inverso, baixaram pra quase a terça parte, baixaram pra 40% o imposto a arrecadação então ficou, porque, porque não compensa pra as pessoas mais lesadas que aquele imposto tá mais baixo, porque a multa seria muito do que o que você tá pagando então o risco não compensa. Então eu acho que deve *se [Ø] passar pra eles* do governo federal. Então eu acho que deve se passar pra eles do governo federal, pra todos os impostos, pra toda renda tributária do país. (U-30-2-1)

Os resultados encontrados quanto ao emprego das estratégias em sentenças com mais de um argumento evidenciam a preferência pela estratégia *a gente*, haja vista as diferenças significativas entre seu emprego em relação a *nós*, 72 pontos percentuais, e em relação a *se*+infinitivo, 83 pontos percentuais.

Nas sentenças com verbos de somente um argumento, o emprego da estratégia *a gente* correspondeu a 87% das ocorrências, enquanto *nós* e *se*+infinitivo ocorreram com os porcentuais de 12% e 1%, respectivamente. Como a diferença entre o emprego de *a gente* em relação a *nós* e a *se*+infinitivo foi significativa (75 e 86 pontos percentuais nesta ordem),

⁷⁸ Os termos sublinhados nos exemplos referentes ao fator *número de argumentos* equivalem aos argumentos externo e interno de cada sentença.

verificamos que novamente *a gente* é a estratégia privilegiada no emprego de sentenças com um argumento.

As estratégias *a gente*, *nós* e *se*+infinitivo ocorreram com verbos de um argumento no PB como mostram os exemplos de (138) a (140).

(138) Qualquer uma área de certa forma você tá sendo criança, talvez seja isso porque eu detesto repetição e essa é uma área que *a gente* vira e mexe tá vendo criações novas. (U-30-1-23)

(139) Acho que todos *nós* mentimos, não que eu mentiria. Acho, que não tem ninguém que nunca mentiu. Ninguém é totalmente verdade. Acho, que a gente mente até pra gente mesmo, fingindo ser certa coisa que é, às vezes a gente quer ser uma coisa e não é e fica mentindo nossos próprios sentimentos. (U-7-0-1)

(140) Você realmente... não tem como descrever Belo Horizonte como fosse uma, um lugar assim, totalmente a trabalho, né, *pra se* [Ø] *viver*, qualidade de vida é nenhuma. (U-17-2-1)

Deste modo, constata-se que, no PB, o número de argumentos não se mostrou um fator significativo no emprego das estratégias de indeterminação em pauta, uma vez que, tanto em sentenças com um argumento, quanto em sentenças com mais de um argumento, houve o predomínio de *a gente* em relação a *nós* e *se*+infinitivo.

Sobre o PE, o Gráfico 16 demonstrou que, em sentenças com verbos com mais de um argumento, *a gente* e *nós* ocorreram com as respectivas frequências: 48% e 36%, ou seja, índices bem próximos (a diferença entre o emprego destas estratégias foi de somente 12 pontos percentuais), enquanto *se*+infinitivo ocorreu em apenas 16% dos casos.

Os exemplos de (141) a (143) ilustram o emprego de *a gente*, *nós* e *se*+infinitivo em sentenças com mais de um argumento no PE:

(141) Se há formiga-branca neste Porto Santo! A gente sentia ela roer. *A gente* sentia elas roer. (P-67-1-2)

- (142) Pois, não é verdade, podiam agradar a elas mesmas, gostarem de **se ver** ao espelho mesmo assim já velhinhas. **Nós** aqui nas cidades apreciamos uma coisa. (PF-10-0-1)
- (143) Portanto eram mais trinta mil pessoas, de maneira que fazia-se ali uma cidade maravilhosa, uma cidade nova, no interior, que obrigatoriamente levava a ter que **se [Ø] melhorar as condições rodoviárias**. (PF-19-2-1)

Em sentenças com unicamente um argumento no PE, encontramos um resultado diferente: enquanto nas sentenças com mais de um argumento, os empregos de *a gente* e *nós* se aproximam; em sentenças com verbos de um argumento, há favorecimento de *a gente*, que obteve o índice de 51%. A estratégia *nós* correspondeu a 32% dos dados, ou seja, esta estratégia pronominal é a segunda mais utilizada neste caso, já que a diferença entre o emprego da estratégia favorecida e desta estratégia foi de 19 pontos percentuais, e a diferença entre *nós* e *se*+infinitivo foi de 15 pontos percentuais, uma vez que *se*+infinitivo ocorreu em apenas 17% das sentenças com somente um argumento.

As sentenças de (144) a (146) são exemplos do emprego de *a gente*, *nós* e *se*+infinitivo em sentenças do PE com apenas um argumento.

- (144) A dado momento **a gente** está a nadar. (PF-98-1-2)
- (145) **Nós** vivemos – devido às circunstâncias em que, as coisas se foram passando na universidade- num regime que podemos considerar de liberdade quase total. (PF-126-0-1)
- (146) Vai-se aos bares primeiro, e depois lá tem que **se [Ø] andar** de noite para elas encherem a barriguita. (P-31-1-2)

Os resultados referentes ao fator interno número de argumentos, tanto no cruzamento das variantes, quanto no cruzamento entre o fator variedades do português e número de argumentos mostram que, no PB, esse fator não foi significativo no emprego das estratégias

nós, *a gente* e *se*+infinitivo. Porém, no PE, em sentenças com mais de um argumento foram favorecidas as estratégias *a gente* e *nós*. Já nas sentenças com somente um argumento, foi favorecida a forma *a gente*, sendo a estratégia *nós* a segunda mais empregada.

Em suma, os resultados refutaram a nossa hipótese acerca deste fator lingüístico ainda que no PE, diferentemente do PB, o número de argumentos tenha sido significativo no emprego das estratégias, pois, no PE, nas sentenças com verbos com mais de um argumento, houve preferência por *a gente* e *nós* e nas sentenças com verbos de somente um argumento no PE o uso de *a gente* foi seguido pelo emprego de *nós*, segunda estratégia favorecida, ou seja, diferentemente do que tínhamos como hipótese, as sentenças com verbos com apenas um argumento favorecem as formas pronominais, e não *se*+infinitivo.

Se a hipótese acerca do número de argumentos foi refutada no PB, consideramos que talvez seja possível pensar na impossibilidade ou inexistência dessa interpretação de construções com *se*+infinitivo nesta variedade do português.

3.5 Conclusão

Neste capítulo, foram feitas a descrição e a análise dos resultados encontrados sobre a variação entre as formas *nós*, *a gente* e *se*+infinitivo como estratégias de indeterminação do sujeito na língua falada de PB e PE.

Os resultados mostraram a preferência no PB pela estratégia *a gente* em todos os contextos analisados, inclusive como sujeito de sentenças infinitivas e até mesmo seguido de preposição. Mesmo no PE, sem diferenciar o emprego das estratégias pelo tipo de sentença, é

significativo o aparecimento de tal forma, aproximando, por vezes, alguns resultados de PB e PE, sobretudo no que diz respeito à hierarquia no emprego das estratégias em questão.

Diante dos resultados, pudemos constatar também que é possível ainda considerar a estabilidade do pronome *nós* no PB, mas consideramos que esta forma possui reduzidos e definidos contextos de ocorrência.

Esta e outras afirmações a respeito dos resultados e dos contextos favorecedores de cada uma das estratégias de indeterminação do sujeito serão brevemente retomadas no capítulo seguinte de modo a sintetizar o quadro de indeterminação do sujeito no PB e no PE.

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, apresentamos, além do capítulo introdutório, as linhas teóricas que orientaram o desenvolvimento de nossa pesquisa, as prescrições da GT para a indeterminação do sujeito e trabalhos sobre variações lingüísticas entre estratégias de indeterminação do sujeito à luz da Sociolingüística, compondo, assim, o Referencial Teórico de nossa pesquisa, apresentado no Capítulo 2.

No Referencial Teórico, apresentamos os trabalhos de Labov (1972), de Weinreich, Labov e Herzog (1968) e Tarallo e Kato (1989) sobre a pesquisa variacionista, a mudança lingüística e sobre a possibilidade de uma pesquisa lingüística que se desenvolva aos moldes da teoria variacionista e gerativista simultaneamente.

Foram apresentadas também algumas gramáticas normativas, e constatamos que a Gramática Tradicional não faz menção à indeterminação do sujeito realizada pelas estratégias aqui investigadas, uma vez que elas não constam entre as prescrições para a expressão do sujeito indeterminado (o verbo na terceira pessoa do singular com verbos intransitivos ou transitivos indiretos e a terceira pessoa do plural).

Com a apresentação dos trabalhos lingüísticos no Capítulo 2, traçamos a gramaticalização de *a gente*, que a conferiu um significado indeterminado, abordamos também o encaixamento social e lingüístico das formas pronominais e de *se*+infinitivo na indeterminação do sujeito, bem como a variação entre algumas formas que indeterminam o sujeito.

No Capítulo 2, foram descritos os procedimentos adotados para a análise da indeterminação do sujeito, para a seleção e coleta dos dados, bem como os objetivos, as hipóteses e os fatores sociais e lingüísticos elencados no envelope de variação.

Os resultados encontrados foram apresentados no Capítulo 3, onde foram analisados e discutidos. Esses resultados serão retomados neste capítulo a fim de retornarmos aos nossos questionamentos iniciais e verificarmos se eles confirmam ou refutam nossas hipóteses sobre a variação *nós, a gente* X *se*+infinitivo como estratégias de indeterminação do sujeito.

Os resultados de nossa análise nos mostram que *nós, a gente* e *se*+infinitivo são estratégias de indeterminação utilizadas tanto no PB, quanto no PE, e que são empregadas diferentemente nessas variedades no que diz respeito à frequência de emprego destas estratégias: enquanto no PB há preferência por *a gente*, no PE esta estratégia é tão favorecida quanto o pronome *nós*.

Como mencionado anteriormente, os resultados referentes ao clítico *se* nas duas variedades, na análise do cruzamento das variantes com o fator variedade do Português, contrariou a nossa hipótese de favorecimento desta estratégia, uma vez que não houve um

resultado mais significativo de emprego desta forma no PB ou no PE. Verificamos que, embora seja necessário o *se* junto ao infinitivo no PB para marcar a indeterminação do sujeito, quando comparada a outras estratégias pronominais, essa estratégia é a menos favorecida. Constatamos também que o PB apresentou o maior emprego da forma *a gente*, enquanto *nós* foi mais frequentemente usado no PE do que no PB, respondendo, assim, ao nosso questionamento se as estratégias de indeterminação em pauta são mais frequentes no PB que no PE.

Diante dos resultados gerais, a nossa hipótese de que o PE não privilegia o clítico *se* com infinitivo foi negada, pois, embora esta variedade do Português tenha favorecido *a gente* e *nós* em detrimento de *se*+infinitivo, também empregou *se*+infinitivo, porém a diferença entre a frequência desta estratégia no PE e no PB não foi significativa sob esta ótica.

Consideramos que o fato de *se*+infinitivo não ter sido mais empregado por PB do que por PE talvez se deva à tendência de preenchimento da posição de sujeito (inclusive por formas na terceira pessoa do singular) ocorrida no PB em função da reorganização no sistema pronominal conforme mencionado por Tarallo (1993), e com a manutenção deste clítico no PE, segundo Galves (1986, 2001). Acreditamos que isto também pode explicar o fato de o emprego de *se*+infinitivo não ter sido maior entre os mais jovens do que entre os mais idosos.

Além disso, os resultados nos permitiram observar que as estratégias de indeterminação do sujeito aqui analisadas foram diferentemente empregadas dependendo do tipo da sentença em que constaram. Nas finitas, houve preferência por *a gente*. Já as infinitivas favoreceram a utilização de *se*+infinitivo, embora tenha ocorrido também a estratégia *a gente*, segunda mais empregada em infinitivas. Deste modo, responde-se ao nosso questionamento sobre o papel do tipo de sentença no emprego destas estratégias, a saber: o tipo de sentença é, de fato, um fator significativo na escolha das estratégias.

A nossa hipótese sobre o tipo de sentença foi confirmada, pois, de um modo geral, construções infinitivas favoreceram o aparecimento do *se*, e as finitas favoreceram o emprego de *a gente*. Porém, vale salientar novamente a importância do papel do tipo de sentença no emprego das estratégias, pelo fato de *se*+infinitivo ser uma estratégia que só ocorre em construções infinitivas.

Diante dos resultados do cruzamento dos fatores variedade do Português e tipo de sentença, constatamos que esse quadro geral se repetiu somente nesta última variedade, pois o PB privilegiou *a gente* tanto em sentenças finitas, quanto infinitivas, sendo o emprego desta estratégia em sentenças infinitivas seguido pelo uso de *se*. No PE, são igualmente empregadas as estratégias pronominais em sentenças finitas, e nas infinitivas ocorre mais *se*+infinitivo. Esses resultados demonstram a grande tendência de emprego da estratégia *a gente* no PB. Portanto, a nossa hipótese foi parcialmente confirmada, pois, do mesmo modo que as finitas, as infinitivas no PB favorecem *a gente*, e *se*+infinitivo foi a estratégia favorecida, em detrimento das outras estratégias, nas sentenças infinitivas do PE.

Sobre o nosso questionamento acerca do paralelismo podemos constatar que este foi um fator significativo no favorecimento destas estratégias. Os resultados gerais divergem parcialmente da nossa hipótese, pois indicaram que o paralelismo favorece o emprego das estratégias pronominais, não sendo relevante para a utilização de *se*+infinitivo. No PB, o paralelismo favoreceu o emprego de *a gente*, enquanto, no PE, ocorreu mais com *a gente*, e o pronome *nós* foi a segunda estratégia favorecida. Deste modo, a nossa hipótese acerca do paralelismo não foi completamente confirmada, uma vez que ele não foi relevante no emprego de todas as estratégias em questão.

Também a modalização foi elencada como um fator lingüístico significativo no emprego das estratégias de indeterminação em questão. Sobre ela tivemos ocorreu-nos a seguinte questão: A presença de modalização está mais relacionada às estratégias

pronominais? Como verificamos nos resultados que a modalização no PB favoreceu o emprego de *a gente*, e que no PE todas as estratégias foram igualmente empregadas na presença de modalização, podemos afirmar que a nossa hipótese de que a modalização ocorreria mais freqüentemente associada a estratégias pronominais se confirmou somente no PB, porque no PE a modalização ocorreu igualmente com todas as estratégias.

Resultados distintos também foram encontrados entre o PB e o PE mediante a observação do fator presença/ausência de preposição: em sentenças com preposição, no PB, tende a ser favorecida a estratégia *a gente* e *se*+infinitivo é a segunda estratégia empregada; no PE, as sentenças com preposição privilegiaram bastante o emprego de *se*+infinitivo. Deste modo, a nossa hipótese de que as preposições favorecem mais o emprego de *se*+infinitivo, em vez de *nós/a gente* foi parcialmente confirmado, uma vez que isto ocorreu somente no PE, respondendo, assim, ao nosso questionamento se a presença de preposição tem, de fato, influência no emprego de *se*+infinitivo.

Já o fator número de argumentos apontou no PB o emprego significativo de *a gente* em qualquer contexto, isto é, este fator não se mostrou significativo no uso das estratégias nesta variedade do português. Entretanto, no PE o número de argumentos apontou um resultado diferente conforme o número de argumentos na sentença, mas ainda assim não confirmou nossa hipótese, uma vez que, nas sentenças com mais de um argumento, foi favorecida a estratégia *a gente* e *nós*, mas nas sentenças com um argumento só ocorreu a preferência por *a gente*, e não por *se*+infinitivo, como se esperava.

Os resultados encontrados responderam a questão sobre o possível favorecimento de *se*+infinitivo por verbos com somente um argumento: verbos com apenas um argumento, seja no PB, seja no PE, não favorecem o emprego de clítico *se*.

Quanto à classe social, fator observado somente no PB, pudemos verificar que todas as classes sociais favoreceram o emprego de *a gente*. Portanto, o nosso questionamento sobre a

classe social - se a classe social tem influência no emprego de uma ou outra forma no sentido de quanto mais alta a classe social, maior o emprego de *se*+infinitivo -, é respondido, e é negada a nossa hipótese de que falantes de classe alta tendem a empregar mais o clítico *se* do que falantes de outras classes sociais, os quais empregam mais as formas pronominais.

A análise vertical dos resultados nos mostrou que, dentre todas as ocorrências de *nós* e *se*+infinitivo, estas estratégias aparecem mais entre informantes da classe média, enquanto *a gente* tem grande parte de sua ocorrência nas classes média e alta. Acreditamos que este fato seria uma indicação da aceitação desta estratégia por parte dos informantes.

Já no que diz respeito à faixa etária, constatamos que na faixa etária de 20 a 30 anos e entre falantes de 31 a 45 anos, houve preferência por *a gente*, e entre os informantes com mais de 45 anos, *a gente* também foi a estratégia favorecida, porém nesta faixa etária o pronome *nós* foi a segunda estratégia favorecida. Diante desses resultados podemos afirmar que quanto maior a faixa etária, mais elevado o emprego de *nós*, ao passo que *a gente* ocorre mais em faixas etárias de 20 a 30 anos e de 31 a 45 anos.

Esses resultados confirmam as nossas hipóteses quanto ao emprego de *nós* e *a gente* (*nós* tem seu maior emprego por falantes da faixa etária acima de 45 anos, na faixa etária de 20 a 30 anos é maior o emprego da forma *a gente*), mas não quanto ao uso de *se*+infinitivo, porque, como vimos, a classe social não interfere na escolha desta estratégia.

Mediante todos os resultados verificados, restam-nos os seguintes questionamentos:

1) O baixo índice de *se*+infinitivo com o paralelismo poderia ser devido à alternância ainda estabelecida entre esta forma e o infinitivo sem *se*? Ou teria alguma relação com a interpretação dos significados das estratégias de indeterminação aqui investigadas, as quais poderiam estar talvez expressando matizes distintos?

2) Mediante a consideração dos diversos tipos de modalizadores como, por exemplo, *poder*, *dever*, *achar*, os quais expressam possibilidade, dúvida, obrigação, questionamos:

estariam esses matizes distintos das estratégias em questão também relacionados ao emprego ou não dos modalizadores com uma ou outra estratégia?

3) Uma vez que se verificou que todas as estratégias têm a maior ocorrência na fala de informantes da classe média, questionamos se seria esta uma indicação do emprego de outras estratégias de maior prestígio pela classe alta ou talvez de outras formas substantivas, pronomes, como *todo mundo*, *todas as pessoas*, *você*, *eles*?

4) Até que ponto *se*+infinitivo ocorre no PB para indeterminar o sujeito? Teria essa estratégia se implantado no PB e seu uso estaria em variação com o infinitivo sem *se*?

Esses questionamentos parecem constituir importantes pontos a serem observados no âmbito da indeterminação do sujeito, confrontando, inclusive, as estratégias indeterminadoras presentes neste trabalho com outras que não foram aqui pesquisadas devido à diversidade de estratégias empregadas na língua falada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

CAVALCANTE, S.R. O sujeito indeterminado na escrita dos séculos XIX e XX: uma mudança encaixada? In: In: ALKMIN, T. M. (org.) **Para a história do português brasileiro**. v.2. Tomo 1. Novos Estudos. São Paulo: Humanitas, 2001, p.233-249.

_____. Formas de indeterminação na imprensa carioca dos séculos XIX e XX. In: In: MATOS E SILVA, R. V. (org.) **Para a história do português brasileiro**. Novos Estudos. São Paulo: Humanitas, 2002. p.197-219.

CEGALLA, D. P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 33.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1990.

CHAVES DE MELO, G. **Gramática Fundamental da Língua Portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DUARTE, M.E.L. Construções com *se* *apassivador* e *indeterminador* em anúncios do século XIX. In: ALKMIN, T. M. (org.) **Para a história do português brasileiro**. Novos Estudos. São Paulo: Humanitas, 2002, p.155-176.

_____.; KATO, M.A.; BARBOSA, P. Sujeitos indeterminados em PE e PB. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2., 2003, Fortaleza. Boletim da Abralín, Número especial. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2001, v.26, p.405-409.

GALVES, C. **Aluga-(se) casas: um problema de sintaxe portuguesa na teoria de regência e vinculação**. Preedição, 1986.

_____. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

GAMA KURY, A. **Para falar e escrever melhor o português**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

HOPPER, P.J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.). **Approaches to grammaticalization**. v.1. – Focus on Theoretical and methodological issues. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991. p.17-36.

LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1972.

_____. **Principles of Linguistic Change – social factor**. Blackwell: Oxford, UK
Cambridge, USA, 2001.

LOPES, C. R. **Nós e a gente no português falado culto do Brasil**. In: DELTA, v.14, n.2. São Paulo: 1998, p.405-422.

_____. De *gente* para *a gente*: o século XIX como fase de transição. In: ALKMIN, T. M. (org.) **Para a história do português brasileiro**. Novos Estudos. São Paulo: Humanitas, 2002, v.3, p.25-46.

LUFT, C. P. **Moderna Gramática Brasileira**. 3.ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

MARTINS, A. M. **Construções com se: mudança e variação no português europeu**. Disponível em < www.clul.ul.pt/english/equipa/ana_martins_txt1.pdf >. Acesso em: 15 jun. 2004.

MICHELETTI, H.; FRANCHETTI, S. K. **A indeterminação do sujeito: um estudo sociolingüístico**. GEL – Estudos Lingüísticos XXV – Taubaté – SP – 1996.

MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M.C.; LOPES, R.E.V. **Manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 1999.

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M.C.; BRAGA, M. L. **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003a. p.9-14.

_____. Relevância das variáveis não-lingüísticas. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. **Introdução à Sociolingüística – o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003b, p.27-31.

_____. ; RONCARATI, C. N. **Questões teórico-descritivas em Sociolingüística e Sociolingüística aplicada e uma proposta de agente de trabalho**. DELTA, 2001, v.17, edição especial, p.45-55 Disponível em: <www.scielo.br/pdf/delta/v17nspe/6710.pdf > Acesso em: 20 fev. 2006.

NARO, A. J. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. **Introdução à Sociolingüística – o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003, p.43-50.

NUNES, J. M. *Se* apassivador e *se* indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro. In: OLIVEIRA E SILVA, G. M.; TARALLO, F. **Caderno de Estudos Lingüísticos**. n.20. Campinas: UNICAMP/IEL, 1991, p.33-58.

OMENA, N. P. As influências sociais na variação entre *nós* e *a gente* na função de sujeito. In: OLIVEIRA E SILVA, G. M.; SCHERRE, M. M. P. (eds.) **Padrões Sociolingüísticos: Análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p.311-323.

_____. A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança. In: BRAGA, M. L.; PAIVA, M.C. (org.) **Mudança Lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra-cap, 2003, v.1, p.63-80.

_____.; BRAGA, M. L. *A gente* está se gramaticalizando? In: MACEDO, A.T.; RONCARATI, C.E.; MOLLICA, M.C.M. (org.) **Variação e Discurso**. Rio de Janeiro: 1996, p.75-83.

PINTZUK, Susan. **Pacote Varbrul**. Versão 1988

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 20.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. 30.ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A.J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA, M.C.; BRAGA, M.L. (org.) **Introdução à Sociolingüística**. São Paulo: Contexto, 2003. p.147-177.

SILVA, T. S. **A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na fala de Florianópolis**. Florianópolis: UFSC, 1998. 134p.

SILVA, I. A definição de regra variável: algumas reflexões. **Anais da XX Jornada – GELNE**. João Pessoa, 2004. p.1121-1126.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: KATO, M.A.; ROBERTS, I. (org.) **Português brasileiro – uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p.69-102.

_____. **A pesquisa sociolingüística**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____.; KATO, M. A. **A Harmonia Trans-sistêmica: a variação intra- e inter-lingüística**. Campinas: Preedição, 1989.

_____.; KATO, M. A et alii. Rupturas na Ordem de Adjacência Canônica no Português Falado. In: CASTILHO, A. T. (orgs.) **Gramática do Português Falado**, v.1 Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1990, p. 31-62.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. A Theory of Language Change. In: LEHMAN, W.; MALKIEL, Y. **Directions for historical linguistics: a symposium**. Austin: University of Texas Press, 1968. p.95-189.

ANEXOS

ANEXO 1: TABELA DOS INFORMANTES DA PESQUISA

INFORMANTE	SIGLA	FAIXA ETÁRIA	CLASSE SOCIAL
01	CAS	20-30 anos	classe alta
02	FAM	20-30 anos	classe alta
03	GAT	20-30 anos	classe alta
04	MRPM	20-30 anos	classe alta
05	AABR	20-30 anos	classe alta
06	LD	31-45 anos	classe alta
07	CAM	31-45 anos	classe alta
08	RC	31-45 anos	classe alta
09	KA	31-45 anos	classe alta
10	MIMR	31-45 anos	classe alta
11	EAM	acima de 45 anos	classe alta
12	EPS	acima de 45 anos	classe alta
13	HTC	acima de 45 anos	classe alta
14	JSM	acima de 45 anos	classe alta
15	SMT	acima de 45 anos	classe alta
16	GCCM	20-30 anos	classe média
17	LAM	20-30 anos	classe média
18	RMS	20-30 anos	classe média
19	TRM	20-30 anos	classe média
20	FEB	20-30 anos	classe média
21	APT	31-45 anos	classe média
22	KAS	31-45 anos	classe média
23	RRB	31-45 anos	classe média
24	LHFR	31-45 anos	classe média
25	MTAL	31-45 anos	classe média
26	EAS	acima de 45 anos	classe média
27	SPRP	acima de 45 anos	classe média
28	SAG	acima de 45 anos	classe média
29	JBM	acima de 45 anos	classe média
30	WOG	acima de 45 anos	classe média
31	AMO	20-30 anos	classe baixa
32	VBS	20-30 anos	classe baixa
33	CCFFC	20-30 anos	classe baixa
34	RAP	20-30 anos	classe baixa
35	NAS	20-30 anos	classe baixa
36	SMS	31-45 anos	classe baixa
37	AARS	31-45 anos	classe baixa
38	FAS	31-45 anos	classe baixa
39	IFR	31-45 anos	classe baixa
40	RACS	31-45 anos	classe baixa
41	MFM	acima de 45 anos	classe baixa
42	FPB	acima de 45 anos	classe baixa
43	IMG	acima de 45 anos	classe baixa
44	WS	acima de 45 anos	classe baixa
45	BK	acima de 45 anos	classe baixa

ANEXO 2: CRITÉRIO BRASIL

Critério Brasil

CRITÉRIO BRASIL MEDE O PODER AQUISITIVO DO CONSUMIDOR

O objetivo do Critério Brasil é medir o poder aquisitivo do consumidor. Os critérios para classificação social do País foram estabelecidos pela Associação Brasileira de Anunciantes (ABA) e ANEP (Associação Nacional das Empresas de Pesquisa de Mercado), com a participação da Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa de Mercado (Abipeme), com base nos Levantamentos Socioeconômico de 1993 e 1997.

Cinco classes econômicas

A classificação socioeconômica do Brasil foi estratificada em cinco classes, sendo que as duas de maior poder aquisitivo foram subdivididas.

Classe	Pontos
A1	30-34
A2	25-29
B1	21-24
B2	17-20
C	11-16
D	6-10
E	0-5

Como se calcula

O sistema de pontuação é baseado na posse de bens de consumo duráveis, instrução do chefe da família e outros fatores, como a presença de empregados domésticos.

Posse de itens	Não tem	Tem			
		1	2	3	4 ou +
Televisão em cores	0	2	3	4	5
Rádio	0	1	2	3	4
Banheiro	0	2	3	4	4
Automóvel	0	2	4	5	5
Empregada mensalista	0	2	4	4	4
Aspirador de pó	0	1	1	1	1
Máquina de lavar	0	1	1	1	1
Videocassete	0	2	2	2	2
Geladeira	0	2	2	2	2
Freezer (independente ou parte de geladeira duplex)	0	1	1	1	1

Grau de instrução do chefe da família	Pontos
Analfabeto/Primário incompleto	0
Primário completo/Ginasial incompleto	1
Ginasial completo/Colegial incompleto	2
Colegial completo/Superior incompleto	3
Superior completo	5

Levantamento Socioeconômico

O aumento do poder aquisitivo das classes mais baixas verificado nos últimos anos, principalmente após o Plano Real, gerou um deslocamento da pirâmide social brasileira em direção ao topo. Essa mutação se deve ao aumento da posse de bens duráveis, base para a aferição dos critérios de classificação social.

O Critério Brasil veio atualizar a distribuição da população brasileira por classes, representando mais adequadamente o potencial de consumo de cada extrato da sociedade.

Fonte: <http://www.ibope.com.br>.

ANEXO 3: DIVISÃO DE CLASSES ECONÔMICAS

Divisão de Classes Econômicas utilizada nesta pesquisa

Ainda que tenhamos nos baseado no Critério Brasil, o qual estipula a estratificação da população brasileira em cinco classes sociais com subdivisões (A1, A2, B1 e B2), em nossa pesquisa, o quadro de classificação socioeconômica do IBGE para o levantamento socioeconômico dos informantes foi alterado. Utilizamos somente três classes sociais (A, B, C), ignorando as subdivisões destas classes e as classes mais baixas (D e E).

ANEXO 4: QUESTIONÁRIO PARA SELEÇÃO DOS INFORMANTES

Seleção de Informantes

Nome completo: _____

Idade: _____ anos

Sexo: _____ () feminino () masculino

Residência: _____

Local de Nascimento: _____

Por favor, preencha os quadros abaixo.

a)

Posse de itens	Não tem	Tem			
		1	2	3	4 ou +
Televisão em cores					
Rádio					
Banheiro					
Automóvel					
Empregada mensalista					
Aspirador de pó					
Máquina de lavar					
Videocassete					
Geladeira					
Freezer (independente ou parte de geladeira duplex)					

b)

Grau de instrução do chefe da família	
Analfabeto/Primário incompleto	
Primário completo/Ginasial incompleto	
Ginasial completo/Colegial incompleto	
Colegial completo/Superior incompleto	
Superior completo	

ANEXO 5: ROTEIRO PARA ENTREVISTA**Roteiro de Entrevista****Entrevista-gravação**

Nome completo: _____

Idade: _____ anos

Sexo: _____ () feminino () masculino

Residência: _____

Local de Nascimento: _____

QUESTÕES:

- 1) Você gosta de esportes? Costuma assistir aos jogos da Seleção de futebol? O que você acha do técnico Parreira?
- 2) Você tem boa memória? Você brincava muito enquanto criança? Seus irmãos faziam parte das suas brincadeiras? De que costumavam brincar? Descreva uma das brincadeiras que você sente saudades?
- 3) Mudando de assunto, você acha que o povo brasileiro está satisfeito com o governo do presidente Lula? Por quê?
- 4) Na sua opinião, com que nosso presidente deve se preocupar?
- 5) Este é um ano de eleições municipais. Depois de eleitos, os candidatos aos cargos de prefeito e vereador costumam cumprir todas as suas promessas? O que, geralmente, acontece depois das eleições?
- 6) Como seus filhos se relacionavam quando crianças?
- 7) Com que se divertiam seus filhos? De que eles brincavam? Costumavam se machucarem muito?
- 8) Você conhece alguém que se mudou de nossa cidade, nos últimos anos? Para onde se mudou? Por que se mudou? Você sentiu triste?
- 9) Você já foi a uma festa de casamento em que tenha dito: “Esta ficará na história!”? Quem se casou? O que aconteceu?
- 10) Você já se decepcionou com alguma pessoa muito conhecida? Ela pediu desculpas? Como a pessoa reagiu?
- 11) O que você pensa sobre o suicídio?
- 12) Na sua opinião, o que leva uma pessoa a fazer isso?

- 13) Você sabe de algum caso em que alguém cometeu suicídio? Como foi?
- 14) O que você acha da situação do idoso hoje? Fale um pouco sobre uma pessoa idosa que você conhece e que você a admira muito.
- 15) Como você se vê ou se descreve?
- 16) Fale um pouco sobre a sua família.
- 17) O que você acha da situação econômica do nosso país?
- 18) E sobre os nossos jovens, o que você tem a dizer?
- 19) Você acha que as drogas são um problema para eles? Que conseqüências elas podem trazer para seus usuários?
- 20) O que você faria se fosse o pai ou a mãe de um viciado em drogas?
- 21) A realidade em que vivemos é muito difícil. Se você fosse um super-herói, qual você gostaria de ser? O que você faria para mudar essa realidade?
- 22) Se você fosse vítima de qualquer violência, como roubo, assalto, seqüestro ou outros, o que você faria?
- 23) Se você pudesse mudar para outro lugar, para onde você iria? Por quê? O que você faria neste lugar?
- 24) Se você fosse dono de uma importante emissora de televisão, o que você mudaria na programação da tevê? Por quê?
- 25) O que você faria se descobrisse que alguém está mentindo para você?
- 26) Comente a respeito do nosso presidente.
- 27) Se você fosse o presidente Luís Inácio da Silva, o Lula, o que você faria?
- 28) Você mentiria para alguém? Em que situações? Por quê?
- 29) Se você pudesse mudar alguma coisa no seu passado, o que você faria?
- 30) JOGO RÁPIDO! Responda: O que você faria se...
 - ... ganhasse sozinho na loteria?
 - ... visse uma pessoa passando mal na rua?
 - ... acreditasse que o mundo acabaria na semana que vem?
 - ... tivesse um poder semelhante ao do gênio da lâmpada de Aladim?
 - ... encontrasse um bebê abandonado à sua porta?

ANEXO 6: TABELAS DE RESULTADOS DA PESQUISA

TABELA 1 - PERCENTAGEM DE OCORRÊNCIA DE *NÓS*, *A GENTE* E *SE+INFINITIVO*

	nós		A gente		Se+inf.		TOTAL
PB	119	13%	811	85%	20	2%	950
PE	173	36%	233	48%	79	16%	485
TOTAL	292	20%	1044	73%	99	7%	1435

TABELA 2 – PERCENTAGEM DE OCORRÊNCIAS DAS ESTRATÉGIAS DE INDETERMINAÇÃO NO PB E NO PE

	nós		a gente		se+inf.		TOTAL	
PB	119	13%	811	85%	20	2%	950	100%
PE	173	36%	233	48%	79	16%	485	100%
TOTAL	292	20%	1044	73%	99	7%	1435	100%

TABELA 3 - PERCENTAGEM DE OCORRÊNCIA DE *NÓS*, *A GENTE* E *SE+INFINITIVO* EM FUNÇÃO DA CLASSE SOCIAL NO PB

	nós		a gente		se+inf.		TOTAL
Classe A	29	9%	278	89%	5	2%	312
Classe B	71	16%	363	82%	9	2%	443
Classe C	19	10%	170	87%	6	3%	195
TOTAL	119	13%	811	85%	20	2%	950

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DE *NÓS*, *A GENTE* E *SE+INFINITIVO* POR CLASSE SOCIAL NO PB (LEITURA VERTICAL)

	nós		a gente		se+inf.		TOTAL	
Classe A	29	24%	278	34%	5	25%	312	33%
Classe B	71	60%	363	45%	9	45%	443	47%
Classe C	19	16%	170	21%	6	30%	195	20%
TOTAL	119	100%	811	100%	20	100%	950	100%

TABELA 5 – PERCENTAGEM DE OCORRÊNCIA DE *NÓS*, *A GENTE* E *SE+INFINITIVO* EM FUNÇÃO DA FAIXA ETÁRIA NO PB

	nós		a gente		se+inf.		TOTAL
Faixa etária 1	10	3%	324	96%	4	1%	338
Faixa etária 2	53	15%	303	83%	9	2%	365
Faixa etária 3	56	23%	184	74%	7	3%	247
TOTAL	119	13%	811	85%	20	2%	950

TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO DE *NÓS*, *A GENTE* E *SE+INFINITIVO* POR FAIXA ETÁRIA E CLASSE SOCIAL NO PB

		Classe A	Classe B	Classe C	Total
Faixa etária 1	Nós	8 6%	1 1%	1 2%	10 3%
	A gente	128 94%	143 98%	53 95%	324 96%
	Se + inf.	0 0%	2 1%	2 3%	4 1%
	Total	136	146	56	338
Faixa etária 2	nós	14 14%	23 15%	16 15%	53 15%
	A gente	84 81%	132 84%	87 82%	303 83%
	Se + inf.	5 5%	1 1%	3 3%	9 2%
	Total	103	156	106	365
Faixa etária 3	nós	7 10%	47 33%	2 6%	56 23%
	A gente	66 90%	88 63%	30 91%	184 74%
	Se + inf.	0 0%	6 4%	1 3%	7 3%
	Total	73	141	33	247
Total	Nós	29 9%	71 16%	19 10%	119 13%
	A gente	278 89%	363 82%	170 87%	811 85%
	Se + inf.	5 2%	9 2%	6 3%	20 2%
	Total	312	443	195	950

TABELA 7 – PERCENTAGEM DE OCORRÊNCIA DE *NÓS*, *A GENTE* E *SE+INFINITIVO* EM FUNÇÃO DA FAIXA ETÁRIA E CLASSE SOCIAL NO PB (LEITURA VERTICAL)

		Classe A	Classe B	Classe C	Total
Faixa etária 1	Nós	8 80%	1 10%	1 10%	10 100%
	A gente	128 40%	143 44%	53 16%	324 100%
	Se + inf.	0 0%	2 50%	2 50%	4 100%
	Total	136	146	56	338
Faixa etária 2	nós	14 27%	23 43%	16 30%	53 100%
	A gente	84 27%	132 44%	87 29%	303 100%
	Se + inf.	5 56%	1 11%	3 33%	9 100%
	Total	103	156	106	365
Faixa etária 3	nós	7 12%	47 84%	2 4%	56 100%
	A gente	66 36%	88 48%	30 16%	184 100%
	Se + inf.	0 0%	6 86%	1 14%	7 100%
	Total	73	141	33	247
Total	Nós	29	71	19	119
	A gente	278	363	170	811
	Se + inf.	5	9	6	20
	Total	312	443	195	950

TABELA 8 - PERCENTAGEM DE OCORRÊNCIA DE *NÓS*, *A GENTE* E *SE+INFINITIVO* EM FUNÇÃO TIPO DE SENTENÇA NO PB E NO PE

	nós		a gente		se+inf.		TOTAL
Finita	291	23%	976	77%	0	0%	1268
Infinitiva	1	0%	68	41%	98	59%	167
TOTAL	292	20%	1044	73%	99	7%	1435

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DE *NÓS*, *A GENTE* E *SE+INFINITIVO* TIPO DE SENTENÇA EM FUNÇÃO TIPO DE SENTENÇA NO PB E NO PE

		PB	PE	TOTAL
Or. finita	Nós	119 – 14%	172 – 44%	291 -23%
	A gente	754 – 86%	222 – 56%	976- 77%
	Se + inf.	0 - 0%	1- 0%	1- 0%
	Total	873	395	1268
Or. não-finita	nós	0 -0%	1- 1%	1 – 1%
	A gente	57 – 74%	11- 12%	68 – 41%
	Se + inf.	20 – 26%	78 – 87%	98 – 59%
	Total	77	90	167
TOTAL	Nós	119 – 13%	173 – 36%	292 – 20%
	A gente	811 – 85%	233 – 48%	1044- 73%
	Se + inf.	20 – 2%	79 – 16%	99 – 7%
	Total	950	485	1435

TABELA 10 – VARIANTES X INDETERMINADOR ANTERIOR (leitura vertical)

	NÓS		A GENTE		SE+INF.	
Presença de Paralelismo	71	66%	495	91%	12	50%
Ausência de Paralelismo	37	34%	48	9%	12	50%
TOTAL	108	100%	543	100%	24	100%

TABELA 11 – VARIEDADES DO PORTUGUÊS X PARALELISMO (leitura vertical)

		PB	PE	TOTAL
Paralelismo	nós	30 7%	41 32%	71 12%
	A gente	421 93%	74 59%	495 86%
	Se + inf.	1 0%	11 9%	12 2%
	Total	452	126	578
Ausência de paralelismo	Nós	31 41%	6 29%	37 38%
	A gente	41 54%	7 33%	48 49%
	Se + inf.	4 5%	8 38%	12 12%
	Total	76	21	97
TOTAL	Nós	61 11%	47 32%	108
	A gente	462 88%	81 55%	543
	Se + inf.	5 1%	19 13%	24
	Total	528 100%	147 100%	675

TABELA 12 – VARIANTES X MODALIZAÇÃO

	nós	a gente	se+inf.	TOTAL
Presença de modalização	54 18%	282 27%	36 36%	372 26%
Ausência de modalização	238 82%	762 73%	63 64%	1063 74%
TOTAL	292 100%	1044 100%	99 100%	1435 100%

TABELA 13 – VARIANTES DE ACORDO COM AS VARIEDADES DO PORTUGUÊS E A MODALIZAÇÃO.

		PB	PE	TOTAL
Presença de mod.	Nós	28 10%	26 34%	54 15%
	A gente	258 87%	24 32%	282 76%
	Se + inf.	10 3%	26 34%	36 10%
	Total	296	76	372
Ausência de mod.	nós	91 14%	147 36%	238 22%
	A gente	553 85%	209 51%	762 72%
	Se + inf.	10 2%	53 13%	63 6%
	Total	654	409	1063
TOTAL	Nós	119 13%	173 36%	292 20%
	A gente	811 85%	233 48%	1044 73%
	Se + inf.	20 2%	79 16%	99 7%
	Total	950	485	1435

TABELA 14 - VARIANTES X PRESENÇA/AUSÊNCIA DE PREPOSIÇÃO

	nós		a gente		se+inf.		TOTAL
Ausência de preposição	290	22%	1008	75%	41	3%	1339
Presença de preposição	2	2%	36	38%	58	60%	96
TOTAL	292	20%	1044	73%	99	7%	1435

TABELA 15 – VARIANTES DE ACORDO COM A VARIEDADE DO PORTUGUÊS E A PRESENÇA/AUSÊNCIA DE PREPOSIÇÃO.

		PB		PE		Total	
Ausência de prep.	Nós	119	13%	171	40%	290	22%
	A gente	781	86%	227	53%	1008	75%
	Se + inf.	8	1%	33	8%	41	3%
	Total	908		431		1339	
Presença de prep.	nós	0	0%	2	4%	2	2%
	A gente	30	71%	6	11%	36	38%
	Se + inf.	12	29%	46	85%	58	60%
	Total	42		54		96	
Total	Nós	119	13%	173	36%	292	20%
	A gente	811	85%	233	48%	1044	73%
	Se + inf.	20	2%	79	16%	99	7%
	Total	950		485		1435	

TABELA 16 - VARIEDADE DO PORTUGUÊS X NÚMERO DE ARGUMENTOS.

		PB		PE		Total	
Mais de um arg.	Nós	106	13%	154	36%	260	21%
	A gente	716	85%	203	48%	919	73%
	Se + inf.	19	2%	69	16%	88	7%
	Total	841		426		1267	
Somente um arg.	nós	13	12%	19	32%	32	19%
	A gente	95	87%	30	51%	125	74%
	Se + inf.	1	1%	10	17%	11	7%
	Total	109		59		168	
Total	Nós	119	13%	173	36%	292	20%
	A gente	811	85%	233	48%	1044	73%
	Se + inf.	20	2%	79	16%	99	7%
	Total	950		485		1435	